

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DO ANO 2013
NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
DE
BRAGANÇA**

SIGLAS

AE	Autoestrada
AM	Assembleia Municipal
CEFA	Centro de Estudos e Formação Autárquica
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
INTERREG	Quadro Comunitário de Apoio
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata

Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 22 de Fevereiro de 2013, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas	137
Membros que solicitaram substituição	9
Membros suplentes convocados	9
Quórum	7,95
Expediente	7
Moções sobre o “Abastecimento de Água “:	
I - Do BE	16
II - Da CDU.....	18
III – Moção subscrita pelos Grupos Municipais: BE; CDU e PS	22

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1 -ATA - Leitura, discussão e votação da ata da Quinta Sessão ordinária realizada em 17 de Dezembro, de 2012 na Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013.....	9
2 - PÚBLICO - Período de intervenção.....	10
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	11
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	33
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.....	33

4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....	73
4.2.1 – Sexta alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e (RMUET).....	73
4.2.2 – Titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau – Atribuição de despesas de representação.	78
4.2.3 – Para Ratificação: MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM – Pedido de isenção total do Imposto Municipal sobre Imóveis.	84
4.2.4 – Para conhecimento: Associação para o desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Proposta de aumento de fundo social pelo Município de Bragança.	90
4.2.5 – Regularização jurídica do complexo desportivo do Clube Académico de Bragança.....	95
4.2.6 – Dissolução, liquidação e internalização das atividades da Empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda.	105
4.2.7 – Designação dos júris para recrutamento dos cargos de direção intermédia, de 1.º grau, 2.º grau e 3.º grau, do Município de Bragança.	121
4.2.8 – Protocolo de Cooperação entre a Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (ACBRM) e os seis municípios do Solar da Raça Mirandesa, para realização do Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa para os anos de 2013 a 2018 – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal.	127
4.2.9 – Aquisição de Energia (Energia elétrica e gás natural) - Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal.	133

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Amândio Gomes	29,89

António Almeida	19,24,64,68,81,89,103,116
Bruno Veloso	71,125
Fátima Renovato	66
Isabel Lopes	67
Leonel Fernandes	18,81,115
Luís Fernandes	25
Luís Pires	12,62,86,87,114,132
Luís Vale	15,17,22
Pedro Fernandes	71
Presidente da Câmara	31,32,44,61,71,78,80,82,87,94,102,104,113,118,124,126,132,135
Presidente da Mesa	9,10,11,12,15,16,17,18,19,20,21,24,25,26,27,28,29,31,33,55,57,58, ,59,60,61,62,64,66,67,68,69,70,71,73,75,76,77,78,80,81,82,83,84, 86,87,88,89,90,94,95,102,103,104,113,114,115,116,118,120,121,1 24,125,126,127,131,132,133,134,135,136
Paulo Hermenegildo	11
D. Susana (Público)	10

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
António Almeida	58,59,77,80,94,102
Bruno Veloso	60,124
Fátima Renovato	55
José Valente	60
Leonel Fernandes	17,75,124
Luís Pires	76,134
Luís do Vale	57

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Amândio Gomes	29
António Almeida	28,84,90,105,121,127
Bruno Veloso	83,126
José Lourenço	27
Luís Pires	26,90,120
Luís Vale	28
Pedro Fernandes	127

.....Aos **vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Primeira Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e fim cerca das dezassete horas, na qual participaram **noventa membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1- ACTA: Leitura, discussão e votação da ata da quinta sessão ordinária, do ano de 2012, realizada em 17 de dezembro.....

2- PÚBLICO – Período de Intervenção.....

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.....

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.....

4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

4.2.1 – Sexta alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas (RMUET).

4.2.2 – Titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau – Atribuição de despesas de representação.

4.2.3 – Para Ratificação: MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM – Pedido de isenção total do Imposto Municipal sobre Imóveis.....

4.2.4 – Para conhecimento: Associação para o desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Proposta de aumento de fundo social pelo Município de Bragança.

4.2.5 – Regularização jurídica do complexo desportivo do Clube Académico de Bragança.....

4.2.6 – Dissolução, liquidação e internalização das atividades da Empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda.

4.2.7 – Designação dos júris para recrutamento dos cargos de direção intermédia, de 1.º grau, 2.º grau e 3.º grau, do Município de Bragança.....

4.2.8 – Protocolo de Cooperação entre a Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (ACBRM) e os seis municípios do Solar da Raça Mirandesa, para realização do Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa para os anos de 2013 a 2018 – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal.

4.2.9 – Aquisição de Energia (Energia elétrica e gás natural) - Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal.

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e foram presentes:.....

EXPEDIENTE: Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de janeiro.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Data	Remetente	Assunto
03/12	Grupo Parlamentar do PCP	Paragem do transporte aéreo Bragança/Vila Real/Lisboa
05/12	ANMP	Projeto de Lei n.º 320/XII-Reorganização do Território das Freguesias
12/12	Assembleia da República	Assembleias Municipais que apresentaram “pronúncia desconforme”
13/12	Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Transporte aéreo entre Bragança/Vila Real/Lisboa
13/12	Grupo Parlamentar do PCP	Tomada de posição sobre a extinção de freguesias. Projeto de Lei n.º 303/XII –Regime Jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica
02/01	ANMP	Revisão da Lei das Finanças Locais
14/01	ANMP	Proposta de lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e aprova o estatuto das entidades intermunicipais-Envio de parecer da ANMP
15/01	Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Obras do túnel do Marão – Dá conhecimento da pergunta feita ao Ministro da Economia e Ministro do Emprego
22/01	ANMP	Parecer da ANAFRE relativo à Proposta de lei n.º 122/XII-Regime do financiamento das autarquias locais e das intermunicipais

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Data	Destinatário	Assunto
10/12/2012	Procurador da República – Dr. Nuno Gonçalves -Tribunal Judicial da Comarca de Bragança	Resposta ao solicitado sobre o assunto “ cópia certificada da ata da Sessão a que se referem as declarações do Arguido Dr. Guedes de Almeida, em relação à pessoa do Dr. Marcolino Juiz Desembargador.
13/12	Presidente da Assembleia Municipal da Maia	Informação sobre opagamento das senhas de presença das reuniões da Assembleia Municipal de Bragança
20/12	Várias Entidades	Envio da Moção aprovada na sessão de 17 de dezembro/2012 – “ Ligação aérea entre Bragança/Vila Real/Lisboa”
20/12	Várias Entidades	Envio da Moção aprovada na sessão de 17 de dezembro/2012 – “ Reposição da linha aérea

		regional”
21/12	CMB	Envio das senhas de presença e boletins itinerários referentes ao mês de dezembro/2012

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

PSD: Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós; António Manuel Pereira; Nuno Machado Reis e António Eduardo Fernandes Malhão

PS: Sandra Maria Rodrigues Valdemar; Dinis Manuel Prata Costa

Movimento Sempre Presente: Cristina Maria Rodrigues Afonso

MEMBROS SUPLENTES CONVOCADOS:.....

PSD: António Nuno Neves Pires; Maria Natália Rodrigues Alves; Mário Francisco Gomes e Armando José Pereira

PS: Maria Celina Silva Paula; Maria Aurora Correia

Movimento Sempre Presente: Paula Cristina Teixeira Liberato Soeiro

----- **Presidente da Mesa** – Bom dia, Srs. Deputados. Temos quórum, podemos iniciar os trabalhos.....

----- Então iríamos começar os trabalhos desta primeira sessão ordinária do ano de dois mil e treze, com o ponto 1.

PONTO 1- ATA: Leitura, discussão e votação da ata da quinta sessão ordinária, do ano de 2012, realizada em 17 de dezembro.

----- **Presidente da Mesa** – Vamos iniciar os trabalhos, antes de mais quero dar-vos umas palavras de boas vindas, bom dia, espero que tenhamos um dia de trabalho profícuo.

----- Iniciamos os trabalhos com a leitura da ata da quinta sessão ordinária do ano 2012, realizada em 17 de dezembro.

----- A Mesa foi avisada pelos Serviços de Apoio que se verificava um lapso, esse lapso consta da página dez da ata, em que na instalação de Membros desta Assembleia foi feita uma duplicação de nome, portanto no topo da página dez onde diz que - foi instalado o João António da Silva Rodrigues, eleito pelo PS, nascido a 20 de Outubro de 1975, natural da Freguesia da Sé, etc. não está correto, reparem que o mesmo nome é colocado logo de seguida a negrito João António da Silva Rodrigues, é portanto logo indicado em baixo, eleito pela lista pelo PSD, nascido a 24 de novembro de 1973, assistente técnico, natural e residente em Fontes Barrosas, freguesia de Castro de Avelãs, etc.

----- Bom, o lapso que se verifica aqui, já foi corrigido no original no entanto consta nos documentos entregues, é que o primeiro nome onde está João António da Silva Rodrigues, o correto é ser substituído por Mário Augusto Pinto Morais, sendo que os dados seguintes estão corretos no que diz respeito à eleição pelo respetivo partido, neste caso Partido Socialista, etc., estão corretos, apenas se deverá proceder à substituição do nome, onde consta João António da Silva Rodrigues, passará a ser Mário Augusto Pinto Morais. A indicação da instalação do Membro seguinte, João António da Silva Rodrigues, está correto.

----- Para lá deste lapso que se verificou, identificado naturalmente pelos Serviços de Apoio à Mesa da AM, eu queria perguntar aos Srs. Deputados se verificaram alguma incorreção na ata relativa a esta sessão que decorreu no dia 17 de dezembro, a quinta sessão ordinária.

----- Tem a palavra Srs. Deputados, alguma correção a fazer?.....

----- Não se verifica nenhuma indicação nesse sentido, portanto passaremos à votação da ata.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, SETE ABSTENÇÕES E CINQUENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E SETE MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** – Há alguma declaração de voto relativamente à votação da ata?

----- Não há declarações de voto.....

----- Passamos então para o segundo ponto da agenda.

PONTO 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.

----- **Presidente da Mesa** - Existe uma intenção de intervenção, eu peço ao munícipe que está presente, à Sra., que se dirija aqui ao microfone para poder daqui fazer inicialmente a sua apresentação e a exposição do assunto, peço que naturalmente seja concisa, de qualquer forma o período é longo para a intervenção do público.

----- **Sr.ª D. Susana** – Bom dia. Eu chamo-me Susana, portanto já não é a primeira vez que venho aqui à Assembleia, esta já é a segunda vez, pela mesma causa, portanto é por causa de uma situação que existe no Bairro da Mãe de Água, mais concretamente na Rua dos Olmos, por causa dos Ciganos que existem lá. Eu sei perfeitamente que eles estão a habitar casas que não são da Câmara, portanto são de particulares, portanto a Câmara não poderá fazer grande coisa nesse situação, mas, ultimamente, num espaço que é da Câmara, em que foi construído um apartamento e ficou lá um espaço que é terreno da Câmara, foi construída uma barraca, em que tanto os meus pais como os outros vizinhos foram dar conhecimento à Câmara, falaram com o Fiscal, o Fiscal foi lá tirar fotografias, mas nada foi feito,

portanto de um momento para o outro a barraca foi construída, estão lá, continuam lá, continuam a ter água, a ter luz à discrição.

----- Agora pergunto eu: Onde é que temos aqui o princípio de igualdade? Onde é que está a cidadania? Porque se fosse eu a fazer o que eles fizeram provavelmente no dia seguinte já tinha ido tudo abaixo, não é?.....

----- Agora quero saber porque é que depois de tanta insistência, terem ido lá colocar essa questão, terem falado com o Eng. Padrão, tudo isso, nada terem feito e estar a barraca na mesma, portanto em pé, estão lá a viver normalmente e acho que mesmo em relação à outra situação embora não sendo as casas da Câmara acho que poderia realmente tentar haver ali uma... porque dá muito mau ambiente ao bairro, portanto aquilo está cada vez a degradar-se mais e portanto acho que é um bairro que está a ficar um bocadinho esquecido e temos que começar, acho eu, a dinamizar um bocadinho a cidade, não é? Pronto, é basicamente isto que eu queria falar, para ver se há um bocadinho mais de atenção em relação a isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado pela sua intervenção.

----- Eu, daqui, dirijo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de verificação do facto, se quer comentar. Não quer comentar, regista o facto.

----- Eu pergunto se há mais alguém do público que queira intervir.

----- Não havendo, passamos ao ponto seguinte.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

----- **Presidente da Mesa** - Passamos às inscrições para intervenções por parte dos Srs. Deputados, neste período de Antes da Ordem do Dia.....

----- Iniciamos o Período de Antes da Ordem do Dia com a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rabal, Paulo Hermenegildo. Tem a palavra Sr. Presidente da Junta.....

----- **Paulo Hermenegildo** – Bom dia a todos, Ex.mo Sr. Presidente da AM, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Ex.mo Sr. Presidente da Câmara.

----- O assunto que aqui me traz é efetivamente a homenagem dos vinte e um Presidentes de Junta, que foi feita no dia vinte e um, no Teatro Municipal. Em meu nome pessoal e em nome da população de Rabal venho manifestar ao Executivo liderado pelo Sr. Presidente da Câmara, Eng. Jorge Nunes, um agradecimento muito sentido pela maneira como congratulou o poder local no nosso Concelho.

----- Quero também, muito sentidamente, dedicar este prémio não só ao Executivo de Rabal, mas também aos executivos liderados pelo Sr. Eng. Jorge Nunes, com quem eu tive o prazer de trabalhar nos

três mandatos consecutivos que fiz, sem o respaldo do Executivo da Câmara Municipal o trabalho, com toda a certeza, na minha Freguesia, não teria sido feito com tanto sucesso como foi.

----- Quero em primeiro lugar dedicar então este prémio, esta homenagem que me foi atribuída, aos executivos liderados pelo Sr. Presidente, atrevo-me a dizer que este prémio é repartido entre nós e esses executivos liderados pelo Sr. Presidente, Eng. Jorge Nunes, em primeiro lugar a minha dedicação vai efetivamente para si, Sr. Presidente.

----- Em segundo lugar, quero dedicar também este premio à minha filha e à minha esposa, porque sem o respaldo familiar efetivamente também, que por vezes sofrem no dia a dia os constrangimentos e a falta de presença na nossa casa, sem elas também o sucesso autárquico não teria sido levado a bom porto.

----- Quero também dedicar este prémio ao meu pai e à minha mãe, pois sem eles eu não estaria aqui, foram eles que me deram educação, os meus progenitores, com valores que suponho que tenho, de família, de cidadania, éticos e morais. Quero dedicar também este prémio a toda a população da minha Freguesia de Rabal, pois sem eles também o trabalho autárquico e a colaboração não teria sido tão precisa em tempo real.

----- Quero também dedicar este prémio a todos os funcionários da Câmara Municipal de Bragança, desde o operador de máquinas até ao pessoal do armazém, finalizando nos Srs. Vereadores, pois o trabalho deles é muito, muito importante, desde o pessoal do Armazém que está sempre disponível para nos apoiar e a todos eles também um agradecimento sentido.

----- Tenho dito, obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rabal.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Representante do Partido Socialista, Luís Pires.

----- **Luís Pires** – Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores virtuais, amigos da Assembleia.

----- Antes de mais nada vou deixar no ar uma pequena questão que gostaria, quando fosse possível, que o Sr. Presidente da Câmara me respondesse, eu creio que houve uma reunião entre os Presidentes das Câmaras e o Presidente das Estradas de Portugal, acho que houve, eu queria saber se o Sr. Presidente da Câmara esteve nessa reunião, e depois, se for possível, que nos dê um pequeno feedback daquilo que aconteceu porque os ecos que eu tenho, embora não sejam fidedignos, digamos assim, não me deixaram muito descansado, e eu gostava de ter uma opinião de alguém que esteve presente.

----- **Apresentou, por escrito, a seguinte intervenção**

----- “21-06-2011. Desde esta data passaram já 1 ano e nove meses. Certamente, se questionasse a cada um de vós para me elencarem a quantidade de tolices, contradições, incoerências entre outros adjetivos atribuíveis às decisões do atual governo para com o Nordeste, a resposta seria incompleta, face à miríade de ocorrências e à absurda contundência e arrogância com que são perpetradas.

----- Estou perfeitamente convicto de que, se olhasse nos olhos de cada um de vós e solicitasse a vossa opinião sincera, politicamente desapassionada, de nordestinos convictos, acerca da atuação deste governo, obteria uma profunda desaprovação sobre as medidas tomadas, sobre a forma como são tomadas, e pela incidência em que se abatem.

----- Na minha óptica, e já o referi nesta assembleia por inúmeras vezes, a vida numa cidade, num concelho, é a resultante da interação das políticas exercidas a nível nacional pelos governos com as políticas locais produzidas pelas autarquias.

----- *Sinja-mo-nos ao ponto da ordem de trabalhos em que nos encontramos.*

----- A nossa região, mais que o país, encontra-se num movimento acelerado de regressão civilizacional que não podemos de forma alguma aceitar. Os pilares civilizacionais críticos para a sustentabilidade da vida aproximam-se rapidamente de índices referenciais de limiares de sobrevivência.

----- No que à nossa região diz respeito, este governo atacou de forma vil e premeditada a Saúde a Justiça e iniciou *há pouco tempo* um ataque à Educação.

----- Num curto lapso de tempo, serviços basilares fundamentais foram extirpados aos cidadãos, aos agentes económicos regionais. É com enorme revolta que as populações assistem ao desaparecimento de tribunais e esvaziamento de serviços nos que ainda *conseguem* ficar em pé. Com desolação antevê-se um desenlace semelhante relativamente aos serviços de finanças. É com grande esforço que se tem conseguido até à data a manutenção do helicóptero do INEM em Macedo de Cavaleiros. É com enorme frustração e conseqüente perda de competitividade que se assiste ao fim da carreira aérea Bragança-Vila Real-Lisboa; é também o processo de (des) organização dos IEFP com base no desmembramento da unidade do nordeste.

----- É pois com redobrada surpresa que assisto às conclusões da segunda edição das Jornadas do PSD realizadas em Macedo de Cavaleiros. Ao nível da mobilidade, o líder parlamentar do PSD na Assembleia da República revelou que fechou “um texto de um projeto de resolução, com os deputados de Bragança e Vila Real, e que vai dar entrada segunda-feira na Assembleia da República, a recomendar ao Governo que prossiga a obra o mais rapidamente possível e se isso tiver de passar pela transmissão da titularidade da obra para a Estradas de Portugal, que assim seja”!!! *E estava a citar.*

----- !!! Pasmese! *Meus caros amigos.*

----- Então o papel do Governo não é governar? Não é tomar decisões? O que face ao referido por este senhor comprova que tal não tem acontecido!!! Mas a emenda é pior que o soneto. Apenas após uma vinda a Macedo de Cavaleiros é que o líder parlamentar do PSD na Assembleia da República conjuga esforços com os deputados da Maioria na Região para criar mecanismos tendentes a influenciar a conclusão da obra??? Então o que é que têm andado a fazer estes senhores deputados? *Só agora, só quando vêm à terra é que se lembram da terra?*

----- Também não foi feliz nas declarações que proferiu relativamente ao helicóptero do INEM quando referiu que “a deslocalização do helicóptero do INEM, e estou a citar, para Vila Real não traz qualquer prejuízo ao Nordeste Transmontano. Se a base do helicóptero for Vila Real”, acredita esse senhor “que não resultará nenhum prejuízo para as populações do Nordeste Transmontano”. O importante e o que está em causa foi a decisão de passar de dois para um, gerando uma poupança e mantendo o nível de cuidados prestados”, *estava também a citar.*

----- Eu creio que nem o Sr. acredita naquilo que ele disse.

----- Mas não ficou por aqui o enxovalhamento do Nordeste transmontano... o Secretário de Estado da Justiça, Fernando Santo, também esteve presente, e relativamente a este outro pilar civilizacional, a justiça, garantiu que o processo de reorganização do mapa judiciário não está fechado e por isso ainda pode haver alterações à atual proposta de encerramento de tribunais. *Diz ele;* “o processo tem vindo a ser analisado, pois já foram pedidos os dados de 2012 para vermos o rácio...”meus amigos, com rácios não vamos lá, *esta região não é uma região para ser analisada de forma aritmética. Permitam-me que vos refira, ... nós que gostamos tanto daquilo que se faz lá fora, de olhar para aquilo como referencia, o que hoje se chama de Benchmarking permitam-me que vos refira aqui duas ou três palavras que foram retiradas do discurso do presidente Obama, lúcido relativamente a estas questões:* A redução do défice só por si não é um plano económico, é necessário criar mais emprego, maior atenção no conceito de justiça económica e igualdade de oportunidades. Defendeu o reforço do investimento público em áreas como educação, infra-estruturas, investigação e inovação científica e energias alternativas numa altura em que a redução da dívida e do défice é uma meta nacional.

----- Recordo que relativamente à educação, a conjuntura atual está a provocar que muitos dos jovens saiam da nossa região e ao saírem da nossa região muito me temo que não contribuirá para a renovação de crianças, ou seja a nível da educação também vamos ter muitos problemas porque os homens vão deixar de existir nesta região com as consequentes problemas que aí vão advir.

----- Também ao nível do ensino superior, não estamos muito bem porque se recordarem aqueles que assistiram em resposta ao desafio, que creio que concertado, lançado pelo Sr. Presidente da Câmara concertado com o IPB ao Sr. Secretário de Estado da Educação, em que lhe sugeriu, em que lhe lançou o desafio das Universidades de Ciências Aplicadas, tal como acontece na Europa, a resposta do Sr. Secretário de Estado foi o ensino profissional, *portanto até aí eu me temo que o panorama não será muito positivo.*

Cara Assembleia,

O momento atual é crucial para Bragança e para o Nordeste. Para além da miríade de torturas incongruentes e outras penosas maldades avulsas a que todo o país está a ser sujeito, como a incompreensível reorganização administrativa, o inopinado inconsequente aumento de impostos, os continuados e cegos cortes salariais, de pensões e de subsídios, os crescentes e abrangentes aumentos de taxas moderadoras, a desvalorização de pilares e heranças culturais, os continuados erros de previsões, a leviana constatação de enganos com conivência europeia e também do FMI, como se não estivesse em causa a vida de pessoas, o nordeste sofre ainda com o flagelo do despovoamento.

----- É necessária coragem, determinação e inteligência para inverter esta situação. Não se vislumbra no seio da pobreza dos atuais dirigentes do PSD, capacidade para tal...é com tristeza que assisto às atitudes decadentes e patéticas do Ministro Relvas. *Não descredibiliza apenas a imagem dele, mas sim a dos próprios políticos, a do País daqueles que querem fazer bem de Portugal.*

----- O PSD, *quem dirige o PSD*, já não vive na mesma realidade do povo que governa.

----- Aprecia-me registar que embora tenha andado um pouco perdido numa fase mais inicial do seu mandato, o presidente da Distrital do PSD, *também em consequência destas ultimas jornadas*, parece ser o único que ousa levantar o dedo face às traquinices do governo, a pena é que no seio do PSD ele me faz lembrar aquela senhora, *isto é um pouco anedótico*, aquela senhora que em casa via TV e ouve uma notícia de que um senhor numa AE se movimentava em contra mão...*aflita, sabia que aquela auto estrada era frequentada pelo marido*, telefonou-lhe a dizer tal facto, e o marido responde-lhe: Um em sentido contrário não??!! Eles são tantos, eles são todos, *o PSD tem que saber quem é que vai em contra mão, ou quem é que não vai em contra mão*".

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do BE, Luís do Vale.

----- **Luís Vale** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. e Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Membros desta AM, Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social, bom dia a todos.

----- **Luís vale - Apresentou, por escrito, a seguinte intervenção.**

----- “O Governo prepara-se para avançar com o processo de privatização da água em Portugal. Nesse sentido, levará à Assembleia da República uma Proposta de Lei, a 125/XII, que subirá a plenário da AR em 28 de Fevereiro e aprovará os Estatutos da **ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos** – e lhe confere competências para fixar as tarifas para os sistemas de titularidade estatal (ou seja, a esmagadora maioria, que já integra o grupo Águas de Portugal), ferindo também por esta via a autonomia local e o poder de decisão dos municípios para adotarem critérios sociais nos tarifários de água e saneamento. É importante que as Assembleias Municipais e, neste caso a nossa, tome posição sobre esta questão antes de ela ser discutida no parlamento.

Assim, passo a apresentar a seguinte moção”

----- E nesse sentido pedia então ao Sr. Presidente para ler o texto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado, Sr. Deputado, eu passo a ler a Moção.

“Moção

Considerando que:

1 – O Direito à Água e ao Saneamento foi considerado um Direito Humano, pela Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas n.º A/RES/64/292, adotada em 28 de julho de 2010;.....

2 – Tal resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas reconhece o direito ao acesso a água potável e ao saneamento como um Direito Humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos, apelando para tal a que os Estados e execução e tecnologia para a aumentar os esforços com vista a assegurar a todos o acesso físico e economicamente comportável a água potável e saneamento;.....

3 – Já em novembro de 2002, o Comité das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais adotou o seu comentário geral Nº 15 sobre a Convenção Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, reconhecendo o direito à água e afirmando que o direito humano à água prevê que todos tenham água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a preços razoáveis para usos pessoais e domésticos, proibindo ainda toda e qualquer forma de discriminação no acesso à água e saneamento, designadamente quanto aos estratos mais vulneráveis das populações;

4 – A prestação de serviços de abastecimento público de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos é uma atribuição dos municípios;.....

5 – A prestação dos serviços de abastecimento público de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos é um monopólio natural, não beneficiando os seus utilizadores de qualquer vantagem direta que se pudesse advogar em seu favor, como as que, eventualmente, poderiam resultar da livre concorrência no setor;

6 – Aliás, a entrada de entidades privadas na titularidade ou gestão destes serviços tem levado, genericamente, a uma escalada dos preços dos mesmos e, em muitos casos à deterioração dos serviços prestados;.....

7 – Acresce que a prática dos operadores privados no setor, no que a Portugal respeita, tem demonstrado a insaciabilidade dos mesmos quanto a lucros e benesses económicas, ocorrendo muitas vezes ao abrigo de contratos e práticas ruinosas para as autarquias locais e respetivas populações;.....

8 – A essencialidade à vida destes serviços aconselha à sua gestão por entidades públicas e politicamente responsáveis perante os eleitores, assegurando assim o mais amplo escrutínio público das políticas do setor e assegurando, numa perspetiva diversa da mera obtenção de lucro, a efetiva concretização do Direito Humano à água e saneamento;

9 – Encontra-se, neste momento, em apreciação na Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 123/XII/2.ª, que permite e alarga o acesso de operadores privados à gestão de sistemas de abastecimento de água, saneamento e resíduos, competindo às Assembleias Municipais tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia (artigo 53.º, n.º 1, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro);

Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em Sessão Ordinária a 22 de fevereiro de 2013, no uso da competência que lhe é conferida nos termos do artigo 53.º, n.º 1, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, delibera:

I – Assumir a defesa da titularidade e gestão exclusivamente pública dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos, atendendo ao carácter de Direito Humano à Água e ao Saneamento;

II - Aprovar esta deliberação em minuta, e com efeitos imediatos, e proceder à sua remessa a Suas Excelências o Presidente da República, a Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Ministro de Estado e das Finanças, o Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, a Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, a Secretária de Estado da Administração Local e aos líderes dos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República.

O deputado municipal do Bloco de Esquerda.....

a) Luís Vale “

----- **Presidente da Mesa** - Eu repito o ponto 1 a pedido do Sr. Membro da AM, do PS, Luís Pires.

----- “Ponto 1 - Assumir a defesa da titularidade e gestão exclusivamente pública dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos, atendendo ao carácter de Direito Humano à Água e ao Saneamento”

----- Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento ao Deputado subscritor da Moção, por favor?

----- Um pedido de esclarecimento do Sr. Leonel, da CDU.....

----- Tem a palavra o Sr. Leonel para formar o seu pedido de esclarecimento.

----- Não registamos mais pedidos de esclarecimento, até ao momento.

----- **Leonel Fernandes** - Muito bom dia a todos, eu não é propriamente um pedido de esclarecimento, mas é o seguinte, a CDU também trazia uma proposta de Moção nesse sentido,

portanto o que eu proponho ao Luís Vale é, se houver essa possibilidade, fundirmos as duas propostas e apresentarmos uma só.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado, cabe-lhe a si, agora, decidir.

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente. Parece-me que seria de todo interessante a Assembleia poder conhecer também a vossa proposta de Moção, então depois poderíamos discutir essa possível agregação.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, então vamos proceder da seguinte forma, em resposta à questão formulada pelo Sr. Leonel, eu pedia ao Sr. Leonel que, no sentido da indicação do Sr. Deputado do BE, fizesse a apresentação da sua Moção, já que essa Moção ia ser apresentada, de qualquer forma, depois eu pedia, para não prejudicarmos os trabalhos, se houver uma resposta imediata podemos passar à votação da Moção conjunta, senão nós continuaríamos os trabalhos da Assembleia enquanto os dois Deputados acertariam os pormenores de uma Moção global e conjunta que depois traríamos para votação, interromperíamos aqui a discussão e votação desta Moção, neste sentido, neste alencar de procedimento, temos mais uma inscrição para intervenções, portanto havia tempo para vocês reconciliarem as moções.

----- Tem a palavra então o Sr. Deputado Leonel, da CDU, para fazer a apresentação da sua Moção. ...

----- **Leonel Fernandes** -

----- **Leonel Fernandes** - Então a nossa proposta vai no sentido daquilo que foi aqui proposto antes, ou seja:

----- Considerando que o processo de privatização, o Estado fica com os encargos de criar as infra-estruturas e reestruturar o sector, e os consumidores *o que é que vêem?* Vêem só a fatura da água e do saneamento aumentar brutalmente, *que é aquilo que tem acontecido nos casos onde ela já existe, e portanto, o fundamental da nossa proposta iria no sentido de dizer assim:*

----- **Apresentou por escrito a Moção lendo a seguinte parte:**

- 1.-- “Alertar, as populações, para o aumento generalizado dos tarifários e das taxas associadas ao consumo de água, ou seja, um aumento significativo do valor da fatura a pagar pelas famílias e empresas;

- 2.-- Rejeitar este caminho de privatização dos serviços de água e saneamento e afirmar a sua posição em defesa da água como um bem público e um serviço essencial que deve ser gerido unicamente por organismos públicos;
- 3.-- Denunciar a proposta *que o Governo tem*, está a apresentar e a empresa Águas de Portugal *também esta a pressionar a fusão* a fusão dos sistemas de água existentes no Norte e apelar a que o Município de Bragança não aceite tal proposta”.

----- Portanto é mais ou menos neste sentido, com os outros fundamentos que vêm mais ou menos também no sentido daquilo que o BE apresentou, é isso que se propõe sem entrar em mais considerandos mais pormenorizados.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado, Sr. Deputado.

----- Prosseguimos os trabalhos e vocês vão discutir para ver se chegam a acordo, nós prosseguimos os trabalhos no sentido de dar continuidade às inscrições, entretanto foi também pedido a inscrição do PSD para este tema. Eu pedia ao Sr. Deputado do CDS/PP, Guedes de Guedes de Almeida, que fizesse a sua intervenção.

----- **António Almeida** – Muito bom dia, Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Membros desta Assembleia, Público, Comunicação Social e outras pessoas que eventualmente se encontrem aqui apenas para assistir.

----- Luís Pires! Eu retirei daqui uma expressão sua “as traquinices” disse, deste Governo, eu iria mais longe, nós vivemos numa situação real que ninguém contesta, apontaram-se aqui erros, apontam-se omissões, apontam-se defeitos, eu chamei a isto traquinices, que são gerais e são traquinices dos políticos, e vou mesmo pós o 25 de Abril de 74, e vou fundamentar isto.....

----- Hoje a situação é catastrófica a nível de País, é mais catastrófica a nível, eu digo, do Distrito de Bragança, ao qual não escapa o Concelho de Bragança.

----- O Sr. Presidente da Câmara vai acabar o mandato e eu recordo-me perfeitamente, sou, talvez, dos poucos que aqui estejamos, que se recorda do antes e do depois, e recordo-me de todas as Câmaras pós o 25 de Abril de 74, aliás participei numa como Vereador, na qual, eu já relembrei várias vezes e é pateticamente esquecido, hoje apenas se fala no Engenheiro Jorge Nunes, hoje aqui já se falou, os executivos liderados pelo Eng. Jorge Nunes e parece que não houve mais nenhum Presidente da Câmara. Eu recordo aqui, mais uma vez, o Eng. José Luís Pinheiro, cujo trabalho foi praticamente, digamos assim, desmantelado quando devia ser bem encaminhado.

----- E recordando o elemento que li ainda esta semana relativamente ao emprego e perda de postos de trabalho que o Concelho de Bragança desde 88, praticamente coincide com a eleição do Eng. Jorge Nunes, perdeu cerca de 8000 postos de trabalho, nas idades compreendidas entre os 25 e os 50 anos, isto em termos económicos assenta na desertificação, no despovoamento que aconteceu neste Concelho precisamente por políticas que são, digamos assim, solidárias com as tomadas de posição pelo poder central.....

----- Nós aqui nesta Assembleia, em mandatos anteriores, lembrei e chamei o “despovoador” ao José Sócrates, porque efetivamente as políticas foram todas neste sentido para estarmos onde estamos hoje, mas também já vinha dantes, já vinha do Cavaco. Eu estive nas manifestações quando levaram as carruagens do Comboio daqui da estação, pela calada da noite, ninguém reagiu!.....

----- Esta queda do emprego tem a ver com a queda de serviços públicos, desapareceram os serviços públicos, eu comecei a trabalhar no Concelho de Bragança, antes do 25 de Abril, havia todos os serviços públicos que existiam em Lisboa, na capital e no Porto, existiam aqui com a mesma carreira hierárquica, a ascensão, a subida na carreira pública era igual no Porto ou em Lisboa, a partir de agora não! Quem trabalha em Bragança ou no interior só sobe até um terminado patamar, as expetativas de progressão na carreira são completamente limitadas e reduzidas e isto leva que efetivamente as camadas mais jovens abandonem, vão embora e não queiram mais regressar porque não vão ter hipótese porque as expetativas estão fechadas. Isto também tem a ver com o encerramento das empresas, quer dizer, as empresas no Concelho de Bragança, a titulo pessoal, o ano passado no Concelho de Bragança, em 2012, houve cerca de 60 pedidos de insolvência de empresas e de famílias, a insolvência de empresas e de famílias aumenta, este ano já há mais pedidos, quase diários, de pedidos de insolvência de família, isto é, as famílias não conseguem suprir as suas obrigações que vinham suprimo até aqui, isto também tem a ver com politica camarária. Bragança tem das taxas de IMI mais caras do País, os contribuintes começam agora a receber a avaliação patrimonial que é das mais caras do País, começam agora a queixar-se, eu quero ver no principio de 2014 as Finanças a executarem património das pessoas porque não podem pagar, isso vai acontecer, isso já está a acontecer, culpa de quem vota aqui os aumentos de taxas de IMI conforme vem proposto pela Câmara sem quererem saber qual vai ser o reflexo que vai ter nas economias de cada família, isso acontece.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, eu só lhe ia pedir que terminasse, porque terminou o seu tempo.

----- **António Almeida** – Então agora permitam-me só que refira aqui o seguinte: houve a tal homenagem pública que o Sr. Presidente da Junta de Rabal vem aqui referir como sendo um prémio! Eu

não considere aquilo um prémio, os prémios tinham que ser todos aqueles que “lutaram” mesmo aqui nesta Assembleia, pelo serviço do bem comum e não lhe é considerado prémio, é uma obrigação cívica, considero aquilo uma homenagem cujos critérios também serão discutidos, porque houve Presidentes de Junta que fizeram três mandatos, que não estão neste mandato e que não receberam prémio nenhum ou condecoração nenhuma, eu sou a favor das homenagens mas feita com determinados critérios, e não feitas com critérios sobre tudo no ano de eleições autárquicas e de certa forma para, digamos assim, agraciamento particular de alguém que está interessado nestas homenagens.....

----- Nessa homenagem queria realçar, efetivamente é justo, ao Professor Sobrinho Teixeira, na qualidade de Presidente do IPB, porque o IPB é uma referencia e é uma referencia que precisamente foi trazida, importada para Bragança, obrigou o poder central, pelo Eng. José Luís Pinheiro, e simboliza efetivamente o maior património para o Concelho de Bragança, que tem que ser salvaguardada, aproveitada e até obrigar a manifestações de rua, porque se assim continua dentro de poucos anos o IPB não tem alunos, devido à politica do poder central e nós continuamos calados, ninguém lidera o movimento contra isso, mas o Professor Sobrinho Teixeira disse que quando tirou o seu curso que tirou o curso na perspectiva de vir para a sua terra, de vir para o Cachão. Quem acabou com o Cachão? Hoje há empresas como o Cachão?

----- E aqui apesar de várias vezes referido, nunca foi feita uma homenagem ao Eng. Camilo de Mendonça que foi o grande obreiro, talvez o único obreiro, do Distrito de Bragança, que se interessou para criar infra-estruturas para que o Concelho de Bragança, o Distrito de Bragança, o interior, pudesse competir em termos de paridade com as regiões mais desenvolvidas do nosso continente, já que o Cachão era uma instituição que era o maior complexo agro industrial da Europa, que era assim que estava classificado, e que depois do 25 de Abril passaram a chamar-lhe o elefante branco, e acabaram, mataram o elefante, governaram-se muitos com o elefante, engordaram à custa do elefante e hoje estamos na situação que estamos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Eu continuo a pedir, não quis interromper a sua parte final, mas quero pedir aos Srs. Deputados que tenham o cuidado também de ser concisos e ocuparem o tempo que lhes está atribuído, claro que a Mesa podia simplesmente tirar a palavra mas tivemos que deixar seguir até ao final a intervenção do Sr. Deputado, solicitando que tenha cuidado quando faz intervenções, porque os Srs. Deputados quando fazem intervenções devem naturalmente condicioná-las ao tempo que sabem que têm disponível, e/ou não fazer algumas reflexões intermédias no texto que trazem previamente escrito.

----- Eu, agora, dava a palavra, para responder ao pedido de esclarecimento, digamos à associação feita pelo Deputado Leonel, da CDU, ao Deputado Luís do Vale, do BE, relativamente às moções, julgo que estamos em condições de ouvir a sua resposta, tem a palavra Sr. Deputado Luís do Vale.

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente. Depois de conversarmos chegámos à seguinte conclusão: Os considerandos ficariam os mesmos, os da proposta do BE, e depois a deliberação, eu passaria a ler os pontos que ficariam na deliberação:

----- Ponto I - Assumir a defesa da titularidade e gestão exclusivamente pública dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos, atendendo ao carácter de Direito Humano à Água e ao Saneamento;

----- Ponto II - Denunciar a proposta do Governo e da empresa Águas de Portugal de *pressionar* a fusão dos sistemas de água existentes no Norte e apelar a que o Município de Bragança não aceite, nem apoie esta proposta.

----- Ponto III - Aprovar esta deliberação em minuta, e com efeitos imediatos, e proceder à sua remessa a Suas Excelências o Presidente da República, a Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Ministro de Estado e das Finanças, o Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, a Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, a Secretária de Estado da Administração Local e aos líderes dos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República.

----- E esta Moção passará então a ser subscrita pelos Membros do BE, pela CDU e do PS.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado Sr. Deputado.....

----- Muito bem, estão feitos os esclarecimentos, que é só acrescentar que esta Moção, agora, é subscrita conjuntamente pelos deputados Municipais do BE, da CDU e do PS, é uma Moção conjunta.

----- **OS PROPONENTES DESTAS DUAS MOÇÕES, DECIDIRAM APRESENTAR UMA ÚNICA MOÇÃO, MANTENDO OS CONSIDERANDOS DA MOÇÃO DO BE, O PONTO II PASSAR A PONTO III E O PONTO II FICAR COM O TEXTO DO PONTO 3 DA MOÇÃO DA CDU, ficando a moção única com o texto abaixo descrito. Os deputados municipais do PS também subscreveram esta moção.....**

“MOÇÃO

Considerando que:

1 – O Direito à Água e ao Saneamento foi considerado um Direito Humano, pela Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas n.º A/RES/64/292, adotada em 28 de julho de 2010;.....

- 2 – Tal resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas reconhece o direito ao acesso a água potável e ao saneamento como um Direito Humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos, apelando para tal a que os Estados e execução e tecnologia para a aumentar os esforços com vista a assegurar a todos o acesso físico e economicamente comportável a água potável e saneamento;.....
- 3 – Já em novembro de 2002, o Comité das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais adotou o seu comentário geral Nº 15 sobre a Convenção Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, reconhecendo o direito à água e afirmando que o direito humano à água prevê que todos tenham água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a preços razoáveis para usos pessoais e domésticos, proibindo ainda toda e qualquer forma de discriminação no acesso à água e saneamento, designadamente quanto aos estratos mais vulneráveis das populações;
- 4 – A prestação de serviços de abastecimento público de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos é uma atribuição dos municípios;.....
- 5 – A prestação dos serviços de abastecimento público de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos é um monopólio natural, não beneficiando os seus utilizadores de qualquer vantagem direta que se pudesse advogar em seu favor, como as que, eventualmente, poderiam resultar da livre concorrência no setor;
- 6 – Aliás, a entrada de entidades privadas na titularidade ou gestão destes serviços tem levado, genericamente, a uma escalada dos preços dos mesmos e, em muitos casos à deterioração dos serviços prestados;.....
- 7 – Acresce que a prática dos operadores privados no setor, no que a Portugal respeita, tem demonstrado a insaciabilidade dos mesmos quanto a lucros e benesses económicas, ocorrendo muitas vezes ao abrigo de contratos e práticas ruinosas para as autarquias locais e respetivas populações;
- 8 – A essencialidade à vida destes serviços aconselha à sua gestão por entidades públicas e politicamente responsáveis perante os eleitores, assegurando assim o mais amplo escrutínio público das políticas do setor e assegurando, numa perspetiva diversa da mera obtenção de lucro, a efetiva concretização do Direito Humano à água e saneamento;.....
- 9 – Encontra-se, neste momento, em apreciação na Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 123/XII/2.ª, que permite e alarga o acesso de operadores privados à gestão de sistemas de abastecimento de água, saneamento e resíduos, competindo às Assembleias Municipais tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia (artigo 53.º, n.º 1, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro);

Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em Sessão Ordinária a 22 de fevereiro de 2013, no uso da competência que lhe é conferida nos termos do artigo 53.º, n.º 1, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, delibera:

I – Assumir a defesa da titularidade e gestão exclusivamente pública dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos, atendendo ao caráter de Direito Humano à Água e ao Saneamento;

II – Denunciar a proposta do Governo e da empresa Águas de Portugal de pressionar a fusão dos sistemas de água existentes no Norte e apelar a que o município de Bragança não aceite nem apoie esta proposta;

III - Aprovar esta deliberação em minuta, e com efeitos imediatos, e proceder à sua remessa a Suas Excelências o Presidente da República, a Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Ministro de Estado e das Finanças, o Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, a Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, a Secretária de Estado da Administração Local e aos líderes dos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República.

Subscrita por: O deputado municipal do Bloco de Esquerda - Luís Vale
O deputado municipal da Coligação Democrática Unitária – Leonel Fernandes
Os deputados municipais do Partido Socialista”

----- **Presidente da Mesa** - Houve os pedidos de esclarecimento, passamos às intervenções sobre a moção.

----- O Deputado Guedes de Almeida tem intenção de fazer uma intervenção sobre a Moção?

----- Tem a palavra, se faz o favor.....

----- Registo também a intenção de intervenção de Luís Fernandes, do PS, para fazer também uma intervenção

----- **António Almeida** – Bom dia, novamente. O problema da água é um problema grave e nós temo-lo discutido aqui ao longo de vários anos, e de vários mandatos, e a situação mantém-se - há Veiguinhas, não há Veiguinhas, temos água ou não temos água.

----- Eu recordo, novamente, o estudo da Hidrotécnica Portuguesa que foi mandado elaborar pelo Eng. José Luís Pinheiro, na altura, há aqui dois elementos, que na altura éramos Vereadores, ainda era a Câmara aqui nestas instalações, em que se dizia que, por exemplo, com o sistema das Barragens do Alto Sabor que o Concelho de Bragança teria o abastecimento garantido para cem anos, deve constar dos estudos, a situação mantém-se, pois às vezes quase chegamos à situação de não termos para cem horas.

----- Agora há um problema grave subjacente a tudo isto, é que a partir de determinada altura, digamos assim, do regime dito democrático, criou-se o “coiso” de constituir empresas para tudo, e sabe-se, e vem-se sabendo que o problema das empresas, no caso concreto das Águas de Portugal, a máquina que está por detrás dessa estrutura, o que gasta essa estrutura, onde põe os seus tentáculos, nas chamadas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, que muitas vezes tem servido para “premiar” quem sai de um lugar para colocar num determinado lugar, não sei se é verdade, mas segundo dizem, o vencimento, ou o salário, a remuneração, sem as benesses, do Presidente das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, e é um, serão à volta de vinte e cinco mil euros por mês, o das Águas de Portugal, segundo vinha também nos periódicos, será, não pode, não podia, mas pelos vistos pode, será à volta de cinquenta mil euros por mês, mais frota de carros de todos os gostos, fora depois as assessorias.

----- O consumidor não pode pagar isto! E é isso que nós devemos acautelar.....

----- Bragança tem, por si só, a faculdade de poder ter um sistema de águas administrado pelo Município.

----- Não se sabem também as contas, ao certo, digamos assim, das relações contratuais entre a Câmara Municipal de Bragança e as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, não se sabe qual foi o valor entregue pela Câmara Municipal de Bragança às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, isto é, não se sabe efetivamente qual é a posição da chamada, digamos assim, Associação de Municípios, no âmbito que integram as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, e havia que fazer uma avaliação disto, agora o que tem que ser salvaguardado é evitar, a todo o custo, que isto seja controlado sem ser ao serviço do interesse público, porque, segundo consta também neste estudo, se houver efetivamente uma empresa privada e um serviço único a administrar as Águas de todo o território Nacional, em Bragança o nosso custo poderá, digamos assim, triplicar aquilo que está a ser pago, neste momento, na faturação. A expectativa é esta, a expectativa é real, e triplicar será pelo mínimo. Portanto será de acautelar efetivamente evitar que isto possa vir a acontecer.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Mais uma intervenção sobre a Moção, Luís Filipe Fernandes.

----- **Luís Fernandes** – Muito bom dia a todos. Hoje é a primeira vez que aqui venho, cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Caros amigos, Membros e Público.

----- Esta questão é uma questão deveras sensível para ser tratada de ânimo leve e dá-me a ideia que também o Governo o está a fazer um pouco atabalhoadamente.....

----- Todos nós sabemos que a água é um recurso natural e como tal é um recurso que nós, aqui, agora, estamos a tratá-lo do ponto de vista de abastecimento humano, só à escala humana, e eu

entendo, e muita gente entende, que este recurso não pode ser visto só neste âmbito, portanto que ele é vital para a gestão normal e sustentada dos eco sistemas, e pensar na água como um recurso só de direito humano é totalmente errado, porque nós temos assistido a várias situações complicadas que o homem, em prol de satisfazer o seu egoísmo, depois provoca situações catastróficas na gestão deste recurso. E, na situação que nos põem, neste momento, de privatizar completamente este recurso, caminhamos para aí, caminhamos para a exploração desenfreada deste recurso sem olhar a outros meios. Por isso é que o PS defende e tem defendido aqui nesta Assembleia, durante o tempo recente, que tivemos aqui, recordem-se, na gestão das Águas de Trás-os-Montes, que nós tivemos aqui algumas situações em que estivemos frontalmente contra a passagem da água para as Águas de Trás-os-Montes, porque nós entendemos que a água deve ser gerida pelo bem público, porque o bem público pode e deve atender a todas as situações que se manifestam em volta da exploração da água como recurso natural. Se nós vamos entregar isto ao privado, o privado não quer saber dessa gestão como bem público, quer saber é da sua gestão como recurso e virado só para o objeto da sua empresa que é o lucro. -

----- Portanto nós estamos frontalmente contra desta situação, quer da privatização, quer também, como agora o Governo quer fazer, da aglutinação de todos os sistemas de gestão de água, criando três zonas de plano, a nível Nacional, ou seja, criando três grandes blocos de gestão de água - está ali o Luís a dizer-me que são quatro, porque lá em baixo, no Algarve, fica outro - em que se pretende entregar esta aglutinação para a gestão privada, onde, aí sim, toda a questão do recurso “água” fica completamente desprotegido, completamente entregue à exploração por exploração, sem se pensar, a montante, o que é que se deve fazer na gestão deste recurso como recurso natural.

----- Portanto daí nos também termos subscrito esta Moção e apoiarmos integralmente esta Moção que aqui foi apresentada.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não havendo mais intervenções sobre este tema, passaremos à votação da Moção.

----- **FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, VINTE E SEIS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.**

----- Declarações de voto, por favor?

----- Luís Pires, do PS, tem a palavra para a declaração de voto.

----- **Luís Pires** – Muito bom dia, mais uma vez. O PS apoiou esta Moção por vários motivos, um dos motivos é porque a água é um bem essencial, outro dos motivos tem a ver com o facto que, às vezes,

neste País, sob argumentos que acabam por ser maliciosos se conclui que a prática depois não converge com esses pressupostos iniciais, ou seja, muita gente neste País não é tão séria como nós pensamos que seria, e o que acontece é que acabam por desvirtuar aquilo que é o objetivo principal de terminadas medidas, às vezes há medidas que conceptualmente são adequadas, mas que depois na prática se tornam desadequadas, há sistemas bons, os homens que os exercem estragam-nos.

----- Temos muitos exemplos no País que integram entidades similares àquelas que se preveria que iriam entrar aqui, como seja a figura do regulador, há exemplos no País que demonstram que a prática não se concretiza de forma adequada.....

----- E, também, permitam-me só mais uma razão para que nós tenhamos tomado esta posição, é que eu começo a ficar um pouco farto, e o PS começa a ficar um pouco farto de que andem alguns paladinos a referir que o público é que gere bem. Eu, às vezes, recordo-me noutras áreas, que não a da água, que não temos esse exemplo, mas na área da saúde, por exemplo, que há gestores que mostram gráficos com valores muito bons, gráficos com inclinações favoráveis e deslumbrantes, no entanto esquecem-se que o seu negócio é zero, porque eles têm isso perfeitamente alavancado no Estado, exemplo de subsistemas de saúde, ADSE e coisas no género, há muitas instituições privadas que iriam à falência se não fosse o Estado, diga-se lá então onde é que está a boa gestão privada nestas situações. ..

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado Sr. Deputado.....

----- Tem a palavra para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado do Movimento Sempre Presente, José João Lourenço.

----- **José Lourenço** – Bom dia a todos, Sr. Presidente, caros elementos da Mesa, Sr. Presidente da Câmara.

----- Obviamente que o Movimento não podia deixar de apoiar esta Moção e esta atitude, é um assunto muito complexo, mas que efetivamente deveríamos pensar seriamente, e nos tempos que decorrem ainda mais, se aquilo que é nosso, que é a água, a água é nossa, tem que se transformar num negócio para efetivamente justificar a manutenção de estruturas nas quais os principais partidos deste País têm colocado os seus elementos alternadamente, auferindo vencimentos muito elevados, eu conheço pessoas que têm a sorte de trabalhar para esses organismos e de facto têm uma vida muito superior à média dos nossos cidadãos, e isto que seja também uma reflexão para o que tem acontecido neste Concelho, nestes últimos anos, nestes últimos mandatos.

----- Foi lembrado aqui o falecido Sr. Presidente de Câmara, José Luís Pinheiro, que efetivamente deixou obra, ajudou o Executivo daquela altura, com os meios inferiores aos existentes, entretanto

ajudou as aldeias a ter os seus sistemas próprios de fornecimento de água, tudo isso foi desmantelado para se efetivamente poder justificar a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, que depois, pelo meio, tem outros negócios que nós contribuintes que temos que pagar depois, que são as energias e etc., e efetivamente muitos dos presentes nesta sala, se calhar, neste momento, deveriam pensar no que é que votaram positivamente em determinados momentos nesta mesma sala, que efetivamente só nos veio prejudicar, estamos a pagar isso.

----- Daqui a nada para justificar financeiramente essas empresas vão ter que também gerir o ar e não sei que mais, por conseguinte acho que muito mais do que esta Moção, que seja um ponto de mudança e este cortar de gorduras que não seja só feita cá em baixo, tem que ser feita lá para cima também, e estes organismos desnecessários que efetivamente estão a explorar aquilo que é de todos e que já estava devidamente usufruído deviam ser repensados e eventualmente excluídos e extintos.

----- Só isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Deputado Guedes de Almeida, do CDS/PP.

----- **António Almeida** – No fundo, justificar o sentido de voto positivo, não mais pelas razões que foram invocadas anteriormente, quer dizer, por detrás de tudo isto e a impulsionar tudo isto estão interesses particulares, aquilo a que vulgarmente o povinho, aquele que está lá fora e que sofre, chama de “tachos”, e porque os valores são esses efetivamente, são bem pagos, e acontece tudo neste regime que acaba por ser suportado pelas Assembleias Municipais, pela Assembleia da República, porque depois acontece tudo pelo meio, e acontece tudo pelo meio, e não está o Dr. José Moreno se não eu explicava-lhe, também tem um exemplo no Hospital, de uma Sra. Médica que podia ser filha dele, pela idade, que talvez ganha mais do que qualquer médico especialista em qualquer hospital, quase do País, as razões são fáceis de perceber, basta olhar ao apelido.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Luís do Vale, do BE.

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Apenas manifestar a satisfação pela tomada de consciência por parte desta AM e facto tal, como já aqui referimos várias vezes, sempre que se trata de falarmos acerca do abastecimento de água às nossas populações, nada nos parece que possa advir de positivo da privatização da água, aliás não percebemos sequer a lógica da especulação à volta da água, desse bem que é um bem coletivo e sem o qual não sobrevivíamos, e portanto ficamos muito satisfeitos não só pela partilha da Moção com os outros grupos Municipais, mas pela aprovação da moção.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Deputado Amândio Gomes, do PSD.

----- **Amândio Gomes** – Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Sr. Presidente da Câmara, ilustres membros desta Assembleia.

----- O PSD resolveu abster-se em virtude de não ter dados capazes de avaliar melhor a situação que hoje estamos a viver relativamente à privatização ou não privatização das águas. Contudo quero chamar a atenção de que este assunto em que agora o PS encarniçadamente está contra, foi criado por ele, e já foi criado com vista a estabelecer a privatização, porque isso vinha de acordo com os interesses do mesmo PS e dos membros.

----- Nós resolvemos não votar contra para não inviabilizar a votação mais concentrada com o que a maioria desta Assembleia entende. No entanto deixamos aqui bem claro que a situação foi criada pelo PS, e não sabemos no que vem dar, assim ficamos mais livres com a nossa posição, ficamos mais livres para noutra oportunidade podermos avaliar melhor o resultados de uma possível ou não possível privatização.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado Amândio Gomes.

----- Terminado este ponto regressamos à nossa agenda no que dizia respeito às inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, e nesse sentido peço ao Deputado Amândio Gomes que regresse para fazer a sua intervenção.

----- **Amândio Gomes** – Bom, aquilo que nos foi dito aqui pelo Sr. Deputado Dr. Luís Pires, sobre o atual posicionamento e sobre as atitudes que o atual Governo tem vindo a tomar relativamente às dificuldades com que a vida Portuguesa se debate, especialmente a vida económica, eu quero dizer-lhe que lamento que o PS venha aqui hoje apresentar-se como se nenhuma responsabilidade tivesse sobre o assunto e sobre as causas que levaram à atual situação, parece que nada se passou com o PS, que o PS não tem nada a ver com o que está a acontecer.

----- Bom, se o nosso Governo, hoje, toma as atitudes que está a tomar, que são uma consequência do estado em que recebeu o País, essa é que é essa, portanto não venham agora, aqui, lavar as mãos como Pilatos e a imputar todas as responsabilidades aos outros. O Governo está, ou pensa estar, a atuar da melhor forma para resolver os problemas prementes com que se deparou logo após a tomada, enfim, do Governo.

----- Referiu-se à necessidade de criação de mais emprego, naturalmente que sim, era bom para todos nós porque se não for criada riqueza não há também, depois, modo como distribuir aquilo que não existe, e portanto o estado social estará em perigo.....

----- Também nos falou na posição do Obama, que prometeu, realmente, a criação de mais emprego para o seu País, para a sua Nação, bom, infelizmente nós não somos a América e as coisas não acontecem num estalar de dedos, tem que se ir trabalhando no sentido de proporcionar à sociedade civil a possibilidade dela criar mais empregos, porque as câmaras e outras entidades públicas não podem criar empregos a belo prazer, podem, contudo, satisfazer algumas condições que eventualmente poderão levar à criação de mais empregos, mas pela sociedade civil.....

----- O despovoamento do Nordeste já vem de muito longe e eu quase que me atrevia, hoje, a dizer quando é que ele se começou a notar mais, foi numa reunião que o Sr. Ministro do Planeamento teve em 1989 com os autarcas do Nordeste, nessa altura ele disse, com uma voz de trovão, que ia só àquela reunião para informar todos os presidentes do Norte de Portugal, que ali estavam, que todas as localidades com menos de quatro mil habitantes eram para desaparecer. Isto fez-me logo aí transparecer o género de política que estava a implementar relativamente ao interior, onde poucas localidades há com mais de quatro mil habitantes.....

----- Nessa altura o Amândio Gomes, este que está aqui, estava lá, e teve a coragem de investir contra tal declaração, a reunião acabou ali, depois de eu falar, ninguém mais quis falar e as coisas acabaram por ali, o mesmo Amândio depois sofreu algumas represálias que eu me abstenho de aqui referir, contudo isto vem desses tempos, mas vem desses tempos e tenho pena que o PS não tenha sabido inverter esta situação, porque nunca o fez nem nunca se empenhou nesse sentido.....

----- Fala-se também, e falou, do facto do Ministro Relvas não se demitir, eu quase concordo consigo, eu quase concordo, mas também lhes quero dizer que o PS teve outros “relvas” e também não se demitiram, de maneira que, enfim, quanto a isto temos que ter alguma contenção porque não sabemos as razões porque uns e outros o fizeram, também outros eram uma vergonha e não se demitiram, só se demitiram quando o Povo realmente os pressionou e os levaram a tal efeito.....

----- Relativamente às traquinices dos políticos, bom, todos as fazem, todos as fazem e em todos os tempos houve políticos traquinas, mas de qualquer das formas eu quero-lhes dizer que é difícil, na atual conjuntura e noutras conjunturas foi sempre difícil, os deputados que apoiam determinado Governo tomarem posições contra esse Governo que apoiam, sempre assim foi.....

----- Mas eu pergunto - onde está o Deputado do PS para se manifestar? Que lhe compete nesta situação, devia ser ele a dinamizar mais as acções que visam o encontro de soluções para a nossa região,

é uma pena que os Srs. só se lembrem das coisas quando estão na oposição, quando estão no Governo não fazem literalmente nada.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado, Sr. Deputado.

----- Srs. Deputados, a discussão na Assembleia faz-se naturalmente ao microfone.

----- **Presidente da Mesa** - Já não há tempo, lamento, cada partido é que faz a gestão do seu próprio tempo, nós limitamo-nos apenas a registar os tempos utilizados.

----- Bom, prosseguimos com a sessão, tendo terminado as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, avançamos para o Período da Ordem do Dia, pedindo, naturalmente, ao Sr. Presidente da Câmara que faça a informação que entender, enfim, temos tópicos, imagino, da informação que de forma escrita remeteu a esta Assembleia e que chegou aos Srs. Deputados.

----- Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra, não sei também se o Sr. Presidente da Câmara de qualquer maneira quer ainda utilizar algum tempo do que é conferido à Câmara no Período de Antes da Ordem do Dia?

----- Então pedia o seguinte, Sr. Presidente, usava o Período de Antes da Ordem Dia para a sua intervenção e prosseguia, por favor, com o Período da Ordem do Dia com a sua intervenção do Estado e Vida do Município para dar conhecimento a esta Assembleia

----- Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.

----- **Presidente da Câmara** – Saúdo o Sr. Presidente da AM, restantes Membros da Mesa, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados, Público presente, Comunicação Social.

----- Antes de passar ao ponto sobre o Estado e Vida do Município, pretendo responder a algumas questões e reagir a outras.....

----- Responder à questão do Sr. Deputado Luís Pires, relativamente à reunião promovida pela Estradas de Portugal, em Bragança, com os Autarcas do Distrito - De facto não estive presente, a Câmara Municipal fez-se representar pelo Sr. Vereador Hernâni Dias que aproveitou para exigir o empenho do Governo Português no âmbito da próxima Cimeira Ibérica, no sentido de a Autoestrada entre Quintanilha e Zamora ser considerada prioritária no quadro das negociações ente os dois Estados.

----- Manifestou as seguintes preocupações: a) relativa à finalização do troço da Autoestrada Transmontana, tendo sido referido pelos responsáveis da empresa que até final do primeiro semestre deste ano estaria concluída, há no entanto alguns sinais preocupantes relativos ao desenvolvimento dos trabalhos, mas também é verdade que a maioria dos trabalhos que falta executar exige condições climatéricas próprias.

----- b) Relativa à suspensão das obras do túnel do Marão que ocorre há quase dois anos. Creio que, enquanto o Tribunal não decidir sobre o abandono da concessão por parte do concessionário, conforme pedido feito pela entidade concedente, estará fora do alcance da decisão política intervir na obra. Politicamente foi dito que a região está a ser prejudicada com a situação.

----- c) Exigência de prioridade de continuação do IP 2 na ligação entre Bragança e Puebla de Sanábria, assim como o agendamento no âmbito da preparação da Cimeira Ibérica, manifestamos preocupação com as ligações Concelhias, designadamente Bragança a Vinhais e a ligação de Outeiro para Vimioso, duas ligações prioritárias no Distrito

----- d) Preocupação com a estrada Nacional 217, pensamos que a intervenção que já foi feita melhorou as condições de segurança, foi uma intervenção positiva, mas requer uma intervenção de outro nível, de correção do traçado.

----- e) Satisfação pela adjudicação das obras de requalificação da EN 206, entre o cruzamento de Refoios e Melhe, já adjudicadas e prestes a iniciar, logo que as condições climatéricas o permitam.....

----- Relativamente à declaração do Sr. Deputado Guedes de Almeida, eu sei que ele tem uma visão catastrofista das coisas, falta-lhe uma visão positiva, de impulso e de construção. Portanto o Comentário que tenho que fazer é de falta de rigor, total falta de rigor, também de incomodidade, declaração que não está conforme com a realidade e com os resultados alcançados no Município, publicados pelo INE e bem compreendidos pelos cidadãos que aqui residem e que nos visitam.

----- Quanto ao IMI salientar que o Município está no grupo do terço de Municípios com mais baixas taxas de IMI a nível Nacional. Para confirmar a sua falta de rigor, informo que a taxa de atividade no Concelho de Bragança era em 1991 de 37,02%, era em 2001 de 42%, e era em 2011 de 43,61%, se acontece aquilo que o Sr. Deputado diz, com perda de 8000 postos de trabalho, a taxa de atividade estaria na ordem dos 21%, assim é uma situação incompreensível a forma como aborda esses números.

----- Também salientar que ao nível da população ativa, olhando agora esta de outro nível, estávamos em 2001 com 14 582, em 2011 com 15 411, ou seja, há um crescimento real de 829 postos de trabalho, pessoas no ativo, portanto o Sr. Deputado tem que usar de rigor e credibilidade nos números que utiliza porque essa é uma forma de valorizar a política e de valorizar a cidadania e democracia, a outra posição é uma posição que não ajuda, eu acho que é preciso que os cidadãos e as instituições saibam encontrar o consenso mínimo, mas suficiente, à volta daquilo que é essencial para promover o desenvolvimento do Concelho, é isso que os cidadãos exigem a quem é eleito, o contrário, de facto, desvaloriza a política e *descredibiliza-a*.

----- Quanto à questão do Sr. Deputado Lourenço, nas aldeias foram reforçados os sistemas de abastecimento de água e de saneamento, como é bem visível e perceptível, não houve o desmantelamento, o que refere não tem qualquer sentido, não passa de uma declaração que inclui uma parte de ignorância sobre o trabalho concretizado e outra de demagogia política. O que é bem evidente e suficientemente demonstrado nos relatórios de gestão do município a dimensão enorme do investimento para o reforço dos sistemas com a construção de muitas novas redes de distribuição, de drenagem e tratamento de esgotos, tudo executado sob gestão Municipal. Os resultados são suficientemente expressivos. Penso que o município deve manter-se como Entidade Gestora.....

----- Passava, de seguida, à questão do Estado e Vida do Município.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, um ponto de ordem à Mesa, porque?

----- **Presidente da Mesa** - Não, neste momento não tem...pode vir explicar-me qual é a razão, o motivo para a Mesa decidir, não tem o seu tempo, a seguir, de intervenção e de pedidos de esclarecimentos dentro do período da Ordem do Dia, Sr. Deputado.

----- Sr. Presidente peço desculpa pela interrupção, não quis perturbar, mas houve uma indicação de ponto de ordem à Mesa que não tem consonância com o Regulamento, pelo que o Sr. pode prosseguir.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente, e salientar que os dados que transmiti à AM foram retirados já durante esta Assembleia do site do INE.

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município......

- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das atividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 17 de dezembro de 2012, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

1.1 – Divisão de Administração Financeira

1.1.1 – Serviço de Contabilidade e Gestão Patrimonial

Com reporte ao período acumulado a 31 de janeiro de 2013, a execução bruta do Orçamento da receita é de 6,70% (no montante de 2.674.502€), para um Orçamento da despesa paga de 6,62% (no valor de 2.644 917€).

De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram até 31 de janeiro de 2013 uma execução financeira de 4,76% (776.317€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 428.251€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal no valor de 348.066€. As despesas foram orientadas principalmente para as funções gerais e económicas, com um valor de despesa paga de 348.746€ e 311.125€, respetivamente. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 3,12% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 14,59%.

A evolução da estrutura das dívidas a terceiros regista em 31 de janeiro de 2013 uma diminuição de 636 064,36€, ou seja, de -5,15 pontos percentuais, comparativamente a 31 de janeiro de 2012.

Em termos patrimoniais foram inventariados 407 bens móveis no valor total de 41.257€, um bem imóvel no valor total de 34 941€ e foram, ainda, registadas 17 empreitadas no valor total de 9.154.562€.

De 01 de janeiro a 11 de fevereiro de 2013 foram deliberados em reunião de Câmara apoios financeiros para as Juntas de Freguesia no montante de 186.828€ (para investimento e compensação devido a trabalhos vários referentes a obras de beneficiação e reparação das Redes de Saneamento Básico) e Subsídios e Participações para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 291.500€, sendo 283.000€ relativos a apoios concedidos a Centros Sociais e Paroquiais para a construção, melhoria e ampliação das instalações, nomeadamente Lares de Idosos e outras respostas sociais.

1.1.2 - Serviço de Taxas, Contra Ordenações e Metrologia

No período de 1 a 31 de janeiro de 2013 o valor das taxas e outras receitas municipais arrecadadas pelo setor no âmbito das suas atribuições foi de 99 582€ representando um saldo positivo de 12.798€ (12,85%), comparativamente ao período homólogo.

1.2 – Unidade de Administração Geral

- Serviço de Expediente Geral e Arquivo

No âmbito deste Serviço destacam-se, para além da atividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, as seguintes tarefas: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 1 165 documentos em suporte de papel; 1 433 documentos na aplicação informática de atendimento; e registadas 726 faturas na aplicação informática POCAL; foi emitido nesse período 1 certificado de Registro de Cidadãos da União Europeia.

No âmbito do Arquivo foi dada continuidade ao tratamento de documentação e apoio à investigação relativa à obra “Bibliografia do Distrito de Bragança” do Prof. Hironidino da Paixão Fernandes.

1.2.1 - Serviço de Recursos Humanos – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de dois procedimentos concursais por tempo indeterminado em fase de período experimental e 17 processos de aposentações. Deu-se continuidade ao acompanhamento do pessoal afeto ao centro de emprego com contrato emprego- inserção, num total de sete, nas áreas nas áreas de Serviços Gerais, Arquivo, Educação Social, Psicologia, Ação Educativa e Apoio Social e Comunitário.

1.3. Assessoria Jurídica e contencioso: prestou apoio nas seguintes áreas: - Habitação social; - Contraordenacional; Património; - Apoio jurídico às Juntas de Freguesia.

1.4. Serviço de Informática : Para além das tarefas normais de funcionamento do Gabinete, durante o período a que o presente relatório respeita, destaca-se a realização das seguintes atividades na área da Informática: - Construção de um novo circuito de expediente geral, em conformidade com a nova organização dos serviços municipais. - Implementação de fibra ótica entre os serviços de informática e o Cybercentro, em virtude da mudança de serviços para essas instalações. Implicou também o apoio na mudança e configuração de equipamentos.

O principal website do Município de Bragança registou, de 17 de dezembro de 2012 a 11 de fevereiro do presente, um total de 36 941 (média de 660 visitantes por dia).

Os restantes endereços autárquicos foram visitados, no mesmo período, 4.579 vezes (82/dia). Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 1 051 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 1 497 pessoas, enquanto que o endereço do Teatro Municipal recebeu 1 720 visitas e o da Biblioteca Municipal 311. Relativamente ao Facebook 5.056 “amigos” e 1.569 fãs seguem diariamente as atualizações do Município.

2 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

2.1. Serviço de animação e equipamentos culturais

Centro de Arte Contemporânea – No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 12 de janeiro, a exposição “IDEIAS K”, uma mostra retrospectiva do artista, radicado em Salamanca, Fernando Sinaga, comissariada por Glória Moure.

A exposição percorre, através de mais de quarenta obras em diversos suportes expressivos, o imaginário subjacente na obra de Sinaga ao longo de grande parte da sua etapa criativa, desde 1984 até à atualidade.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, continua patente a exposição inaugurada no dia 10 de novembro “Mapas e o Espírito da Oliveira” trabalhos que em 1984 constituíram um dos anos mais marcantes e produtivos da carreira da artista, subsequentes à sua participação na XVII

Bienal Internacional de Arte de São Paulo. Associam-se agora, quase trinta anos depois, a um outro conjunto de trabalhos inéditos, produzidos especificamente para esta exposição.

Nos meses de dezembro e janeiro foram realizadas visitas/jogo e oficinas solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 1387 pessoas.

No mês de dezembro foi particularmente frutuosa a “OFICINA FÉRIAS DE NATAL”, realizada ao longo de quatro dias, com atividades de prática artística e complementada este ano, um dos pontos altos da oficina, com a realização, no Forno Comunitário dos Batocos, de uma atividade que permitiu às muitas crianças inscritas participar e acompanhar todo o processo de confeção e cozedura do pão em forno tradicional. A oficina, à semelhança do que vem acontecendo noutras edições, envolve outros equipamentos municipais como o Museu Ibérico da Máscara e do Traje e o Pavilhão Municipal.

Em janeiro realizou-se também a primeira de doze oficinas temáticas a realizar em 2013 em calendário fixo, concretamente ao terceiro sábado de cada mês, que designámos por 12 MESES / 12 OFICINAS. Abertas à colaboração dos pais, também esta oficina que designámos “GOMAS E GELATINAS”, a verificar pela experiência realizada em novembro com a oficina “ANDARILHOS DE LATA”, foi ainda mais participada.

A par disso realizaram-se também algumas visitas guiadas, atividade cada vez mais procurada pelos alunos que frequentam os Cursos de Artes, tanto das escolas do ensino secundário como do superior.

Nos meses de setembro, outubro e novembro visitaram o espaço 2.882 pessoas.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje – Nos meses de dezembro e janeiro visitaram o museu 274 pessoas.

De 01 de novembro a 31 de dezembro de 2012 esteve patente neste equipamento uma exposição de máscaras de António dos Santos Alves.

Entre 08 de janeiro e 04 de fevereiro o museu esteve encerrado ao público para manutenção.

Teatro Municipal de Bragança – Durante os meses de dezembro e janeiro realizaram-se 14 espetáculos com 25 sessões.

No mês de dezembro destacaram-se os espetáculos “O Lago dos Cisnes”, pelo Russian Classical Ballet, “Doce Lar”, dos Virgem Suta, “O senhor”, pelo Teatro de Marionetas do Porto, “Nana Nana”, poema vocal com novelos de lã, com Carla Galvão e Fernando Mota e “Fora do Baralho”, com Mário Daniel. Durante o mês de janeiro decorreu o FAN - Festival de Ano Novo, na sua sétima edição, com os espetáculos “Canta-me um conto”, “Camões é um poeta RAP”, da Orquestra de Jazz da Escola de Música de Espinho, do pianista Filipe Pinto Ribeiro, da cantora Cristina Branco e a Orquestra de Câmara de Espinho e da companhia de música teatral: “Novelinhos opus II”. De referir, ainda, os espetáculos da

Companhia de Dança de Angola e do “Cantar dos Reis”. No mês de dezembro assistiram 1761 espectadores, e no mês de janeiro 1062 espectadores.

Bibliotecas Municipais - Continuação da indexação e catalogação do acervo documental que têm vindo a ser executadas paralelamente ao trabalho de atendimento ao público. Durante o mês de dezembro usufruíram dos serviços disponibilizados na Biblioteca 2277 utilizadores, e no mês de janeiro 2296. Nestes meses, na secção infantil, foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: leitura partilhada, desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 1033 crianças.

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses em análise registou-se a presença de 244 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Adriano Moreira – No dia 08 de dezembro foi inaugurada, na sala Luís de Camões a exposição “Paisagens 2012” – II Salão de Artes Visuais e esteve patente até ao dia 04 de fevereiro.

2.2 – Serviço de Educação e Ação Social

Educação: Até ao final do mês de janeiro, no âmbito do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares e CAF, deram entrada nos serviços de ação social escolar 951 processos dos alunos do 1º CEB e 329 processos dos alunos do Pré-escolar.

No âmbito do programa de “Controlo de Salubridade” das Cantinas do Pré-escolar e 1º CEB, foram visitadas, até à presente data, duas unidades recetoras das refeições escolares, dos alunos do Pré-escolar e do 1º CEB de Santa Comba de Rossas e do Centro Escolar da Sé, tendo-se procedido à verificação das condições de funcionamento, qualidade do serviço prestado e recolha de amostras, estando presente técnicos do município e o técnico de saúde ambiental da Unidade de Saúde Pública do Nordeste.

Mensalmente, as diversas instituições escolares enviam para os serviços da ação social escolar os mapas de registo de degustação devidamente preenchidos, tendo-se procedido à análise dos mesmos, no sentido de tentar oferecer um melhor serviço.

No final do mês de janeiro usufruíam de suplemento alimentar 322 alunos do 1.º ciclo do ensino básico integrados no escalão A do abono de família da segurança social.

Foi concluída a fase de reembolso de 50% do valor da fatura dos manuais escolares apresentadas pelos encarregados de educação dos alunos posicionados no escalão B do abono de família da segurança social. Foram tratados 134 processos num total de 3.787.99€.

Imbuída do espírito da quadra natalícia a CMB distribuiu por todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do concelho uma lembrança com votos de Boas Festas e Próspero Ano Novo, num total de 2102 alunos abrangidos.

Ação Social:

Desde o início do mês de dezembro de 2012 e o início do mês de fevereiro de 2013 realizaram-se, com marcação prévia, 62 atendimentos sociais para avaliação e resposta face aos diferentes pedidos de apoio social e 180 atendimentos sem marcação, o que perfaz um total de 242 atendimentos de cariz social.

Ainda neste período, foram realizadas 20 visitas domiciliárias no âmbito do acompanhamento de uma multiplicidade de situações/problemáticas.

No passado dia 26 de janeiro, realizou-se o 9º Encontro “Bragança e a Comunidade Internacional”, organizado pela Câmara Municipal de Bragança, no qual marcaram presença mais de 320 pessoas de 24 nacionalidades diferentes. O evento começou com algumas atividades desportivas, no Pavilhão Municipal, onde decorreram jogos de futsal e aulas de fitness, e com a visita ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais e ao Museu Ibérico da Máscara e do Traje. Durante a tarde, e após um almoço, decorreram, no Mercado Municipal, diversas atividades culturais, como danças tradicionais e momentos musicais.

2.3. UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE

Realizou-se na Piscina municipal o Torneio de Escolas de Natação com as diversas Escolas de Natação: Escola de Natação Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Bragança, Natação Clube de Chaves, Sport Clube de Mirandela e Ginásio Clube de Vila Real, reunindo cerca de 100 atletas.

O projeto Desporto Sénior no Meio Rural, que visa abraçar todos os munícipes com mais de 65 anos, podendo excecionalmente abranger outras idades, está a decorrer na Freguesia de Grijó de Parada com uma média de 20 participantes, na freguesia de São Julião de Palácios com uma média de 30 participantes e na Freguesia do Paço de Rio Frio com uma média de 30 participantes.

A Câmara Municipal de Bragança e a Associação de Futebol de Bragança, formalizaram a candidatura à Federação Portuguesa de Futebol, para a realização do Torneio de Futebol “Lopes da Silva”. Assim no dia 27 de novembro de 2012, responsáveis da Federação Portuguesa de Futebol, deslocaram-se a Bragança para reunião e verificação das condições logísticas (campos de futebol, balneários, alojamentos) tendo posteriormente vindo a comunicar, por escrito, que o referido torneio foi atribuído a Bragança e que terá lugar no final do mês de junho de 2013. No torneio participarão seleções distritais de sub-13, continente e ilhas, e trará à cidade cerca de 700 pessoas, entre atletas e equipas técnicas.

2.4 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Serviço de Turismo

Foram atendidos no Posto Municipal de Turismo um total de 1493 turistas. As nacionalidades com maior expressividade são a espanhola com um total de 807 visitantes e a portuguesa com 347.

Para além do trabalho desenvolvido no Posto Municipal de Turismo, o Serviço de Turismo desenvolveu e/ou colaborou em diversas atividades tais como: Vistoria e atribuição de classificação na tipologia “Casa de Campo” ao empreendimento turístico “O Cabanal” localizado na aldeia de Sarzeda, produção da Agenda 2013 do município, preparação das atividades a realizar em Bragança integradas no projeto Pré Christian Traditions – Masquerades, colaboração com a Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal para criação do Guia do Alojamento a Norte, apoio à Delegação Touring Cultural & Paisagístico e dos Patrimónios para a elaboração da Agenda Cultural 2013, apoio na compilação de informação para atualização do Atlas/Guia da Rota da Terra Fria e distribuição de material promocional (mapas cidade, Roteiro dos Museus, Flyer Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Guia Eixo Atlântico, Guia de Natureza do Turismo do Porto e Norte de Portugal) pelos vários empreendimentos turísticos do concelho.

3 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo

Foram, neste período, abertos 4 concursos no valor de 580.178,36€+IVA, destacando-se os trabalhos complementares na Circular Interior - Troço da Mãe d'Água (140.619,00€); - Conservação e Beneficiação do CM 1064 à Sr. da Serra e da EM 506 à Petisqueira (224.145,00€); - Arranjo Urbanístico da rua Emídio Navarro no acesso ao Paço Episcopal (170.414,17€); - Fornecimento e instalação de reservatório de 30m³ e ligação à rede pública na aldeia de Martim (45.000,00€).

Neste período foram adjudicados trabalhos no valor global de 38.805,45€+ IVA, nomeadamente a recuperação do Edifício Público no Bº da Estação, onde funcionou a cooperativa da Terra Fria, nesta data está cedido à Associação “Entre Famílias”.

Outras obras a decorrer: - Reversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município, com a intervenção denominada de “EcoPolis”; - Execução de saneamento em Frieira, Vila Boa e Lagomar; - Execução de saneamento em Terroso, Parâmio e Gondesende; - Execução do Saneamento e ETAR em França, Rabal e Rebordãos. Atualmente os trabalhos desenvolvem-se nas localidades de França, tendo em Rebordão sido já executada uma fossa séptica e instalado o correspondente coletor de drenagem. Os trabalhos em Rabal serão iniciados brevemente; - Construção da primeira fase do Brigantia EcoPark; - Construção do novo espaço para a

feira; - Execução de um coberto entre o Centro Escolar de Santa Maria e Escola Básica e Secundária Miguel Torga; - Construção do Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones; - Pavimentação de rua na Zona Industrial das Cantarias.

Através da maquinaria e recursos humanos da Câmara Municipal deu-se continuidade ao importante trabalho desenvolvido nas Freguesias rurais do Concelho de Bragança, nomeadamente limpeza de caminhos agrícolas nas Freguesias de S. Julião de Palácios, Deilão, Castrelos e Carrazedo; - abertura e limpeza de caminhos florestais e aceiros; - limpeza de estradas e caminhos rurais com recurso a destroçadores, entre outros; - aplicação de material betuminoso para regularização da rua Curvalão Roscal, em Donai ; -Alargamento da estrada municipal deste o cruzamento do Aeródromo ao cruzamento de Varge.

No conjunto das operações urbanísticas, ou seja, o somatório das ações relacionadas “licenciamento e comunicações prévias”, em 2012 registou-se um abrandamento de 9,40%, face ao ano de 2011 e 53,16% ao ano de 2007.

4- DIVISÃO DE AMBIENTE, ÁGUAS E ENERGIA

4.1- Serviço de Águas e Saneamento

Encontra-se em fase de abertura de concurso público o projeto de “Execução de furos nas localidades de Alfaião, Labiados e Outeiro”. O preço base é de 30.000,00€. A execução destes novos furos verticais reforçará, designadamente nos meses de verão, o abastecimento de água a estas localidades. O furo a executar na localidade de Labiados antecipará a execução de um novo sistema de armazenamento de água com projeto já elaborado.

Em execução os trabalhos de reparação dos passeios relativos á obra das ligações à rede pública de água da conduta instalada na empreitada da pavimentação da avenida Abade de Baçal, incluindo eliminação da conduta em fibrocimento.

Em Carragosa deteção de várias perdas de água ao longo da rede pública de distribuição

Em Bragança, início da execução da rede de drenagem de águas residuais das ruas Ana Garcia e João Fernandes. A obra será executada por administração direta da Câmara Municipal de Bragança.

Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em coletores (26); limpeza de fossas (22); mudanças de nome de clientes (42); execução de novas ligações (109); substituição de contadores (32); reparação de fugas (58).

4.2. Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios e Serviço de Manutenção e Limpeza Urbana

Realizados os seguintes trabalhos:

- 1) Espaços verdes: Manutenção de todos os espaços verdes, monda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços; Requalificação dos canteiros junto ao condomínio Duque de Bragança (Av. Abade de Baçal), substituindo o relva por arbustivas, com colocação de sistema de rega gota-a-gota; Colocação de casca de pinheiro em todos os canteiros de arbustivas do jardim do Toural; Plantação de 245 árvores de alinhamento nos arruamentos da zona urbana; Fornecimento de 54 árvores às Juntas de Freguesia.
- 2) Gestão Cemiterial: Durante o período em referência forma desenvolvidas as seguintes atividade: - Inumações – (20); - Concessão de terrenos (3); - Transmissões/averbamentos (4); - Licenças de construção (6).
- 3) Manutenção Urbana: Foram desenvolvidas 8 ações de reparação, substituição de mobiliário urbano associados a atos de vandalismo e a acidentes; - Foram colocados 15 novos sinais e repostos
6. Foram desenvolvidos 8 rebaixamentos de passeios junto a passadeiras (Av. Amália Rodrigues, rotunda do lavrador, Braguinha).

4.3. Serviço Municipal de Proteção Civil: Acompanhamento de todas as ocorrências no concelho (Neve e gelo, ventos fortes, acidentes, etc...); Elaboração do Plano Prévio de Intervenção de Neve e Gelo com aprovação e homologação; Elaboração da reunião da CMPC, para aprovação do exercício (simulacro), previsto no PMEPC, apresentação e entrega do Manual Operacional, do Plano de Contingência para Abastecimento de Água a Bragança, do Plano de Intervenção para Neve e gelo e para análise e aprovação da proposta de regulamento do SMPC;

No dia 20 de dezembro de 2012, realização de exercício tipo LIVEX para testar a operacionalidade do PMEPC de Bragança, simulando um acidente urbano em cadeia, originado pela queda de neve e formação de gelo e queda de postes de comunicações, envolvendo 121 recursos humanos e 25 viaturas; Colocação de 34 toneladas de sal, nas artérias do concelho, para minimizar os efeitos da neve e gelo que se fez sentir no mês de janeiro; Fornecimento de sacos de sal às escolas do município, instituições, e juntas de freguesia, para uma primeira intervenção em situações de neve e gelo.

4.4. Médico Veterinário Municipal: Foram realizadas 5 vistorias relacionadas com queixas de insalubridade. No âmbito do PACE (Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos) foram efetuadas 9 vistorias a estabelecimentos de venda a retalho de carne e peixe. Emissão de parecer sobre 5 projetos de instalações pecuárias.

No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 69 animais, dos quais 10 foram adotados e 4 restituídos aos seus donos. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública.

4.5. Serviço de Energia, Eletromecânica e Telecomunicações

Realização de concurso público das comunicações do Município de Bragança e respetiva adjudicação, estimando-se uma poupança anual de cerca de 25 mil euros.

Continuação de trabalhos diversos de manutenção e reparação dos sistemas de aquecimento dos equipamentos municipais e execução de orientações de redução de consumo energético.

Outras atividades/assuntos relevantes:

- No dia 26 de dezembro realizou-se a inauguração das obras de requalificação e ampliação da Sede da Freguesia de Rebordãos.

A intervenção representa um investimento de cerca de 170 mil euros, suportado em 145 mil euros pela Câmara Municipal de Bragança, e contemplou a ampliação e beneficiação das antigas instalações da Sede da Freguesia, que se encontravam inutilizadas, há cerca de 12 anos, devido às más condições, servindo agora para as várias atividades da população da Freguesia bem como os idosos do Centro de Dia.

- Na sequência da implementação do projeto de modernização administrativa no âmbito da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, e após a realização de um trabalho intenso junto dos serviços do município na aplicação de procedimentos tendo em conta a prestação de melhores serviços aos munícipes, ao Município de Bragança foi atribuído o certificado ISO 9001:2008 que certifica a qualidade dos serviços prestados ao nível do atendimento, obras particulares e dos serviços internos a nível dos recursos humanos, aprovisionamento e gestão dos sistemas de informação.

- No dia 17 de dezembro de 2012 celebrou-se o décimo aniversário do Mercado Municipal, com a presença de grande parte dos lojistas e trabalhadores. Este espaço tem-se afirmado de referência, onde se podem encontrar produtos de qualidade, apresentando atualmente uma taxa de ocupação de 100% na Galeria Comercial e de 80,95 %, no Mercado Tradicional, assegurando, atualmente, 224 postos de trabalho.

- No dia 26 de dezembro decorreu a 5.ª edição da Feira de Artesanato e Produtos Regionais de Parada, na qual participaram, no Pavilhão Multiusos, 25 expositores.

- No dia 08 de janeiro reuniram os Presidentes das Câmaras Municipais de Bragança e de Vila Real com o Senhor Primeiro-Ministro, estando também presente o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para falarem sobre a Ligação aérea Bragança/Vila Real/Lisboa, durante a

qual foi feito um ponto de situação da solução que tinha sido anunciada e avaliada a interrupção da ligação aérea que ocorreu a 27 de novembro de 2012, assim como o seu reinício, condições de operação e calendário.

Na informação transmitida, foi assumido que o modelo de financiamento estava estruturado, no sentido de, a subvenção ao passageiro garantir esforço financeiro idêntico ao custo que anteriormente suportava na aquisição do bilhete, e que até meados de fevereiro seria publicado em Diário da República o anúncio das condições financeiras e de operação, após o que a ligação aérea seria retomada logo que os operadores privados se certificassem junto do INAC para operar, sendo assim a previsão de reinício da ligação aérea para meados de março (um mês depois do prazo anteriormente anunciado).

Foi reiterada, junto do Senhor Primeiro-Ministro, preocupações relativas à coesão e competitividade da região e a necessidade do rápido reinício da ligação aérea em condições de serviço que viabilizem a utilização por parte dos cidadãos em termos de frequência, horários e preço dos bilhetes, assim como das condições mínimas de rentabilidade da operação para os operadores privados, no sentido de garantir que surjam interessados na operação para a realização do serviço público de transporte aéreo.

Salientou-se a necessidade de serem garantidas condições para operação ao fim de semana, de modo a incentivar e promover o turismo de fim de semana na região, assim como a possibilidade de poderem operar aeronaves de capacidade ajustada à procura crescente em período de verão.

- Teve lugar no dia 26 de janeiro, no Auditório Paulo Quintela a cerimónia de entrega dos prémios do “XII Concurso Contos de Natal” e do “XI Concurso de Presépios”. O evento começou com um momento musical, a cargo da Orquestra de Sopros e do Coro “BriChoirT”, do Conservatório de Música e Dança de Bragança, ao que se seguiu a entrega do prémio do Concurso “Ouvido Astuto”. Seguidamente procedeu-se à entrega dos prémios do concurso “Conto de Natal”, no qual participaram alunos do 1º e 2º ciclo do ensino básico com um total de 12 trabalhos e do “Concurso de Presépios” com 53 presépios participantes, sendo 19 da modalidade “Tradicional” e 34 da modalidade “Inovador”.

- No dia 24 de janeiro realizou-se a 8.ª Assembleia Geral do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET, que teve lugar na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, foram apresentadas as primeiras conclusões dos trabalhos realizados do Plano Estratégico de Cooperação e Desenvolvimento Territorial para o período de 2014-2020 e uma exposição da situação dos trabalhos do projeto Biosfera Transfronteiriça.

- No dia 28 de janeiro visitou a Câmara Municipal o Senhor Dr. Jorge Sampaio, alto representante da ONU para a aliança das civilizações, por ocasião da comemoração dos 30 anos do Instituto Politécnico de Bragança

- Pelo Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território e pelo Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, no exercício das competências delegadas pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, foi declarado de Relevante Interesse Público o Projeto de Execução da Reserva de Água de Montesinho e Circuito de ligação ao sistema existente, por Despacho n.º 1291/2013 de 16 de janeiro, publicado em Diário da República, 2.ª Série, de 23 de janeiro de 2013.

- Emissão pela Agência Portuguesa do Ambiente, da aprovação ao projeto da Barragem de Veiguiñas (Reforço de Água a Bragança), no âmbito do Regulamento de Segurança de Barragens (RSB).

- No dia 9 de fevereiro, mais de 200 Caretos de Portugal, Espanha e Itália percorreram, as ruas de Bragança, onde milhares de pessoas se reuniram para assistir ao desfile do Carnaval dos Caretos, ao qual se seguiu a Queima do Diabo, na Praça Cavaleiro de Ferreira.

O evento começou no dia 8 de fevereiro, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, onde foi inaugurada a exposição itinerante “Festas de inverno” que, depois de Bragança, estará patente em Espanha e Itália. Seguiu-se a conferência "Tradições Pré-cristãs - Máscaras e Rituais.

No dia 11 de fevereiro, foi a vez dos mais novos se divertirem no Carnaval Jovem, que decorreu no Pavilhão do Clube Académico.

O Carnaval dos Caretos termina, no dia 13 de fevereiro, com a saída da Morte, Diabo e Censura, pelas ruas da Cidade.

Município de Bragança, 12 de fevereiro de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal,

António Jorge Nunes, Eng.º Civil

----- **Presidente da Câmara** - Quanto ao Estado e Vida do Município apresento alguma informação complementar à informação escrita enviada aos Srs. Deputados.....

----- Temos uma imagem da evolução da primeira fase das obras do Brigantia EcoPark, estão a bom ritmo, de acordo com o calendário contratado e penso que no programa das comemorações do 25 de Abril deveremos poder fazer uma visita a estas obras.

 **Obra em curso**

Parque de Tecnologia Trás-os-Montes e Alto Douro: BRIGANTIA ECOPARK
 1.ª Fase - Custo da obra: 7,31 M€ Invest.: 9,5 M€
 Início: maio 2012 - Prazo de execução: 18 meses

 **Brigantia**
EcoPark



2

----- Também uma imagem das obras do Forte São João de Deus, o edifício administrativo e técnico, o edifício das oficinas, armazém, transportes urbanos, equipas de administração direta e área dos serviços sociais da Câmara, já com todos os serviços aí instalados.....

 **Obra em curso**

REQ. DO FORTE S. JOAO DE DEUS – PROJECTO ECOPOLIS E ECODOMUS
 Invest: 10,85M€ Data prevista conclusão: julho 2013



3

----- Iniciou-se a intervenção no edifício principal da Câmara tendo sido desocupada a metade esquerda do edifício transferindo os serviços de Urbanismo e de Obras para o Mercado Municipal.



Obra em curso

**REQ. DO FORTE S. JOÃO DE DEUS
–PROJECTO ECOPOLIS E ECODOMUS**

Invest.: 10,85M€

Data prevista conclusão: julho 2013






4

----- A imagem seguinte dá nota da evolução dos trabalhos do recinto de valorização de raças autóctones já com parte da estrutura em construção, pensamos que esta parte estará concluída até 30 de março, estará concluída toda a parte de betão.



Obra em curso

RECINTO DE VALORIZAÇÃO DE RAÇAS AUTOCTONES

Inv.: 1,20 M€ ; **Início: nov.: 2012;** **Prazo de execução: 14 meses**



6



Obra em curso

RECINTO DE VALORIZAÇÃO DE RAÇAS AUTOCTONES

Inv.: 1,20 M€ ; Início: nov.: 2012; Prazo de execução: 14 meses



----- Dar também a imagem da evolução dos trabalhos na requalificação, preparação do espaço para a instalação definitiva da feira, naquele que foi o local das antigas casernas do Batalhão de Caçadores Nº 3. Trata-se de um trabalho bem estruturado, devidamente pavimentado, pensamos que servirá para o futuro, aí se instalará definitiva a feira, iniciativa reclamada ao longo de algumas décadas, mas só agora em concretização, espaço que se articulará de forma coerente com o Mercado Municipal e com o espaço de promoção e de venda de produtos da terra. O edifício com maior valor arquitetónico, a antiga Messe dos Oficiais, está a ser preservado, aí serão construídas instalações sanitárias de serviço de apoio à feira, um espaço de promoção e venda de produtos de qualidade da região e um Restaurante no piso superior.



Obra em curso

Recinto da Feira de Bragança – Porta da Rota da Terra Fria de Bragança

Custo Obra: 1,11 M €
Área de intervenção: 13.000 m² **Prazo de execução: 14 meses**




8

----- Também as obras de saneamento das aldeias estão a evoluir, pensamos que em abril/maio este conjunto de três empreitadas estará terminado, dependendo da evolução das condições climatéricas.



Obra em curso

EXECUÇÃO DE SANEAMENTO EM TERROSO, GONDESENDE E PARÂMIO

Custo Obra: 468.790,99€; **Data prevista conclusão: Fev. 2013**



9

----- Dar uma nota do início da execução dos trabalhos de alargamento da estrada municipal entre o Aeródromo e o cruzamento da Aveleda, sendo que se procedeu a igual alargamento do cruzamento de

Aveleda até Varge, tal como se fez na ligação da estrada nacional para Baçal, e que a repavimentação destes troços está já em fase de concurso público.

 **Obra Concluída**

ALARGAMENTO DA ESTRADA MUNICIPAL DESDE O CRUZAMENTO DO AERÓDROMO ATÉ AO CRUZAMENTO DE VARGE



10

----- Dar uma nota relativa à conclusão da ponte internacional sobre o Rio Maças, que liga a Povoação de Figueruela à povoação do lado Português, Petisqueira. Também prolongamento de trabalhos na estação de tratamento de esgotos de Vila Meã.

 **Trabalhos nas Freguesias**

Construção de ponte fronteiriça sobre o Rio Maças - Petisqueira



  **Prolongamento da descarga da ETAR na aldeia de Vila Meã**

11

----- Alguns trabalhos, a requalificação de Centro de Convívio de Vila Nova, trata-se de um trabalho da Junta de Freguesia. Também a ampliação do Cemitério de Izeda, trabalho da Junta de Freguesia com o apoio da Câmara, o mesmo acontece na aldeia de Nogueira e do Zoio.



----- Trabalhos de pavimentações em Sortes, também a construção de um pontão na ribeira de Vilalva que liga Sanceriz a Izeda. Trata-se do principal caminho agrícola de ligação entre as duas localidades que tinha um antigo pontão em estado de ruína, construiu-se um novo neste caminho que serve uma área agrícola muito importante.



Trabalhos nas Freguesias



----- Alguns eventos principais:

----- A Câmara Municipal apoiou a realização da 5.ª edição da feira de artesanato e dos produtos da terra em Parada

----- Decorreu em Bragança a Assembleia Geral do ZASNET, estando a ser preparado o plano estratégico de cooperação territorial para o período 2014/2020, envolvendo o Distrito de Bragança, a Província de Salamanca e de Zamora. Na Assembleia fez o ponto da situação do Projeto Biosfera Transfronteiriça, que pensamos poder entregar aos Comitês MAB da UNESCO que funcionam junto do Ministério do Ambiente dos Governos de Espanha e Portugal, até final de março, para análise técnica e científica e posterior elaboração da versão final até Junho, de modo a que os dois Governos apresentem candidatura conjunta na UNESCO, para decisão até final de setembro.....

 **Eventos/Acontecimentos**

26 dez.: 5.ª edição Feira de Artesanato e Produtos Regionais de Parada



24 jan.: 8.ª Assembleia Geral do ZASNET



15

----- Alguns acontecimentos:

----- Encontro de emigrantes - o encontro foi o mais participado, desde sempre, com 320 participantes. Também o concurso de Contos de Natal e concurso de Presépios de Natal decorreu com grande participação.

 **Eventos/Acontecimentos**



26 de jan.: 9.º encontro de imigrantes: 320 participantes, de 24 nacionalidades



26 de jan.: XII Concurso Contos de Natal e XI Concurso de Presépios

16

A Câmara Municipal recebeu oficialmente o Sr. Dr. Jorge Sampaio, Cidadão Honorário de Bragança, que no 30º Aniversário do IPB proferiu a oração de Sapiência.

 **Eventos/Acontecimentos**



28 de jan.: Recepção, na Câmara Municipal, do Dr. Jorge Sampaio, alto representante da ONU para a aliança das civilizações

17

----- Dar nota relativa a algumas assinaturas de acordos, de cooperação com instituições de Solidariedade Social, envolvendo um apoio financeiro de duzentos e oitenta mil euros, e também a cedência do terreno à Caritas Diocesana de Bragança, com o valor de quatrocentos e quarenta e seis, oitocentos e quatro euros.

 **Eventos/Acontecimentos**

30 de jan.: Assinatura de protocolos com Instituições de Solidariedade Social do Concelho

280 mil euros – construção, melhoria e ampliação de infraestruturas de cinco Instituições de Solidariedade Social do Concelho de Bragança:

- Centro Social Paroquial dos Santos Mártires;
- Centro Social e Paroquial de S. Tiago;
- Lares de idosos de S. Pedro de Serracenos, de Izeda e de Coelhooso.



Cedência à Caritas Diocesana de Bragança de parcela de terreno com a área total de 13 072,10 m², com o valor de 446 804,38 euros, para construção de equipamento social.

18

----- Foram elaborados 12 contratos de programas com Associações Desportivas, que envolvem a participação de 1275 jovens dos quais 896 são praticantes federados, 369 não federados, envolvendo 34 equipas, que praticam 14 modalidades.

 **Eventos/Acontecimentos**

30 de jan.: Assinatura de contratos-programa de desenvolvimento desportivo

113.650 euros : 12 contratos-programa de desenvolvimento desportivo, que envolvem **1.265 atletas**, dos quais 896 são praticantes federados, 369 não federados, distribuídos por **34 equipas**, que praticam **14 modalidades**.



19

----- Decorreu o Carnaval dos Caretos, com significativa participação de população, particularmente de pessoas vindas de fora.

 **Eventos/Acontecimentos**

08-11 fev.: Carnaval dos Caretos



20

----- Saliento a homenagem feita ao Sr. Presidente do IPB de Bragança e aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, homenagem feita com critério bem explicito, homenagem mais do que merecida e devida, e salientando que a Sra. Vice Presidente da ANFRE que esteve presente, referiu aos Srs. Presidentes das

Juntas de Freguesia que não tinha conhecimento na ANFRE de algum Município ter feito isso com as suas Freguesias, eu fico honrado pelos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia terem aceite este reconhecimento que a Câmara quis fazer a homens eleitos que têm sido autenticas formigas de bem fazer nas suas Freguesias e que tanto dignificaram o poder local.



----- Queria salientar que os Vereadores não são virtuais, eles estão em trabalho, hoje é o Dia Nacional da GNR, onde está o Sr. Vereador Hernâni Dias, os restantes estão em atividades institucionais obrigatórias.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo esclarecimento.

----- Está aberto o período de inscrições para pedidos de esclarecimento, eu peço aos Srs. Deputados que coloquem os braços no ar.

----- Bom, eu vou dizer os nomes que penso que registei na totalidade, diria então: Fátima Renovato, Luís do Vale, Guedes de Almeida, Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Aveleda e Bruno Veloso.

----- Tem a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, a Sra. Deputada Fátima Renovato.

----- **Fátima Renovato** - Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, colegas membros desta Assembleia, Comunicação Social e elementos do Público presentes.

----- Depois de ter lido e analisado, e agora observado a apresentação do Sr. Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município, tenho efetivamente algumas questões que gostaria que o Sr. Presidente me respondesse e que considero importantes senão não as traria aqui.

----- E uma delas diz respeito ao ponto 2.3, que é “unidade de desporto e juventude”. Neste âmbito foi com prazer que eu li aqui um projeto que vai ser iniciado, sobre desporto sénior no meio rural. Felicito e quero dar os parabéns a quem teve esta iniciativa, porque efetivamente se dirige a maiores de 65 anos que é, infelizmente, a maior parte das vezes, um escalão etário bastante esquecido, e tão necessário é que se pense nele e que tudo se promova para combater o sedentarismo que, muitas vezes, se aproxima dessas idades, e criar e incentivar as pessoas para terem hábitos de vida saudáveis. ...

----- E, neste âmbito, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara, no meio rural constato que efetivamente se está a fazer alguma coisa e de bom, como já mencionei, eu pergunto - e na cidade? O que é feito? O que é que tem sido feito em prol deste escalão etário? Gostaria que o Sr. Presidente me respondesse.

----- Depois, continuando, ainda dentro de outra área, que é o turismo, era uma pergunta que eu fazia ao Sr. Presidente relativamente ao horário de funcionamento do posto de turismo, se não seria importante que o posto de turismo ao fim de semana nomeadamente ao sábado à tarde e domingo, fundamentalmente em época de Verão, estar aberto para que as pessoas que nos visitam terem acesso a todas as informações que consideram necessárias.

----- Ainda, voltando novamente à parte do desporto, eu queria também perguntar ao Sr. Presidente, para quando a elaboração de uma carta desportiva? A nossa Câmara acho que deveria ter ou elaborar essa carta desportiva, tanto quanto eu procurei, tenho conhecimento, ela não existe, e portanto era um elemento importante e que deveria ser elaborado.

----- Depois tem aqui no ponto 3, relativamente às “infra-estruturas e urbanismo”, eu aqui quase me apetecia enunciar aquele provérbio “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, eu já falei aqui isto várias vezes mas não me canso de o repetir, porque efetivamente a nossa cidade, como acabamos de ver e constatar, temos grandes obras, quando digo grandes, digo em área, em dinheiro, em tudo, mas esquecemo-nos das pequenas obras que efetivamente fazem tanta falta e os munícipes notam essa falta no dia a dia. Eu não posso deixar este momento sem lembrar, e todos nós sabemos que esta cidade não tem passeios em locais muito frequentados, em locais de acesso a instituições, às quais se dirige muita gente, nomeadamente ao Centro de Saúde de Santa Maria, eu continuo a dizer, a rua que vai do Sapato ao Jardim da Braguinha, não tem passeios, é uma rua, infelizmente, de alta velocidade por parte dos automobilistas, as pessoas têm que sair dos passeios e circular pela rua, infelizmente, e

ultimamente todos nós sabemos que tem havido muitos atropelamentos. E, portanto, eram obras que eu considero importantes, nomeadamente o acesso ao Centro Escolar de Santa Maria, onde circulam pais com os seus filhos, a pé, e que não existem passeios, remarcação de passadeiras que não são visíveis e portanto isso era importante.....

----- E, para terminar, li no documento que o Sr. Presidente da Câmara distribuiu, relativamente a obras que vão fazer aqui na rua Emídio Navarro, de acesso ao Passo Episcopal, eu queria perguntar ao Sr. Presidente se as obras terminam aí ou vão continuar na rua Emídio Navarro, onde do lado dos passeios em frente à Igreja de Santa Clara são buracos e mais buracos e mais acima onde há parquímetros, que nós pagamos, e estacionamos o carro em cima dos buracos, portanto acho que vai haver intervenção na rua Emídio Navarro, não deve ser esquecida, que toda a Emídio Navarro vai precisar de obras.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem a palavra, agora, para os seus pedidos de esclarecimento, o Deputado do BE, Luís do Vale. .

----- Peço que se cinjam ao Regulamento e aos tempos que o Regulamento confere, senão vamos ter que suspender o uso da palavra.

----- **Luís Vale** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Sr. Presidente da Câmara, venho questioná-lo acerca do investimento público autárquico em cultura.

----- No momento em que o Governo apresenta a intenção de criar contas satélite para a cultura num esforço de recolha de dados estatísticos sobre o setor para, segundo o próprio Secretário de Estado da Cultura, conhecer o País, que tem a realidade dos investimentos nos serviços públicos de cultura, atingiu um patamar dramático. O satélite quando estiver pronto arrisca-se a não ter já nada para detetar, num País que o Governo não conhece assiste-se ao colapso das bibliotecas, dos teatros, dos cinemas, e da atividade artística local.

----- Os dados recentemente reunidos pelo BE junto das autarquias indicam que em 2013 teremos uma quebra abrupta do investimento autárquico em cultura, que se junta ao brutal desinvestimento do Governo. Se olharmos para a evolução do investimento público local e nacional em cultura, é notório que são as Câmaras Municipais quem mais investe neste setor, e se olharmos para a nossa realidade aqui no Município de Bragança, na última década, é também notório o investimento em equipamentos culturais.....

----- A questão que se coloca e que me trouxe aqui, diz respeito ao facto do BE, através do seu grupo parlamentar, que enviou, para todos os municípios do País, um requerimento onde colocava algumas questões relativamente ao setor da cultura e incumbiu-me, o Grupo Parlamentar, de questionar o Sr. Presidente da Câmara aqui na AM, porque até à data não tinha o município respondido a esse requerimento, saber se vai responder ou não, e posso recordar quais são as questões que vinham nesse requerimento, é a informação sobre o Orçamento Municipal da cultura dos anos 2011/2012/2013;

----- Segundo - a informação sobre que equipamentos culturais do Concelho são tutelados pelo Município.

----- Terceiro - listagem dos equipamentos de cultura: teatro, biblioteca, museus que se encontrem sobre a gestão de empresas municipais.

----- Quarto - informação sobre o impacto, já sentido e previsto, para 2013, da Lei dos Compromissos na atividade dos equipamentos culturais do Município.

----- Quinto - informação sobre o impacto, já sentido e previsto para 2013, da Lei do Setor Empresarial do Estado sobre as empresas culturais do Município. E portanto seria útil que o Município respondesse também.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para os seus pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado do CDS/PP, Guedes de Almeida.

----- **António Almeida** – Sr. Presidente, eu agradecia que este pedido de ponto de ordem à Mesa que não fosse contabilizado no meu tempo de intervenção.

----- **Presidente da Mesa** – Mas o ponto de ordem à Mesa que está a utilizar agora?

----- **António Almeida** – Sim, o que eu queria referir, exato.

----- **Presidente da Mesa** – E porquê, Sr. Deputado?

----- **António Almeida** – O Regimento diz, e a ordem de trabalhos, o Período de Antes da Ordem do Dia é exclusivamente para os membros da Assembleia e para as forças políticas que representam, o Sr. Presidente da Câmara não tem que responder às intervenções de nenhum membro desta Assembleia, o Sr. Presidente neste período é que é questionado e é que tem que responder, porque isto é a tentativa, digamos assim, de “lavar” as críticas que os Membros da Assembleia têm, na sua óptica, perante o exercício do Executivo Municipal, que foi o meu caso concreto, que agora a ideia que fica é - o Guedes de Almeida é catastrófico - efetivamente nós vivemos num Concelho em que a situação económica e de emprego é catastrófica. Pronto, isto é indesmentível, os números estão corretos, o Sr. Presidente não

referiu aqui, e o que é grave é a situação económica dos empresários no Concelho de Bragança. Quantos fecharam? Qual é o desemprego? Pedidos de insolvência? Isto é importante. Portanto não venham para aqui com situações de catástrofe, a situação de catástrofe é a realidade de quem está lá fora, não fala aqui das pessoas, que já são dezenas, se não forem centenas, que não têm dinheiro para pagar a água, e que ameaça de ser cortada. Pronto, estes são os problemas reais, não venham para aqui criar situações de catástrofe, a situação de catástrofe é a que existe na realidade e que a população lá fora, os comerciantes, os empresários, bem conhecem.

----- Portanto o Período de Antes da Ordem do Dia é exclusivamente para os membros da Assembleia, o Sr. Presidente não tem que dar resposta, nem que vir comentar nenhuma intervenção, eu já tinha dito ao Sr. Presidente. Agora relativamente às questões,

----- **Presidente da Mesa** – Eu aproveito agora o momento para lhe dizer que está errado.

----- **António Almeida** – Não estou.

----- **Presidente da Mesa** – A Câmara Municipal detém tempo para intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, é só esta correcção que quero fazer.

----- **António Almeida** – A lei não o diz.

----- **Presidente da Mesa** – Desculpe, Sr. Deputado, o Regimento prevê que a Câmara Municipal tem tempo para intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, é esta correcção que lhe quero dizer.

----- **António Almeida** – Estará incorreto, não tem o direito de comentar as intervenções dos partidos políticos.

----- **Presidente da Mesa** – O Sr. votou este Regimento!

----- **António Almeida** – Pronto, está bem.

----- **Presidente da Mesa** – E esteve e colaborou na elaboração deste Regimento!

----- **António Almeida** – Está mal, são lapsos... ..

----- **Presidente da Mesa** – Fica a correcção do lapso que o Sr. Deputado referiu, prossiga.

----- **António Almeida** – Pronto, relativamente às questões a apresentar, o Sr. Presidente mostrou ali a obra, por exemplo, do novo edifício da Câmara Municipal, a pergunta é esta: Quantos trabalhadores do Concelho de Bragança trabalham naquela obra, por conta do empreiteiro construtor?

----- Onde são comprados os materiais aplicados naquela obra? Se tem conhecimento disso.

----- Essencialmente é isto, será a grande obra que está a decorrer, neste momento no Concelho de Bragança.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Aveleda, José Carlos Valente.

----- **José Valente** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Caros Membros desta Assembleia, Público, Comunicação Social.

----- Eu vinha aqui levantar uma questão, que eu já falei sobre esta questão, pessoalmente, com o Sr. Presidente da Câmara, e venho aqui levantá-la novamente, tem a ver com o seguinte, que é a questão do alargamento da estrada que vai do cruzamento do Aeródromo até ao cruzamento de Varge.....

----- Eu, antes de continuar, quero referir que eu estive a consultar o mapa da reorganização administrativa e por acaso vi que a localidade de Aveleda ainda pertence a este Concelho.

----- Depois o que é que acontece, Sr. Presidente, aquilo que eu pedi e que peço novamente é que me explique o porquê do alargamento da estrada, se chega só mesmo até ao cruzamento que desce para Varge, apenas são mais 2Km, que foi aquilo que eu pedi, para fazer o alargamento da estrada que vai para Aveleda. O Sr. Presidente alegou que relativamente à contenção de custos que não podia ser, e eu pedia-lhe que, se eventualmente não podia ser o alargamento com pavimentação, que fizesse o alargamento sem pavimentação, apenas com o tal Tubna, se é assim que se chama, porque é que não pode ser dessa forma? E se eventualmente não pode ser dessa forma, queria também outro esclarecimento. As terras que não servem para o alargamento da estrada de Varge porque é que estão a ser colocadas junto à berma da estrada da Aveleda? Quer dizer, se não servem para o alargamento da estrada que vai até ao cruzamento de Varge, servem para o alargamento da estrada que vai para a Aveleda? Só estão a prejudicar, acho eu, o trânsito que por ali passa. E, neste sentido, era só isto.

----- Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta da Aveleda.

----- Cabe, agora, utilizar a palavra, para o seu pedido de esclarecimento, ao Deputado do PS, Bruno Veloso.

----- **Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da AM.

----- Eu vou ser muito direto e gostaria que o Sr. Presidente desse aqui uma pequena explicação da reunião que sei que manteve com o Sr. Primeiro-Ministro, sobre a questão do avião e do seu regresso, porque parece que também o Sr. Presidente deu, de alguma forma, razão à Moção que aqui apresentámos na passada reunião da AM sobre o regresso imediato do avião ao nosso Aeródromo e na carreira área Lisboa/Bragança e sobre também aquilo que são as suas perspetivas do tal modelo de financiamento que o PSD aqui apresentou, também numa Moção apresentada nesta AM, e ao que me parece também aí o Sr. Presidente está mais de acordo connosco nessa matéria, e portanto eu gostaria

que desse essa explicação e as garantias que lhe foram dadas para que, de facto, a segunda promessa, porque a primeira era da retomada do avião já em março, será desta vez cumprida ou não.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado Sr. Deputado.

----- Terminado o período de pedidos de esclarecimento, cabe, agora, à Câmara, proceder às respostas que foram solicitadas. Sr. Presidente tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Sr. Presidente. Salientar que relativamente ao passeio da rua do Sapato à Braguinha vamos tentar, numa empreitada próxima, incluir, vamos ponderar a questão do acesso ao Centro Escolar.

----- Ao Sr. Deputado Luís do Vale, a resposta ao Grupo Parlamentar do BE - seguramente que vamos conceder-lhe, fazemos isso a todos, cumprindo sempre os prazos, é a minha ideia, não falhar nunca nos prazos, podemos estar com um problema, vou verificar, mas seguramente que o faremos com muito gosto e sabendo que é o nosso dever colaborar com os grupos parlamentares da Assembleia da República, em qualquer matéria, sempre que solicitados.

----- Sr. Deputado Guedes de Almeida, consigo dizer-lhe qual é a quantidade de mão de obra que está envolvida nas obras do Forte São João de Deus, nem a quem a empresa faz as aquisições, fazer isso seria uma aberração completa, a Câmara tem é que exigir qualidade, cumprimentos dos contratos e mais nada, o resto não faz qualquer sentido, a contratação entre empresas está regulada, os serviços de fiscalização analisam se são cumpridos as exigências legais, tudo o resto cai no âmbito das relações entre privados, na qual não se devem misturar interesses públicos.

----- O alargamento da estrada municipal para Aveleda não o vamos fazer, já tinha dito ao Presidente da Junta, estamos a fazer os trabalhos que identifiquei, no sentido de melhorar as condições de segurança naquela estrada que liga Espanha através de Rio de Onor, aproveitando recursos do Município, máquinas, pessoal, e fazendo um esforço adicional com bastante dificuldade em termos financeiros para de seguida fazer a repavimentação e o alargamento. Os tempos são de dificuldade, mas há pessoas que não compreendem e sempre querem mais, ainda que não haja com quê.

----- Referi que colocaríamos terras nas bermas da estrada para a Aveleda, disse-o ao Sr. Presidente da Junta, procuraremos, no âmbito dos trabalhos, alargar as bermas mediante a deposição de terras, o que também viabiliza e aumenta as condições de segurança.

----- Para o Sr. Deputado Bruno Veloso - A reunião com o Sr. Primeiro-Ministro decorreu face à situação preocupante relativa à interrupção da ligação aérea, nesta semana estive também na Presidência do Conselho de Ministros por causa desse assunto, e outros, e estou tão preocupado como

todos. Mantemos as nossas dúvidas relativamente ao modelo de financiamento, á viabilidade e sustentabilidade, assim como aos prazos de reinício da ligação. Manifestei-o de forma muito clara que os Transmontanos valem mais do que dois vírgula cinco milhões de euros de subvenção a uma ligação área de serviço público, uma gota minúscula no oceano da subvenção pública aos transportes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, pelas respostas, Sr. Presidente.

----- Passamos ao período de inscrição para intervenções sobre o Período da Ordem do Dia.

----- Srs. Deputados, têm, agora, o tempo necessário para expressar a vossa vontade para se inscreverem.

----- Nesse sentido, registo; Luís do PS, Guedes de Almeida do CDS/PP. Não havendo mais inscrições, tem a palavra o deputado Luís Pires, do PS para a sua intervenção.

----- **Luís Pires** – Bom, muito bom dia a todos, mais uma vez.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “ Tal como referi anteriormente o estado e vida do município, de um concelho, é resultante da interação das políticas exercidas a nível nacional pelos governos com as políticas locais produzidas pelas autarquias, com ponderadas responsabilidades face à notoriedade da autarquia quer no seio do Governo quer no seio do partido que Governa.

----- O Executivo PSD leva quase 16 anos no governo do Município. Este tempo é já considerável, é tempo suficiente para a concretização de uma estratégia. Para a condução do Município para um estado desejável. Considerando a esperança de vida à nascença em Alto-Trás-Os-Montes, segundo o INE, *também*, o executivo desperdiçou já 19,8% da vida de cada uma das senhoras e senhores membros desta Assembleia.

----- Reparem que não estou com isto a dizer que o Sr. Presidente da Câmara e os seus, quase imutáveis, e dedicados, *estou certo*, colaboradores não se esfalfaram a trabalhar.

----- No entanto, *meus caros amigos*, há várias formas de fazer as coisas. *E permitam-me que traga ali só um bocadinho do meu metier*. A teoria de Gestão de Projetos ensina que podemos atuar de várias formas, ou seja podemos fazer:

----- Bem Coisas Certas

----- Bem Coisas Erradas

----- Mal Coisas Certas

----- Mal coisas Erradas

----- De facto o cerne da questão incide claramente em outros dois conceitos que emanam da gestão

estratégica. A eficiência e a eficácia. A diferença entre estes dois conceitos resume-se à diferença entre "fazer bem as coisas" (Eficiência) e "fazer as coisas certas" (Eficácia).

----- Claramente estes 20% de anos das nossas vidas não podem, não devem e não serão certamente de eficácia.

----- Muitas coisas erradas foram bem feitas nestes 20% de anos das nossas vidas *nesta cidade*. Ao preocuparem-se tanto em fazer bem as coisas, na azáfama de aproveitar os programas nacionais e comunitários, tipicamente quem decidiu esqueceu-se de verificar se estava a fazer as coisas certas. Esquecem-se da tal perspectiva estratégica que ajudaria a encontrar um compromisso entre a eficiência e a eficácia.

----- Esta abordagem possibilitaria o desbloqueamento do individualismo sectário, desagregado dos objectivos globais do Município. Aliás o individualismo é uma característica que sempre me intrigou e que não possibilitou discernir o grau de responsabilidade de envolvimento de cada um dos integrantes do executivo. Não é simples discernir as relações de contágio de conceitualização e operação dentro do executivo, não possibilitando determinar com exatidão ou confiança as reais capacidades dos elementos hierarquicamente menores no desempenho de outras tarefas de responsabilidade acrescida. Se tal se verificar positivamente significará que a responsabilidade do momento atual também lhes cabe. Se tal não acontecer, significará incapacidade para a tal tarefa estratégica tão cara e tão necessária a esta cidade de Bragança.

----- Não me revendo em movimentos de Bota-Abaixo, conotação *por vezes* tão cara ao Sr. Presidente, *quando não estamos em sintonia de ideias*, relembro que o momento não é de glória. Citando *um Membro desta Assembleia, que hoje não está presente*, "Eduardo Malhão", num periódico regional fazendo eco de uma iniciativa a que louvavelmente o Nerba se associou, *refere* "O discurso tem tendência a ser positivo. É da praxe, no sentido de mobilizar as pessoas, no sentido de afirmar projetos, mas não podemos ser como a avestruz e enterrar a cabeça na areia". Refere ainda que "se continuamos a dizer que somos um reino maravilhoso, obviamente distraímos-nos do essencial..", e o essencial, agora refiro eu, é a necessidade de convergir com as necessidades das populações ao nível *mais uma vez* da educação, da segurança, da justiça, da saúde, da criação de riqueza, tudo isto de forma equitativa, incorporando uma visão temporal mais favorável à sobrevivência da coletividade com qualidade de vida, com munícipes libertos para pensar o seu futuro e o dos seus. Aliás, nesse mesmo evento, um colega de profissão experiente nestas temáticas, referiu ser necessário para a região uma ideia que dê corpo à coletividade, uma ideia mobilizadora que depois efetivamente resulte em práticas produtivas, criadoras de emprego, de oportunidades de negócios.

----- Não fui eu que referi estes factos.

----- Cara Assembleia

----- Os detalhes inacabados, quando de forma cumulativa e agregada, são tão perniciosos para as civilizações como as grandes obras fracassadas. E este executivo é profícuo em produzir enviesamentos e detalhes inacabados. A Assembleia de hoje ratifica nos seus pontos 4.2.3 e 4.2.6 dois marcos de falhanços do executivo.

----- É necessário mudar de rumo. Traga-se Capital para o Interior. Entendendo "Capital" no seu sentido mais lato, ou seja Humano, Económico, Financeiro, de Valores, Cultural, entre outros, considero ser esta via a mais pragmática no sentido de inverter este processo de definhamento do interior a que Bragança não escapa. Desde que de facto se consciencializem os decisores políticos da relevância, da importância e da importância destes mais de 2/3 de território para o todo nacional, creio que o interior, com muito trabalho, com muita abnegação recuperará das maleitas a que foi votado e será uma oportunidade, uma certeza para o país.

----- Numa conjuntura minimalista pretende-se, com racionalidade, um planeamento abrangente e com escala, que alinhado por um rumo distintivo e claramente bem definido alicerçado em heterogeneidade possibilite numa primeira etapa estancar o fluxo de despovoamento, criando condições para que aqueles que por cá se mantêm consigam competitividade com conforto, criando simultaneamente condições convidativas para a fixação de outros.

----- Algo que constato que ao fim destes anos não foi conseguido, não por falta de suor, mas por falta de clarividência e abertura de quem negligenciou quem sempre esteve disponível para ajudar, para participar, dentro e fora de hostes".

----- Termino referindo apenas um ponto relativo à intervenção que me foi visada de manhã, e reparem, meus caros amigos, eu até aceito que numa corrida de estafeta, numa pista de 400m o estafeta ande mais um, faça comentários ao estafeta "n", pelo facto de ele levar 200m de atraso, agora aquilo que não é aceitável é que na volta de responsabilidade de esse estafeta "n" mais um, ele perca mais 200, e é isso que tem que perceber, Dr. Amândio, as historiazinhas do passado já lá estão, eu sempre critiquei quando tinha que criticar, de forma lúcida, agora o que eu lhe digo, meu caro amigo, é que eu não acredito que o Sr. acredite que o PSD não tem pessoas mais competentes para governar este País, por amor de Deus, aquilo é patético!

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, pela sua intervenção, Sr. Deputado.....

----- Há mais uma intervenção, António Guedes de Almeida tem a palavra.

----- **António Almeida** – Estou aqui para fazer uma intervenção sobre o Estado e Vida do Município

que foi aqui explanado pelo Sr. Presidente da Câmara. Do que se viu ali, vê-se efetivamente um quase nada, para não se dizer mesmo um nada. Eu sei, e toda a gente sabe, que nos aspetos de contratualização de qualquer obra existem sempre as chamadas conversas de opção e podem ser aos candidatos a determinada obra, podem ser colocadas condições de determinadas “exigências” no interesse do Município, que efetivamente aqui as obras que mostrou é uma obra que o Município irá pagar, o Município não deve nada mas também se pode perguntar - onde é que está a gastar o dinheiro? - Mas que irá pagar no futuro, a obra fica grande, fica ali, mas enquanto se está a construir uma, estão-se a destruir já outras, quer dizer, e vamos aqui debate-las, foi aqui dito, o Matadouro Municipal, o Mercado Municipal, custaram milhões, para nada, esta vai ser mais uma para as calendas, onde estará já certamente o Sr. Presidente da Câmara! Porque isto também tem a ver com a boa gestão e a boa gestão tem a ver, quer dizer, faz-se uma obra daquelas, megalómana, que vai ser mais apanhar ar do que para receber pessoas, e em contrapartida tem uma obra distinta, que pertenceu à Junta autónoma de Estradas, com nobreza e que está encerrada, quer dizer, isto chama-se a boa gestão dos dinheiros públicos! E gestões como estas levaram-nos à situação em que nos levam!

----- O aspeto...eu chamo-lhe narcisista, do Sr. Presidente da Câmara, deu aqui um exemplo a propósito da homenagem, dos prémios aos Srs. Presidentes da Junta, as estatísticas para ele... fez-me lembrar aquela história do militar no batalhão, ia com o passo trocado e a mãe dizia que era o único que ia com o passo certo, de trezentos e tal municípios só Bragança é que faz esta homenagem, isto é o que vale para o Sr. Presidente da Câmara, os outros trezentos e tal municípios devem andar também com o passo trocado. Eu não tenho nada a ver com a homenagem, que todos merecem, todos, quem tenha três anos, quem tenha um ano, quem se dedica a servir a vida pública. Portanto é esta a hipótese, portanto a ANFRE ficou efetivamente admirada como é que acontece isto e porque? Como qualquer Membro desta Assembleia pode perguntar - porque é que eu não sou homenageado? Há pessoas que já estão aqui há trinta anos e nem querem homenagem, nem ninguém a pediu, quer dizer, isto tem outro sentido, esta é a leitura que deve ser feita.....

----- E há outra questão, nesta situação de crise a Câmara Municipal continua a manter o mesmo ritmo de quase o gasto supérfluo, quanto é que custou esta homenagem feita há dois dias? Tem valor! Quanto é que levou a Teresa Salgueiro? Para quê? Efeitos práticos? Compensa-se com a água? Compensa-se com o IMI? Compensa-se com as taxas sobre construção, que vamos aqui aumentá-las mais uma vez?

----- **António Almeida** - Era preciso cantar a Grândola Vila Morena!

----- **Presidente da Mesa** – ...Peço ao Sr. Deputado que continue, por favor, tem oito minutos desde do início da intervenção.

----- **António Almeida** – Portanto, hoje vai-se fechar aqui, já referi, o Matadouro Municipal, vai-se deliberar, já se vinha adivinhando há anos, acabou hoje, não pode aguentar mais, o Mercado Municipal também não pode aguentar mais, agora faltaria saber quantos milhões estão por detrás disto para agora encerrar, eu diria mais, enterrar, e custou aos munícipes.

----- No demais pouco mais disse a Câmara a não ser isto, uma ou outra, ou pequena obra, não irá fazer umas, não irá fazer outras, veio aqui o Sr. Presidente da Junta a reclamar, que já estará farto de reclamar, mas não vai ter sorte. E era isto, quer dizer, os tempos são efetivamente de catástrofe, o Mercado Bragançano e o Concelho de Bragança que o diga, alguém que queira num Domingo visitar as Avenidas de Bragança, as ruas de Bragança e vê-las-á desertas, quem procura almoçar na cidade de Bragança conta pelos dedos os restaurantes que estejam abertos, e que esteja satisfeito com esse comércio local, e, aliás, há empresas de referencia que já fecharam as portas, algumas com alguma dimensão, e a situação é esta, efetivamente o Estado e Vida do Município que aqui nos foi apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, é que efetivamente o Concelho de Bragança é uma catástrofe.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra a Sr. deputada Fátima Renovato para a sua intervenção.

----- **Fátima Renovato** – Relativamente à intervenção que eu fiz há pouco, o Sr. Presidente respondeu-me a uma questão mas não respondeu às restantes, e uma delas foi exatamente do projeto já para maiores de sessenta e cinco anos, e que não respondeu. E, já agora, como não respondeu, não sei se foi por lapso, se é porque efetivamente não existe nada em prol dessas idades. E eu queria dizer ao Sr. Presidente que a única coisa que eu tenho conhecimento é da utilização da piscina, não é de aulas, é da utilização da piscina, e lamento que a Câmara, porque eu não acredito que isso seja feito com algum intuito de pagar obras ou de pagar manutenção, porque isso são valores irrisórios, não tem importância absolutamente nenhuma, no início deste ano era dada uma facilidade, um desconto, um incentivo, revelava alguma sensibilidade a quem tinha mais de sessenta e cinco anos, que, tanto quanto eu sei, são tão poucas pessoas, em meio ano não só acabaram com isso, portanto regularizaram a situação, dizem que são pessoas que têm possibilidades, o que é isso de pessoas de possibilidades? Quem sabe quem hoje tem possibilidades? Quem é a classe média? Quer dizer, cada vez ganhamos menos, e cada vez nos querem tirar mais, inclusive uns cêntimos, duas vezes aumentados! As pessoas que felizmente têm vontade de ir passar o seu tempo e ocupar o seu tempo na piscina, isto é uma

vergonha porque para o Município isso não resulta em absolutamente nada, conta zero, no meio de tantos milhares conta zero, e isto para um idoso ou para uma pessoa maior de sessenta e cinco anos tem muito valor, quer dizer, meio ano, ainda há um mês aumentaram mais seis cêntimos, só se ouvia – Olhe! Mais seis cêntimos - isso é alguma coisa? Sr. Presidente, eu não acredito que o Sr. Presidente tenha conhecimento disto, ou, pelo menos, que tivesse refletido sobre uma situação destas, porque eu penso que era um orgulho para o Sr. Presidente saber e dizer - na piscina Municipal de Bragança andam muitos reformados , muitas pessoas que neste momento não estão na vida ativa e portanto têm que ocupar o seu tempo da melhor maneira.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem a palavra, agora, a Sr.^a deputada Isabel Lopes, do PSD, para a sua intervenção.

----- **Isabel Lopes** – Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da CMB, Sr. Vice-Presidente, Caros Membros desta Assembleia.

----- Realmente eu sei que o País e o Concelho de Bragança não passa pelos melhores dias, infelizmente afeta a todos e todos ao final do mês as nossas contas chegam a casa e todos, de certeza, hoje temos que fazer umas contas que há dois ou três anos não as fazíamos de igual forma. Mas as intervenções que eu ouvi aqui tanto da parte do CDS/PP, como do PS, também acho que são um bocadinho pessimistas de mais, esta Câmara para algumas coisas está lá há muito tempo, há dezasseis anos! Para outras, não foi só este Presidente da Câmara! Como já se falou hoje aqui, para algumas coisas está lá há muito tempo, para outras foram outros que fizeram tudo e não esta Câmara, realmente está lá há dezasseis anos e o trabalho está à vista de todos, nunca se pode agradar a todos, isso é impensável, há opções que se fizeram que não foram as melhores, também eu subscrevo, mas há coisas que não se podem mencionar e hoje vamos discutir aqui, e uma é o Matadouro. É assim, eu sou de uma aldeia, sou filha de agricultores e é assim, naquela altura o matadouro era uma obra obrigatória, hoje em dia, pronto, temos que adaptá-la aos dias de hoje, toda a gente sabe a agricultura e os animais que hoje há nas aldeias, houve um decréscimo enorme, a realidade hoje é diferente da realidade de quando se construiu o Matadouro, eu acho que ninguém pode vir aqui a falar contra o Matadouro, que é uma obra para os agricultores, nós somos de uma zona rural e disso não nos podemos esquecer, nem toda a gente é doutor, nem toda a gente é funcionário público.

----- Em relação ao CDS estar contra as homenagens, ó! Dr. Guedes, gosto muito de si, mas é assim: Parece que é estar contra por estar contra, podemos pegar sempre pelas opções da cantora, por várias opções que se tomem. É assim, homenagear os Presidentes de Junta para mim não tinham sido só vinte

e um, deviam ter sido era todos. Nunca fui Presidente da Junta, mas já fui candidata, e é assim, acho que para mim é dos cargos políticos aquele que mais trabalha e que não é recompensado, é assim, as pessoas não conseguem dar o valor ao que realmente estas pessoas trabalham, porque não se esqueçam que são os Presidentes de junta aqueles que diretamente estão ligados com a população, são os Presidentes da Junta que ouvem criticas sobre o cão, sobre o gato, sobre o telhado, sobre o vizinho, sobre os ciganos, são esses que todos os dias estão com a população, ninguém lhe dá o devido valor, portanto deviam de ser era todos.

----- Comemorar os 549 anos de cidade? Acho que sim, porque não? Então não se faz nada? Porque é que não se há-de fazer? Realmente a cidade tem história e a historia tem que ser sempre lembrada e comemorada.

----- Gastou-se dinheiro? Pois às vezes é necessário, assim como no Mercado Municipal e no Matadouro, são obras, às vezes, “sociais”, não são obras para dar lucro, são obras necessárias para o Concelho.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Terminou o período das intervenções.

----- **Presidente da Mesa** - Sr. deputado, havendo tempo você pode dispor dele como entender, você tem tempo ainda para poder completar a intervenção que entender. Quero lembrar, no entanto, que tem somente disponíveis quatro minutos, Sr. Deputado, eu depois lembro-lhe quando faltar um minuto para o Sr. fazer uma concentração.

----- **António Almeida** – Boa tarde, eu gosto de ouvir a Dr.^a Isabel, efetivamente o Matadouro já vinha da campanha do Zé do Ponto, foi uma das campanhas do Matadouro, quando efetivamente já o governo central, e na altura com o responsável Vice Primeiro Ministro Eng. Eurico de Melo, acabou com os matadouros e transferiu-os para o Cachão, porque já havia um estudo feito ao nível do poder central, que não havia as espécies suficientes para cada Concelho ter um matadouro, depois deu-se a doença dos matadouros para ganhar eleições, o fundamento foi este, não foi porque fizesse falta aos lavradores, o Cachão está encerrado e teve maiores custos, e a coerência, pelo menos, minha, neste aspeto é que desde o início o matadouro iria acabar nisto, a minha coerência desde o início é que o Mercado Municipal iria acabar nisto e poderíamos ser levados nesta Assembleia, sobre o Mercado Municipal, a discutir como é que a Câmara estando já numa situação deficitária que na altura seria uma, eu chamava-lhe uma “sociedade”, paga seiscentos mil contos para ficar com a participação total do Mercado Municipal sabendo que já era deficitário, quer dizer, alguém ganhou com este “negócio” e a

Câmara e os munícipes de Bragança vão pagar isso tudo e agora ficam com os restos, com os escombros. Quer dizer, isto é uma política que tem que ser pensada no momento próprio, e foi pensada, e foi coerente no momento próprio, pelo menos pela minha parte. Agora, se fez falta? Faz falta tudo! Que destino é dado agora ao Matadouro? Iremos ver a seguir. Isto faz parte de outra estratégia que se irá desenhando a partir de agora. Agora, o que é certo é que os munícipes de Bragança já pagaram muito e nada beneficiaram com aquilo, inclusivamente iam matar a Vinhais, ninguém entende porquê, qual era a estratégia do Município, se era o Matadouro bem equipado como é que os próprios marchantes daqui não faziam o seu abate naquele Matadouro!.....

----- Relativamente aos gastos, se havia a comemoração dos quinhentos e quarenta e nove anos, acho que Bragança é uma cidade com história, é das mais antigas do País, devia ser a população toda, não só meia dúzia, não são sempre os mesmos, eu já sei quem é que vai ao Teatro Municipal, eu conheço as pessoas todas, não é para toda a gente aquele Teatro Municipal, e eu gostava também de ver as contas de todos os artistas que ali vêm, quantas pessoas do concelho de Bragança vão assistir àquele espetáculo, são apenas alguns, muito poucos, escassas dezenas que vão visitar, e aquilo é para a cidade, é para o Concelho, ou é para meio dúzia? E aí é que estão os gastos, porque o nível de vida da Autarquia tem-se mantido, caso haja dinheiro, caso não haja dinheiro, agora quem faz as contas, como a Dr.ª Isabel disse, efetivamente custa, mas também custa ver que efetivamente há alguém que não lhe custa nada, é esse sentimento que me trás aqui, porque eu estou aqui a representar quem está lá fora. ...

----- Eu perguntei ao Sr. Presidente quantas pessoas estão na eminência de ter a água cortada, ele não respondeu! Mas são centenas, porque não têm dinheiro para o custo da água e no entanto pagam-se almoços, jantares, e pagam-se milhares de euros, é tudo muito bonito se houver dinheiro.

----- A minha perspetiva é esta, eu vejo do lado de fora quem me elegeu para eu estar aqui, não vejo cá dentro, quem me está a apoiar ou o partido que me apoiou, que nem sei se ele apoia esta minha posição, se não apoia, para dizer que eu represento as populações que me elegeram, e é essa obrigação que me tem aqui, e é nesse sentido que eu tenho aqui feito as minhas intervenções, não numa situação de pessimismo, que eu gostava que não fosse, que eu até sou otimista, pela minha maneira de ser, agora são as pessoas lá fora que me afligem, e essas pessoas passam dificuldades e até pela minha vida profissional sinto que as pessoas já nem sequer têm dinheiro para pagar custas judiciais, perdem acções, ficam sem bens, porque este País está no caos, e é esta a minha situação e é a minha posição como Membro desta Assembleia em representação das pessoas que me elegeram e não de interesses político/ partidários.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado do PSD, Pedro Fernandes tem a palavra.

----- **Pedro Fernandes** – Bom dia, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-Presidente de Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Membros da AM, Srs. Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social.

----- Sr. Membro da Assembleia, Luís Pires - patético! O Governo patético? Patética é a atitude irresponsável do PS, que levou o País ao estado a que chegou, foi chamado a estudar os cortes necessários de quatro mil milhões de euros para cumprir o acordo da troika assinado pelo vosso Governo e chegou-se atrás, talvez com atitudes eleitoristas a pensar mais nas sondagens do que nos Portugueses e nas gerações futuras. Patética é a vossa Direção Nacional que quando vem ao Distrito de Bragança preocupa-se mais em entronizar fatiotas ridículas em vez de pensar nesta região, em vez de apresentar soluções para esta região, o PSD quando os líderes nacionais ou os representantes do Governo vêm visitar o Distrito fazem mais do que isso, se calhar nem isso fazem, mas vêm cá discutir a região, vêm discutir os problemas, aquilo que nos incomoda, aquilo que nos afeta, os cortes que nos afetam.

----- Mas citou algumas intervenções, já que teve acesso ao que se passava no debate, porque foi disponível para toda a gente, sobretudo pelo syte do PSD na Internet, devia também aproveitar para citar outras intervenções, o bom não passou aqui nem o Sr. teve preocupação nisso, é o bota abaixo.....

----- Depois em relação à intervenção do CDS/PP, em relação à crítica dos elefantes brancos do Matadouro, do Mercado, do Teatro, Sr. Deputado, eu não sei se o Sr. tem estado atento, mas é verdade que o Matadouro passou por algumas dificuldades mas neste momento os abates aumentaram, os agricultores da região têm escolhido o Matadouro de Bragança para fazer o abate dos seus animais, isso deve significar alguma coisa.....

----- Em relação ao Teatro, a programação do Teatro, Teatro que antes não existia em Bragança, antes tínhamos que utilizar este espaço para ter alguma politica de cultura de outros governos autárquicos anteriores, o Teatro foi construído e é para toda a gente, tem programação para todas as idades, tem programação para todos os estratos sociais, tem programação para todas as carteiras, mesmo para aquelas que ultimamente tem tido mais dificuldades, tem iniciativas promovidas não só pelo Teatro Municipal, não só pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal, mas por outras entidades, e vê aqui o exemplo da Junta de Freguesia da Sé com a Gala Anual da Escola de Dança da Junta de freguesia da Sé, com a Gala das escolas e com a apresentação dos Teatros das escolas. Portanto dá para toda a gente, só não vai lá quem não quer.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- **Presidente da Mesa** - Se o PS tem tempo? Tem quarenta segundos. Bruno Veloso, faz favor

----- **Bruno Veloso** – Vou então ser o mais conciso possível. De facto ridícula foi a intervenção que aqui do orador que me antecedeu, porque quando fala em fatiotas ridículas e eu confesso que também não gosto, é importante clarificar que o Secretário Geral do PS, nessa qualidade, foi convidado pelo Presidente da Câmara de Vinhais para ser Confrade de uma Confraria na defesa de um produto tradicional e regional, e portanto são essas as regras da confraria, onde também foi tornado confrade dessa mesma confraria o vosso deputado Adão Silva, e portanto se isso é o ridículo das vossas situações , eu acho que o ridículo é trazer para aqui questões dessas, de achincalhamento e de ataque pessoal que não têm nada, porque de facto a tua intervenção reduziu-se a zero! Ataque pessoal, incendiar, o PS não fez nada, o PS não faz nada, quer dizer, isto não trouxe rigorosamente nada de valor acrescentado para o debate que aqui aconteceu, mas sobre o matadouro também falaremos à tarde, mas era só para te deixar esta nota de que quando quiseres falar seriamente de assuntos trá-los de forma séria, não é por se falar muito e gritar muito, que é muito o teu timbre, que tens razão ou que deixas de ter alguma educação.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua intervenção, foi curta, suficiente. .

----- O PSD tem tempo? Pedro Fernandes, do PSD, tem a Palavra.

----- **Pedro Fernandes** – Sr. Deputado se, se reduziu a zero foi, de facto, porque os temas que o PS apresentou aqui, da forma que os apresentou, é que tiveram o resultado patético, porque o resultado é mesmo esse. Quanto à educação nunca faltei ao respeito a ninguém e mais lhe digo que gritando ou falando alto é como eu sempre faço, não é por falar baixo que respeitam mais.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Estão finalizadas as intervenções sobre o primeiro ponto da agenda - Período da Ordem do Dia, Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente, cabe, agora, ao Sr. Presidente da Câmara, julgo que terá esse interesse em encerrar este ponto com a intervenção, cumprindo com o tempo que lhe é destinado pelo Regimento.

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Para o Sr. Deputado Luís Pires - Com respeito, sobre gestão estratégica e eficácia, o Sr. Deputado ainda não deu prova nenhuma, em termos práticos, da sua capacidade de estratégia e também da sua eficácia a não ser em termos teóricos, o que respeito, porque o confronto de ideias e a visão é essencial entre todos nós os eleitos e os não eleitos, é esse o contributo e a exigência que é solicitada a todos

nós, de cidadania, para construção de uma comunidade, de uma sociedade melhor, mas é verdade que, se não fizemos tudo perfeito, fizemos muita coisa que a comunidade aprecia.

----- Para o Sr. Deputado Guedes de Almeida - O espetáculo que ocorreu no Teatro ocorreu no quadro da programação normal, no âmbito da legitimidade normal do Município, fazer a programação com qualidade e com regularidade, o que é evidentemente reconhecido e assumido num equipamento público que é aberto a todos os cidadãos de Bragança e da Região, não se trata de um equipamento de Bragança mas sim da Região.

----- O espetáculo custou oito mil euros, envolveu dois espetáculos, o espetáculo do dia da cidade, espetáculo de primeiríssimo nível, podia ser visto nos Estados Unidos, no Centro e Norte da Europa, locais que integram o roteiro da cantora, foi um privilégio para os cidadãos de Bragança, no dia seguinte o espetáculo foi oferecido à população até ao limite da bilheteira, portanto exatamente o oposto daquilo que o Senhor deputado diz, e, de facto, eu reafirmo, felizmente para Bragança que o Clube de catastrofismo é baixo, senão era um problema complexo para a nossa cidade e para a nossa região e o Concelho, felizmente que essa não é a visão que os cidadãos, a esmagadora maioria tem, as coisas fazem-se com disciplina, fazem-se com rigor, no respeito pela legalidade e seguramente pelo sentido do bem comum.

----- A Câmara não pode substituir-se, perante algumas fragilidades, ao sistema de Segurança Social do País, mas é sensível e reage a situações, a questões importantes dos cidadãos, o Município de Bragança nos seus serviços, no atendimento ao nível social, é confrontado com muita dificuldade, com muita angústia de cidadãos e resolve muitos problemas. Também nas questões de água resolve muitos problemas, facilitando o pagamento em prestações, tendo um tarifário social bastante significativo, e portanto não está alheia aos problemas dos cidadãos, bem pelo contrário, e o Sr. deputado deve saber isso, agora fazer demagogia é muito fácil, também é verdade que no orçamento do Município também temos essa exigência e esse mandato dos cidadãos, a exigência de manter equilíbrio no orçamento do Município, fazendo com sentido de responsabilidade e também com sentido social, e eu penso que nós o fazemos de forma inequívoca e conhecimento esse que é da AM, e todas as medidas que implementamos nesse âmbito elas são têm sido aprovadas, por esta AM. Portanto aquilo que refere fá-lo, do meu ponto de vista, de forma incompleta e não ajudando aquilo que deve ser feito.

----- À Sra. Deputada Fátima Renovato, não foi por maldade, foi mesmo por lapso, desculpe, colocou-me algumas questões adicionais relacionadas com a questão do desporto sénior, das atividades com os seniores. Há algumas atividades nas piscinas, atividades de caminhadas, há várias atividades que são feitas. Todos os serviços do Município são pagos dentro de um princípio, o de que quem pode paga e

quem não puder pagar não deve poder deixar de usufruir dos serviços do Município, essa é a nossa orientação. Há muitas pessoas que têm isenção no acesso à piscina, há pessoas que têm redução de 50%. O mesmo acontece nos transportes, no acesso aos equipamentos culturais, e sempre que há solicitações de instituições para acesso a qualquer equipamento, qualquer que seja a natureza, cultural ou desportivo do Município, por parte de instituições que cuidam de cidadãos em situação de carência ou deficiência eles têm entrada gratuita, agora não podemos generalizar as entradas gratuitas nos equipamentos, há pessoas que podem pagar e devem fazê-lo porque esse é um verdadeiro exercício de solidariedade para com quem precisa. Felizmente há muita gente que o pode fazer, e portanto nesse âmbito temos que ter alguma orientação, uma orientação de rigor

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos passar para o ponto seguinte.

PONTO 4.2 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.2.1 – Sexta alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas (RMUET)......

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de dezembro do ano de dois mil e doze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“SEXTA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS (RMUET)

Pela Divisão de Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Decorrido o período de apreciação pública, vertido pelo artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro; n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, do projeto da “Sexta Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas (RMUET), aprovado em Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 10 de setembro de 2012, publicado no

Diário da República, 2.ª Série, n.º 199, de 15 de outubro de 2012, constata-se que não foram apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

Nota justificativa

(Nos termos do artigo 116.º do Código do Procedimento Administrativo)

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 42.º da 1.ª Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização Edificação e Taxas (doravante designado por RMUET), são previstos benefícios aos proprietários de imóveis na aplicação de redução de taxas urbanísticas em 50% na zona delimitada por UOPG2, nos termos da planta de zonamento do Plano de Urbanização da cidade de Bragança, ou 75%, na zona delimitada pelo Plano de Pormenor da Zona Histórica I.

Considerando que o programa de incentivos à reabilitação de imóveis degradados promovida pelo Município desde o ano de 2003, teve uma resposta positiva por parte dos proprietários dos imóveis, traduzida na reabilitação/recuperação/reconstrução de 36 edifícios, dos quais 29 inseridos em área definida em Plano de Pormenor da Zona Histórica I;

Considerando a necessidade de continuar a revitalizar o centro histórico da cidade, por forma a garantir uma capacidade de resposta à regeneração social e económica;

Considerando a atual situação económica do país, com grande penalização fiscal para os cidadãos e a necessidade de aliviar as famílias de encargos decorrentes da conservação/beneficiação do seu património edificado;

Propõe-se proceder à introdução de nova redação ao preceituado no n.º 6 do artigo 42.º do RMUET, Capítulo IX – Taxas – Secção I – Isenções Gerais, nos seguintes termos:

Capítulo IX

Taxas

Secção I

Artigo 42.º

Isenções Gerais

6 – Na área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Histórica I, designada no Plano de Urbanização da cidade de Bragança como UOPG-I, ficam isentas do pagamento das taxas de urbanização e edificação previstas na tabela anexa ao Regulamento.

Na UOPG - II as taxas previstas na tabela anexa ao Regulamento, serão reduzidas em 50%.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a sexta alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas (RMUET), e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos previstos na

alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação conferida pela Lei n.º 60/2007, de 04 de setembro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 31 de janeiro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Para este tema não sei se o Sr. Presidente quer acrescentar inicialmente algum esclarecimento

----- Segundo a indicação do Sr. Presidente, pretendia fornecer algumas respostas a algum pedido de esclarecimento que possa existir sobre os documentos que foram fornecidos à Assembleia.

----- Assim, pedidos de esclarecimento sobre esta matéria?

----- Não há pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções sobre esta matéria?

----- Registamos três pedidos de intervenção: Sr. Deputado Leonel, da CDU; Sr. Deputado Luís Pires, do PS e Sr. Deputado Guedes de Almeida, do CDS/PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel, da CDU.

----- **Leonel Fernandes** – Ex.mo Presidente, restantes Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Ex.mos Membros desta Assembleia, Público presente, Comunicação Social.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “A CDU desde sempre defendeu apoios, principalmente, para a recuperação da zona histórica de Bragança mas, também entende que a recuperação do património só por si é pouco, não chega.

----- Em nosso entender, é preciso que estas iniciativas sejam acompanhadas de programas ao nível do investimento e modernização do comércio tradicional *e ao nível da modernização* e no apoio ao arrendamento de forma a que se dinamize e capte população, nomeadamente jovem, pois só assim será possível voltar a ver a zona histórica e nobre da cidade com vida económica e social.

----- Sabemos que estes apoios ou estes programas não estarão no âmbito da Câmara Municipal, mas deve de alguma forma tentar coordenar com as restantes entidades.

----- Todos nós sabemos que alguma coisa tem sido feita, é verdade, mas muito mais se poderia fazer para tentar combater quer o abandono quer a degradação. Sim, porque as ruínas continuam a ser muitas *nessa zona histórica*.

----- A CDU lamenta que a Câmara Municipal só agora, exatamente, se calhar porque é ano eleitoral, faça este esforço financeiro de apresentar esta proposta *de isenção total para esta zona*, estamos cientes, se *essa proposta* tivesse acontecido *mais cedo, pelo menos* em anos anteriores que a crise não se fazia sentir tão fortemente, teria sido bem mais proveitosa. *Pensamos nós*.

----- Por outro lado, lamentar, ainda, que o alargamento dessa área de intervenção com direito à isenção *não pudesse ser um pouco mais alargada*.

----- No entanto e considerando que, mesmo assim, é uma proposta muito positiva, o nosso sentido de voto será favorável”. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado Leonel Fernandes.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PS, Luís Pires.

----- **Luís Pires** – Bom dia, mais uma vez. Vou ser sincero, não vou falar nada sobre este ponto, aproveitar este tempo, aquelas coisas que o Regimento permite, aquelas agilidades, só para deixar aqui vincadas duas coisinhas muito simples.

----- Como vocês sabem a vida de um Deputado Municipal, chamemos-lhe uma vida amadora, não é? Portanto a nossa vida não é esta, e todo o trabalho e todo o empenho que nós coloquemos nesta atividade retira tempo a outras atividades de índole profissional, familiar e, como eu disse há bocadinho, de sono também, agora uma coisa podem ter a certeza, que é, tudo aquilo que eu aqui trago é feito com cuidado, é estudado, é trabalhado, e muitas vezes surge fruto do chatear muita gente, que há coisas, como é óbvio, que eu não faço a mínima ideia do que é que se trata, não domino e há necessidade de falar com pessoas que estão mais dentro do assunto, aliás ali o meu amigo Ortega é um dos “Cristos”, chamemos-lhe assim, que muitas vezes tem que me auxiliar em muitas das coisas que eu não domino. ...

----- É óbvio que quando fazemos intervenções aqui, tentamos fazê-lo de forma séria, positiva, no sentido de melhorar a vida das pessoas que é para isso que nos elegeram, mas isso está fora de causa, não há questão nenhuma. Há aqui algumas picardias políticas? Há! É o sal e pimenta nestas coisas. Agora também há uma coisa, Sr. Presidente, que eu lhe quero dizer, até este momento não tive e acho que mantenho essa posição, não tenho qualquer tipo de ambição política, sinceramente acho que não me revejo nesse papel, acho que uma pessoa perde um pouco da autonomia de vida e eu quero manter a minha capacidade de decidir para onde vou e não estar tão dependente destes horários intrincados. Sinceramente não tenho esse tipo de ambição.

----- Naqueles lugares aos quais eu fui posto à prova, acho que me portei muito bem, fiz doutoramento antes dos trinta e cinco anos, cheguei a coordenador antes dos quarenta, portanto até aí

tenho me safado bem, as provas naquilo que é possível eu dar, eu dei-as, e acho que passei com distinção.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado Guedes de Almeida, tem a palavra para a sua intervenção sobre esta matéria.

----- **António Almeida** – Sobre este ponto, ele tem sido uma disputa já de alguns anos relativamente a esta política, e talvez minha, pessoalmente, desde há três ou quatro mandatos a esta parte, em que efetivamente agora terei que me congratular com esta redução de taxas, porque temos aí, neste momento, símbolos que se manterão por vários anos, que mostraram que até aqui a política de taxas da Câmara Municipal de Bragança estava errada, completamente errada, efetivamente que isto também não significa nada, quer dizer, é importante, mas é numa altura em que, como diz a Dr. Manuela Ferreira Leite - nesta situação de crise já tudo está morto - quer dizer, não haverá dinheiro neste momento nem sequer para pagar a taxa zero e para reabilitar esta zona, mas é preciso reabilitar porque de facto o grande marco do que tem sido o crescimento e desenvolvimento urbano de Bragança é a pérola de Bragança, a Zona Histórica, que está à vista, ninguém a esconde, não se tapa, quer ao nível da construção, da habitação, do comércio, está à vista, quer dizer, este é que é um grande marco, agora é de congratular com isto, e isto já vinha sendo apontado, pelo menos, eu vou dizer há dezasseis anos, recuando há ali um período de transição, digamos assim, pelo menos há doze anos que isto vinha sendo aqui insistido, acabe-se com as taxas, as pessoas querem reconstruir, não podem, têm que fazer um novo plano de urbanização, têm que pagar como sendo um novo lote, quer dizer, isto asfixiou as pessoas, afastou as pessoas, deixaram degradar por sair caro, e nós temos um símbolo que refiro mais uma vez, está ali no Loreto em frente à Sacor, que ficará ali largos e longos anos, que ninguém vai pegar naquilo, precisamente por erros de taxas aplicadas por esta Câmara Municipal de Bragança, presidida pelo Sr. Eng. Jorge Nunes.

----- De resto é de congratular, mas isto vai obrigar é que também não fiquemos por aqui, acho que deve ser nomeada, escolhida, convidada uma comissão de gente local, não é necessário importar ninguém, para de facto se desenhar um novo planeamento e renovação urbana de Bragança, mas não apenas para fazer dormitórios para lá pôr estudantes, e vai ser o futuro do novo planeamento, já que há uma redução dos perímetros urbanos, vai ser apostar nos cascos históricos das urbes e aqui há que efetivamente participar toda a cidade e todo o Concelho para que efetivamente se desenhe uma nova cidade, uma nova renovação urbana, porque a aposta vai estar aí e poderá ser um incentivo para o

comércio, para os serviços, para a construção civil, aliás até foi adiantado aqui, porque não uma escola de artes e ofícios aqui em Bragança, por exemplo, para trabalhar o granito, já foi sugerido.

----- A partir daqui há que elaborar um instrumento de desenvolvimento urbano e que passe, digamos assim, pela recuperação da verdadeira Bragança, daí o eu votar a favor deste documento, acho que é de congratular, vem tarde, mas mais vale tarde do que nunca.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Em termos de intervenções, estão finalizadas, julgo que o Sr. Presidente da Câmara quererá acrescentar algo ao que já foi dito e inclusivamente consta dos documentos.

----- **Presidente da Câmara** - Aprovado o projeto da alteração em Reunião de Câmara de 10 de setembro de 2012, decorreu o período de discussão pública, não tendo sido apresentadas reclamações, observações ou sugestões. Na reunião de 10 de dezembro de 2012, foi aprovada a presente proposta que envolve a isenção das taxas de urbanização e edificação na UOPG – I do Centro Histórico e redução de 50% na UOPG – II. As taxas em vigor são respetivamente de 50% e 75%.

----- Objetivo da presente proposta: dar mais expressão à política de incentivo à reabilitação urbana na parte antiga da cidade, que o município promove desde o ano de 2003, com resultados positivos.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Srs. Deputados, está finalizado o conjunto de intervenções e vamos passar à votação da proposta enviada pela CMB - Sexta alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização Edificação e Taxas.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não há declarações de voto.

----- Srs. Deputados, passamos para o assunto seguinte da agenda.....

PONTO 4.2.2 – Titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau – Atribuição de despesas de representação.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e um de dezembro do ano de dois mil e doze, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º E 2.º GRAU – Atribuição de despesas de representação

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

O n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, estabelece que os municípios devem aprovar a adequação das suas unidades orgânicas às regras e critérios previstos no aludido diploma até 31 de dezembro de 2012, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais.

A Assembleia Municipal de Bragança aprovou em Sessão Ordinária realizada no dia 17 de dezembro a Reorganização dos Serviços Municipais, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Considerando que, de acordo com o n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, “... aos titulares de cargos de Direção intermédia de 1.º e 2.º grau podem ser abonadas despesas de representação, no montante fixado pelo pessoal dirigente da administração central, através de despacho conjunto a que se refere o artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro sendo-lhe igualmente aplicável as correspondentes atualizações anuais”;

Considerando que o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, estabelece que “A atribuição das despesas de representação nos termos do número anterior é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara”.

Nestes termos, propõe-se que aos titulares de cargos de Direção intermédia de 1.º e 2.º grau, deste Município, sejam abonadas as despesas de representação com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2013.

Após análise e discussão, foi deliberado, aprovar a proposta, com três votos a favor, dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro e Hernâni Dinis Venâncio Dias e 3 abstenções dos Srs. Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Humberto Francisco da Rocha e Geraldo Alberto Leite da Assunção.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter a referida proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 31 de janeiro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara, alguma intenção de intervenção inicial?

----- Não. Então reserva-se a CMB para responder às questões que forem formuladas e nesse sentido a Mesa solicita aos Srs. Deputados que se inscrevam para o período de pedidos de esclarecimento. Inscrições para pedidos de esclarecimento?

----- Um pedido de esclarecimento que vem da Bancada do CDS/PP, o Sr. Deputado Guedes de Almeida tem a palavra para formular o seu pedido de esclarecimento.

----- **António Almeida** – O esclarecimento que eu pedia era relativamente a que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse o que é identificado aqui como direcção intermédia de 1º e de 2º grau.

----- A segunda, quais os valores das atribuições a títulos de despesas de representação e definindo também o que serão despesas de representação, e se nessas despesas de representação se há limites estabelecidos, se não há limites estabelecidos, porque efetivamente só esta certidão é muito vaga e as pessoas não entendem o que poderão eventualmente aprovar relativamente a valores, porque o que estamos aqui a discutir efetivamente é dinheiro.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não havendo mais pedidos de esclarecimento por parte dos Srs. Deputados, solicitamos ao Sr. Presidente que possa dar a resposta à questão formulada.

----- **Presidente da Câmara** – Os valores de despesas de representação são os estabelecidos na lei, para os cargos de direcção intermédia de 1º e 2º grau, que são respetivamente Diretor de Departamento e Chefe de Divisão, e compete, agora, de acordo com a Lei n.º 49/ 2012, a Assembleia Municipal autorizar as despesas de representação, despesas que as chefias recebem desde há anos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelos esclarecimentos.

----- Intervenções sobre este tema?

----- Iniciamos as inscrições, Guedes de Almeida, do CDS/PP, tem a palavra para intervenção sobre a matéria.

----- Regista a Mesa, outro pedido de intervenção, Sr. Deputado Leonel Fernandes.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Guedes de Almeida, para a sua intervenção sobre este tema, segue-se o Deputado da CDU, Leonel Fernandes.

----- **António Almeida** – O Sr. Presidente não disse os montantes, vem definido na Lei, mas ninguém sabe qual é a definição da Lei, mas disse aqui, efetivamente esta atribuição de despesas de representação se destina a Diretores de Departamento e a Chefes de Divisão, que são precisamente, já, digamos assim, vou dizer funções que estão, de acordo com a situação de crise, bem mais remuneradas, “x” vezes mais do que o salário mínimo nacional, do que um funcionário, um escriturário de 1.ª e 2.ª, e esta Assembleia permitir que apenas a estas duas categorias sejam abonadas despesas de representação! Isto é para acumular àquilo que já ganham a mais do que os outros e que estão a ser sacrificados pela crise e em função da crise, que efetivamente ainda vão juntar mais àquilo que já ganham, e que ganham muito mais do que a esmagadora maioria, dos 90% dos funcionários da Autarquia, isto é um princípio, neste momento, que eu chamo de solidariedade, e somos nós Assembleia que temos que permitir! E eu acho que nesta altura de crise, estarmos a ratificar esta proposta ou a permitir que esta proposta seja aplicada, é um ato de injustiça que estaremos, nesta altura de crise, a cometer, porque por uma questão de princípio, porque não os outros funcionários terem também uma atribuição relativamente a despesas? Àqueles que se deslocam para casa, que moram fora da cidade, para ajudar, já que estão a ser, nesta altura, sob carregados.

----- Portanto eu acho que esta proposta, e que foi mal explicada, para mim há uma questão de princípio também que tem a ver com a transparência na administração dos dinheiros públicos, eu acho que o Sr. Presidente da Câmara devia ter cometido assim: isto vai permitir que cada Chefe de Departamento possa ganhar mais “x” por mês, e cada Chefe de Divisão possa ganhar mais “x”, eles já ganham tanto e poderão passar a ganhar mais, e só a partir daí é que nos estaremos esclarecidos, eu estou minimamente esclarecido.

----- Portanto isto não foi minimamente esclarecido, isto é apresentado aqui, aquilo a que se chama na gíria, no bom sentido, um cheque em branco, autorizaram, vocês vão abonar, agora eu acho que, em respeito pela situação de crise, pelos sacrifícios que todos estamos a passar, e sobretudo aqueles que ganham menos, que esta Assembleia não deve votar favoravelmente esta proposta.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado Leonel Fernandes, tem a palavra.

----- **Leonel Fernandes** – Novamente bom dia a todos, reitero os meus cumprimentos.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- *“Como toda a gente sabe, o pessoal dirigente, assim como os restantes trabalhadores têm a sua remuneração estipulada em função das suas categorias ou cargos. E neste caso aqui nem está tanto em causa o valor que cada um deles poderá vir a ganhar mais.*

----- Portanto, se há entendimento que estes profissionais estão mal pagos, e eu acredito que sim, *dadas as funções que exercem, deve-lhe ser alterada a remuneração e não arranjar formas mais ou menos encapotadas de se lhe aumentar o rendimento do trabalho sem qualquer fundamentação.*

----- Ora, a atribuição das despesas de representação, *ao pessoal dirigente, ainda para mais, em tempo de austeridade e de cortes sucessivos em tudo quanto são direitos adquiridos pelos trabalhadores, dos aposentados e da população em geral, parece-nos no mínimo censurável.*

----- Mas, ainda é mais censurável, se não mesmo ética e moralmente condenável, a forma que os governantes encontraram para a sua atribuição, ou seja:

----- O governo atribui aos dirigentes da Administração Central as despesas de representação diretamente e para os dirigentes da Administração Local diz, “podem ser abonadas” despesas de representação, não tendo a coragem ou não querendo dizer, simplesmente, aos dirigentes da Administração Local também são abonadas despesas de representação. Ponto. *E não estávamos com esta polémica aqui.*

----- Bom, mas não tendo tal coragem ainda faz pior, retira a responsabilidade aos executivos e passa a “batata quente” para as Assembleias Municipais, sabendo de antemão que isso pode criar discriminações, focos de conflito e até *mesmo* desmotivação porque podemos assistir, *muito facilmente*, por exemplo, a que algumas Assembleias Municipais, *como a nossa*, deliberem favoravelmente e outras não, criando desde logo, dirigentes de 1.^a e dirigentes de 2.^a. *Não está correto.*

----- Por tudo isto e porque não nos revemos *não propriamente na atribuição das despesas de representação, mas sim* neste tipo de política legislativa ambígua e de intriga, o nosso voto é com certeza contra.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não há mais inscrições para este tema, pelo que pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se tem algo a acrescentar.

----- **Presidente da Câmara** – Compreendo como é fácil baralhar conceitos, e até particularmente em períodos como o presente, de crise. As chefias de Administração Central são remuneradas com as despesas de representação, esta situação que ocorre agora com a nova lei a nível dos cargos de chefia da Administração Local é, de facto, um erro da lei, não devia sequer, do meu ponto de vista, remeter para as Assembleias Municipais a tomada decisão, é remeter um ónus e uma discussão errada e

enviesada para um órgão que não deve ter esse tipo de discussão, evidentemente que o Município precisa das chefias com a motivação necessária, com o empenho devido, há hoje chefias que se deixarem de o ser e regressarem à sua carreira normal como assessores, ganham mais do que ganham como chefias, ganham tanto como ganham no lugar de chefia, e não têm que se preocupar com nada, tem que se preocupar naturalmente com as suas obrigações dentro da instituição, estão sujeitas aos cortes nos termos da lei geral como qualquer outro cargo remunerado, com percentagem variável de acordo com o seu nível remuneração, portanto não estão isentas desse esforço de solidariedade que o país está a pedir aos cargos melhor remunerados, sendo verdade que estão, felizmente, a poupar os postos de trabalho com remunerações mais baixas. Portanto as chefias fazem esses exercícios nos termos da lei como fazem os trabalhadores de toda a Administração Pública e agora também, parte, começam os privados.

----- Seria, do meu ponto de vista, um erro da Assembleia, eventualmente um caso único, ou até incluir num número muito restrito das Assembleias Municipais não votarem as despesas de representação para as chefias, que estão consagradas na lei, portanto não se trata de nenhum erro, do meu ponto de vista, de uma lei que é nacional, ora se o valor da despesa de representação devia estar diretamente incluída no salário base da chefia eu acho que devia, mas é a lei, eu acho que devemos segui-la sem hesitação e fazer aquilo que nos compete, que é, de facto, atribuir a despesa de representação aos cargos de direcção, tal como será certamente atribuída em todos os restantes municípios e como é atribuído de forma plena na Administração Central.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Vamos passar à votação do ponto 4.2.2 - Titulares dos cargos de Direcção Intermédia de Primeiro e Segundo Grau - atribuição das despesas de representação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM DOIS VOTOS CONTRA, DEZASSEIS ABSTENÇÕES E QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESSENTA E SETE MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, Srs. Deputados?

----- Bruno Veloso, do PS, tem a palavra para a sua declaração de voto.

----- **Bruno Veloso** – O PS absteve-se nesta votação exatamente na medida em não compreendemos como é que esta lei geral atribui este ónus e esta responsabilidade às assembleias municipais, colocando nelas, de facto, uma responsabilidade acrescida que não me parece que seja claro e que, de facto, seja necessário que seja esta AM a pronunciar-se sobre isso, podendo levar à eventualidade, de facto, de

nalgumas autarquias tenhamos uma decisão e noutras outras, quando de facto os funcionários são exatamente os mesmos para as mesmas funções, e portanto é nesse sentido que o PS se abstém nessa votação.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado António Guedes de Almeida para a sua declaração de voto.

----- **António Almeida** – O Voto foi contra pela razões que aqui fiz na minha declaração, lembrando que não foram ditos os valores, mas vou lembrar também, porque neste período de crise, para já a lei é mal feita, e há muitas leis mal feita, que servem precisamente para situações destas, e lembrar que penitenciam, mas o erro não deve ser grande, que um Chefe de Departamento já recebe à volta de 2 600,00€ com este subsídio irá receber mais de 300.00€, que um chefe de Divisão recebe mais de 2 000.00€, bastante mais, não sei quanto, mas recebe mais, irá receber à volta 200.00€ mais, isto é, numa altura em que não pode haver aumento aos salários mínimos, certamente a Câmara tem muitos escalões cá por baixo, ser penalizados, quase que vai permitir um aumentar um salário mínimo aos Diretores de Departamento e aos Chefes de Divisão, isto é, no mínimo, injusto, não é solidário, isto é quase uma ofensa àqueles que ganham menos e em concreto aos trabalhadores da Câmara Municipal.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Estão terminadas as declarações de voto, passamos ao ponto seguinte.

PONTO 4.2.3 - MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM – Pedido de isenção total do Imposto Municipal sobre Imóveis.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e um de dezembro do ano de dois mil e doze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“MMB-MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, EEM, - PEDIDO DE ISENÇÃO TOTAL DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

Em Reunião do Conselho de Administração do MMB-Mercado Municipal de Bragança, EEM, realizada no dia 19 de dezembro de 2012, foi deliberado, apresentar à Câmara Municipal de Bragança, o pedido de isenção total do Imposto Municipal sobre Imóveis, considerando que o Município de Bragança é detentor de 100% do capital da empresa Municipal que gere o Mercado Municipal, MMB- Mercado Municipal de Bragança E.E.M.

Constituem receitas dos Municípios, designadamente o produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis, nos termos previstos na alínea a) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais (LFL). Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 12.º do referido diploma, “*A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios.*”

De acordo com o n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.ºs, 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/ 2011, de 15 de novembro, “*As empresas locais devem apresentar resultados equilibrados*”, e, de acordo com o n.º 2 do citado artigo “*...no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.*”

Assim, e, considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º da Lei das Finanças Locais, “*...os municípios e freguesias e as suas associações estão isentas de pagamento de todos os impostos devidos nos termos da presente lei com exceção da isenção do imposto municipal sobre imóveis aos edifícios não afetos a atividade de interesse público.*”, propõe-se a aprovação do pedido de isenção total do imposto municipal sobre imóveis do imóvel onde está instalado o Mercado Municipal de Bragança, na sequência da constituição de um direito de superfície constituído a favor da empresa que gere o Mercado Municipal de Bragança, com efeitos retroativos.

Mais se propõe que a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 12.º da LFL.

Considerando que os pedidos de isenção de IMI, são solicitados ao Serviço de Finanças até ao final do corrente ano, pelo que, dadas as circunstâncias excecionais e urgentes e não sendo possível reunir extraordinariamente a Assembleia Municipal, propõe-se que este assunto seja submetido a ratificação na próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar no mês de fevereiro, nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 442/91, de 15 de novembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a proposta de pedido de isenção total do imposto municipal sobre imóveis do imóvel onde está instalado o Mercado Municipal de Bragança, na sequência da constituição de um direito de superfície constituído a favor da empresa que gere o Mercado Municipal de Bragança.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter a presente proposta a ratificação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 31 de janeiro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, sobre esta matéria deseja fornecer mais algum esclarecimento adicional?.....

----- Reserva-se para as questões. Muito bem.

----- Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento sobre este ponto?

----- Pedidos de esclarecimento? Não há pedidos de esclarecimento.....

----- Intervenções sobre a matéria?.....

----- Duas intervenções, António Guedes de Almeida e Luís Pires, do PS. Tem a palavra, para a sua intervenção, Luís Pires e de seguida será António Guedes de Almeida que fará a sua intervenção.

----- **Luís Pires** – Vou fazer a pergunta porque isto é importante embora tenha deixado passar porque estava ali a conferenciar, eu tirei um pouco da Certidão, uma parte que decorre da lei, e diz: “Os municípios e as freguesias e as suas associações estão isentos de pagamento de todos os impostos devidos nos termos da presente lei, com a exceção da isenção do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aos edifícios não afetos à atividade de interesse público”.

----- A minha pergunta é: não teremos que dizer antes que o edifício do Mercado Municipal ou a atividade é do interesse público? É só essa a dúvida, é uma dúvida formal, porque se não houver algo que diga que é de interesse público eu não sei se nós legalmente poderemos fazer esta tomada de posição, é uma dúvida que eu fiquei com ela e não consigo esclarecer por muito que tentasse procurar, desculpem tê-lo feito neste ponto, estava ali a tentar esclarecer-me.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Então eu não sei se a resposta a esta dúvida é importante para a intervenção seguinte!..

----- -

----- **Presidente da Mesa** - É! Era isso que ia perguntar Sr. Deputado, então prescinde da intervenção.

----- Sr. Presidente, podia passar então, agora, à utilização do período conferido à Câmara naturalmente também para proceder à resposta à questão formulada pelo Sr. Deputado Luís Pires, e que seria também a questão a colocar pelo Deputado Guedes de Almeida.

----- Sr. Presidente tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Posso não conseguir de forma suficientemente concisa responder à questão que foi colocada, mas referindo a lei dos municípios e freguesias e as suas associações que estão isentas de todos os impostos previstos nos termos da lei, com exceção de isenção do IMI, aos edifícios não afetos à atividade de interesse público, bom, estou a raciocinar a tentar porque não estava preparado para responder a uma coisa, se a AM se se tivesse pronunciado, a pedido da Câmara, a identificação do interesse público da atividade que evidentemente que é, mas se o tivesse feito não estava com a proposta de pedido de isenção aqui na AM, estaria automaticamente isento, apresentaria essa declaração às Finanças.

----- Ora não o tendo feito significa que deve fazê-lo agora, no quadro legal, portanto o Município apresenta à AM o pedido de autorização para isenção, neste caso é um pedido de retificação já porque a Câmara o fez não podendo ter reunido a AM em dezembro.

----- A outra via era uma via errada. Este processo foi articulado com o responsável das Finanças, e está correto. Não tratando desta matéria a Câmara recebia o IMI mas entretanto pagava uma comissão pela cobrança do IMI, quer dizer, tratava-se de um erro de gestão.

----- -

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado Luís Pires, tem tempo para intervenção, independentemente do Sr. Presidente já ter usado o tempo da Câmara, não quer dizer que não se possa colocar alguma intervenção sobre a matéria.

----- **Luís Pires** – Há aqui duas ou três abordagens, há a abordagem política que não se podia deixar de fazer, há a abordagem legal e sinceramente não estou preparado para ter uma decisão concreta sobre... aceito a boa fé do processo vindo da Câmara, entendo que um Mercado Municipal, seja onde for, que é um equipamento de interesse público, aliás há particulares que podem solicitar o interesse público dos seus locais, de que estão abertos ao público, etc., entendo tudo isso, eu levantei aqui

apenas a questão formal, também estou certo que se eventualmente houver alguma questão mais tarde poder-se-á depois ultrapassar.

----- Já agora aproveito também, feito portanto este pequeno esclarecimento, só uma pequena intervenção, que a parte política é necessária, não é? E como é obvio o Mercado Municipal é uma das obras que foi apresentada com pompa e circunstância, eu ainda me lembro de me encolher ali numa cadeira quando me “atiraram” assim - o Mário Soares, o Sr. Presidente da República, disse que aquilo era um edifício de terceira geração, de referencia, e eu, pronto, tive que engolir ali todos os epítetos que foram feitos naquela altura, no entanto ao fim de este tempo todo nós verificamos que o equipamento não foi, não lhe vou chamar que seja fracasso, o equipamento está lá, mas o fim para o qual foi construído, fruto de várias características conjunturais, não conseguiu concretizar aquilo para o que estava a ser feito, portanto temos que assumir aqui, perante o Sr. Presidente da Câmara, que isto foi um falhanço, não foi aquilo que se pretendia e a forma que se utilizou também não foi a adequada uma vez que deixou de ser empresa municipal e foi integrado, da forma que foi, no Município, por isso é que estamos aqui fazer o pedido de isenção portanto também do edifício do Mercado Municipal.

----- Isto vem no caminho e vem no seguimento também de dizer, eu quando digo algumas coisas algumas sei que as digo de forma necessária e politicamente, mas há outras que eu as digo também muito sinceramente, porque quando eu falo de alguns detalhes que esta Câmara não conseguiu concretizar, eu acho que alguns de nós temos noção de que existem, e eu referi isso várias vezes, acho que não foi a solução mais concebida, por exemplo, aquela saída daquele túnel com aquela rotunda que ali temos e o acesso para aquela estrada de paralelos de Vale Álvaro, da NIMFO, etc., aquilo, para mim, é uma das coisas que não está bem, não está, aquilo parece aquelas rodas dentadas que têm nozes lá no meio, estão sempre a estala-las, quer dizer, há ali um problema que não se conseguiu nunca resolver. Há mais, mais, que redundam naquilo que eu chamo de pequeno fracasso da Câmara tem.....

----- Há outra coisa muito importante, são pequenos detalhes, é isso que eu digo, é preciso ter mais cuidado, mas muito sinceramente, eu já falei aqui três ou quatro vezes e não quero ser chato em relação a esse ponto, há uma passadeira junto à adega, que, meus caros amigos, não se vê as pessoas lá passar, à noite não se vê os peões, muito sinceramente, naquela passeira quem estiver a atravessar do lado da adega para o lado do Intermarché, à noite, se vier um carro de cima, com luzes, e se vier, ou mesmo que não venha, não se vê as pessoas, eu chamei a atenção para isso, aqui, chamei atenção para as passadeiras da Alameda junto ao Politécnico, com as árvores também não se via,

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, eu vou ter que lhe dizer que isso não é a discussão

----- **Luís Pires** – Ok! Muito bem, tem razão, mas pronto, mas é só para dizer que a questão do Mercado é também um dos detalhes que falhou nesta política desta Autarquia, portanto não estamos assim tão errados quando apontamos estes erros.

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Deputado António Guedes de Almeida, tem a palavra.....

----- **António Almeida** – Relativamente a isto, já disse que efetivamente a questão é a mesma, agora também considero, e já adianto que o meu voto será de abstenção, é que a Câmara não cumpriu, pelo menos não faz aqui prova que este edifício seja de interesse público, porque o interesse público, isto é, o público, qualquer cidadão, não tem que necessariamente ir aquele edifício para tratar de qualquer assunto que lhe diga respeito, pode lá ir almoçar, pode lá ir cortar o cabelo, pode ir fazer compras, mas aquilo está a ser gerido como sendo uma empresa privada ou Centro Comercial, portanto o interesse público aqui decai. À Câmara Municipal tem que se ir, aos serviços de saúde tem que se ir, porque se está doente, portanto ali não tem, ali a Câmara recebe, digamos assim, uma espécie de rendas de taxas por ocupação daquele espaço, mas nenhum cidadão é obrigado a ir àquele edifício para tratar de licenças, para pagar a água, para obter quaisquer licenças de construção, e é por isso que a lei está bem feita, também sabe distinguir o que é uma propriedade da Câmara que esteja, por exemplo, sob regime de arrendamento, ou de outra figura jurídica qualquer de contratação e por isso é que diz : “excepto que estejam sobre imóveis aos edifícios não afetos a atividade de interesse público”, e aqui a Câmara devia-se ter cuidado, e talvez uma informação das Finanças, tecnicamente fundamentada, dizer que efetivamente aquilo estava caracterizado e que os fins que neste momento desenvolve aquele espaço são efetivamente de interesse público.

----- Portanto para mim este requisito não existe, não o quero especular, mas também não o vou votar a favor, que eu acho que falta aqui um elemento que é necessário para esta Assembleia poder deliberar. Porque há uma questão que é importante, tudo isto parece fácil, mas depois o ónus vem sempre para a Assembleia Municipal, e quando acontece qualquer coisa, foi a Assembleia Municipal que aprovou! Portanto nós devemos salvaguardar-nos desta posição, porque se isto fosse muito claro não precisava de vir aqui, agora temos alguma responsabilidade, e eu acho que este requisito é fundamental para se poder aprovar, não está demonstrado pelo Executivo Municipal.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o deputado Amândio Gomes, do PSD.

----- **Amândio Gomes** – Eu venho aqui só para dizer que o PSD vai votar a favor, porque já que mais não fosse só a manutenção de um grande número de postos de trabalho que lá existem justificaria o interesse público.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Passaremos, de imediato, à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E SESSENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESSENTA E SETE MEMBROS PRESENTES.**.....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Registo a intenção de Luís Pires, depois de Guedes de Almeida.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Pires.

----- **Luís Pires** – O PS votou a favor desta solicitação de isenção, é uma consequência de um equipamento que não cumpriu o propósito, e votou, tendo, como ouvimos no debate prévio, a noção de que está esclarecida a questão de interesse público, eventualmente não tive a oportunidade de verificar, mas podia também constar do PDM, por exemplo, o interesse público do edifício, creio que não, portanto, quanto me lembro na altura, mas pronto. Assumindo, tendo como base o pressuposto de que o interesse público está formalmente assegurado, que é isso que é importante, nós votamos a favor. -

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado António Guedes de Almeida, tem a palavra para a declaração de voto.

----- **António Almeida** – Efetivamente que não votei contra porque considero e tenho noção que esse dinheiro faz falta aos cofres do Município, agora a razão do PSD dizer - pelos postos de trabalho - neste princípio nenhuma empresa que emprega, com muitos ou poucos postos de trabalho, deveria pagar IMT.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- De acordo com o avanço dos trabalhos, terminaremos o período da manhã com o ponto seguinte, que é apenas para conhecimento.

PONTO 4.2.4 – Associação para o desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Proposta de aumento de fundo social pelo Município de Bragança......

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de janeiro do ano de dois mil e treze, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK – PROPOSTA DE AUMENTO DE FUNDO SOCIAL PELO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

1 - A Câmara Municipal de Bragança, deliberou, em Reunião Ordinária realizada no dia onze de agosto de 2008, aprovar a Adesão do Município à Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark – Parque de Ciência e Tecnologia, aprovar os Estatutos e Projeto do respetivo Regulamento Interno.

A Assembleia Municipal em Sessão Extraordinária, realizada no dia oito de setembro de 2008, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, que o Município de Bragança integrasse aquela Associação.

A referida Associação visa contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior.

Esta Associação adjudicou e consignou a construção da primeira fase do Brigantia Ecopark, pelo valor de 7.310.383,07€, cofinanciado em 80% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (5.848.306,46€), estando a decorrer as obras desde o dia 14 de maio de 2012, de acordo com o cronograma previamente definido, sendo o prazo de execução da empreitada de 540 dias.

No Plano de Atividades Municipal para o ano de 2013, Projeto 07/2012 “Construção do Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark”, está inscrita a verba de 300.000,00€, estando nesta data com saldo de cabimento de igual valor.

A Assembleia Geral da Associação é o Órgão Deliberativo e é constituído por todos os associados em pleno gozo dos seus direitos sociais.

De acordo com o n.º 1 de artigo 22.º dos Estatutos, “1. O fundo social da ASSOCIAÇÃO é constituído por Unidades de Participação (UP), com o valor nominal de 500,00€ (quinhentos euros) cada uma, e realizado do seguinte modo:

2 - A UP constitui e corresponde a uma quota mínima indivisível para efeitos de subscrição do património associativo.

3 - O fundo social poderá variar mediante a entrada ou saída de associados ou o reforço da participação dos associados já inscritos.”

O Regulamento Interno estabelece, na Cláusula Quarta que:

“1. O fundo social inicial de € 609.000,00 (seiscentos e nove mil euros), distribuídos por 1218 (mil duzentas e dezoito) Unidades de Participação (UP), subscritas do seguinte modo:

a) O Município de Bragança, subscreve 800 UP (€ 400.000,00 quatrocentos mil euros);

b) O Instituto Politécnico de Bragança, subscreve 400 UP (€ 200.000,00 – duzentos mil euros);

c) O Município de Vila Real, subscreve 4 UP (€ 2 000,00 - dois mil euros);

d) A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, subscreve 4 UP (€ 2 000,00- dois mil euros);

e) A Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto – PortusPark, subscreve 10 UP (€ 5 000,00 - cinco mil euros).

2. O Município de Bragança garantirá em qualquer circunstância, e a todo o tempo, pelo menos a subscrição nominal de 51% das UP, do património associativo.

3. Fica expressamente vedada a transmissão de UP entre os associados.

4. Os associados que abandonem a ASSOCIAÇÃO não têm o direito de repetir as UP que tenham subscrito, sendo porém responsáveis por todos os pagamentos que lhe sejam imputáveis e se encontrem em dívida, relativos ao período em que foram associados.”

4-A Assembleia Geral da ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK reuniu no dia vinte de dezembro de dois mil e doze para analisar e votar uma proposta de aumento do fundo social, a subscrever pelo Município de Bragança e pelo Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do número 3 do artigo 22.º dos Estatutos “para satisfazer o pagamento dos autos de medição dos trabalhos, a executar nos próximos meses, relativos à construção da primeira fase do Brigantia Ecopark”.

Nestes termos, foi aprovada a seguinte proposta de aumento de fundo social:

a) Reforço de 600 Unidades de participação (UP), no valor nominal de € 300.000,00 (trezentos mil euros), a subscrever pelo Município de Bragança.

b) Reforço de 400 Unidades de participação (UP), no valor nominal de € 200.000,00 (duzentos mil euros), a subscrever pelo Instituto Politécnico de Bragança.

Assim, o Município de Bragança passa a subscrever 1400 (mil e quatrocentas) Unidades de Participação (UP), correspondente a € 700.000,00 (setecentos mil euros) e o Instituto Politécnico de Bragança a subscrever 800 (oitocentas) Unidades de Participação (UP), correspondente a € 400.000,00 (quatrocentos mil euros).

De acordo com a proposta aprovada pela Assembleia Geral realizada no dia vinte de dezembro de dois mil e doze, a Cláusula Quarta do Capítulo II do Regulamento Interno da Associação passará a ter a seguinte redação:

CAPITULO II

PATRIMÓNIO

Cláusula Quarta

Fundo social inicial

1. O fundo social inicial de 1.109.000,00 € (um milhão cento e nove mil euros), distribuídos por 2218 (duas mil duzentas e dezoito) Unidades de Participação (UP), subscritas do seguinte modo:

- a. O Município de Bragança, subscrive 1400 UP (€700.000,00 - setecentos mil euros);
- b. O Instituto Politécnico de Bragança, subscrive 800 UP (€ 400.000,00 – quatrocentos mil euros);
- c. O Município de Vila Real, subscrive 4 UP (€ 2.000,00 – dois mil euros);
- d. A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, subscrive 4 UP (€ 2.000,00 – dois mil euros);
- e. A Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto – PortusPark, que subscrive 10 UP (€ 5.000,00 – cinco mil euros).

2. O Município de Bragança garantirá em qualquer circunstância, e a todo o tempo, pelo menos a subscrição nominal de 51% das UP, do património associativo.

3. Fica expressamente vedada a transmissão de UP entre os associados.

4. Os associados que abandonem a ASSOCIAÇÃO não têm o direito de repetir as UP que tenham subscrito, sendo porém responsáveis por todos os pagamentos que lhe sejam imputáveis e se encontrem em dívida, relativos ao período em que foram associados.

Considerando que, a Assembleia Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia oito de setembro de 2008, autorizou o Município de Bragança a integrar a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK, aprovando simultaneamente os Estatutos e o Regulamento Interno, é agora competente a Câmara Municipal para aprovar um reforço do fundo social, nos termos expressamente previstos nos Estatutos da mesma.

Assim, propõe-se, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 22.º dos Estatutos da ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK, a aprovação do aumento do fundo social através de um reforço de 600 Unidades de Participação (UP), no valor nominal de € 300.000,00 (trezentos mil euros), a subscrever pelo Município de Bragança, passando o mesmo a deter 1400 Unidades de Participação (UP), no valor nominal de € 700 000,00 (setecentos mil euros).

Mais se propõe que, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, se dê conhecimento à Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Exmo. Presidente.

Mais foi deliberado, por unanimidade, remeter a presente proposta para conhecimento da Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 31 de janeiro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, alguma intervenção inicial?.....

----- Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento sobre esta matéria?

----- Sr. Deputado António Guedes de Almeida, do CDS/P, tem a palavra para formular o seu pedido de esclarecimento.

----- **António Almeida** – Isto é sempre a bater no mesmo, quer dizer, isto é um documento importante, a Câmara vai desembolsar dinheiro, entrega-nos este documento e votem ou não votem, eu acho que, conforme se vem explicar determinados comportamentos ou determinadas manifestações políticos ou factuais dos membros da Assembleia, antes de votar um documento destes ficaria bem que houvesse uma explicação ou um esclarecimento sobre o mesmo, quem ler este documento, eu não consigo, aqui, e também sou amador, quer dizer, não sou profissional da política, saber o que vou votar no final, só sei é que a Câmara vai entrar com mais dinheiro, vai aumentar o capital social, e é por isso que eu pergunto e peço ao Sr. Presidente que mesmo que sumariamente esclareça, no fundo, quais os valores, o que é que pretende com este documento, para efectivamente se poder votar em consciência e para não haver depois motivos a especulações.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não há mais pedidos de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara para proceder à resposta da questão formulada.

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Sr. Presidente. Este assunto não é para votação, mas sim para conhecimento, conforme consta no último parágrafo da certidão.....

----- Apresentou, por escrito, o seguinte.....

----- “Está em construção a 1ª fase do Brigantia Ecopark, com o custo previsto de 7.310.393,07 Euros, desde 14 de maio de 2012 e prazo de execução de 540 dias. Está também em fase de elaboração o projeto de execução das infraestruturas da 2ª fase, sendo necessário o reforço do Fundo Social no mínimo do acordo previsto no Plano de Atividades Municipal para 2013.

A Assembleia Geral deliberou no dia 20 de dezembro de 2012, aprovar o aumento do fundo social a subscrever pelo Município de Bragança e pelo IPB, nos termos do nº 3 do artº 22º dos Estatutos e do respetivo Regulamento Interno. A competência do assunto é da Câmara Municipal, nos termos dos Estatutos do regulamento Interno”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Presidente.....

----- Intervenções sobre este tema?

----- Não há intervenções.

----- Não há mais nenhuma intervenção sobre a matéria, assim sendo, está, neste caso, este ponto encerrado, e, de resto, este ponto da agenda era apenas para conhecimento, como consta na ordem de trabalhos

----- Srs. Deputados vamos então interromper os trabalhos do período da manhã, desejando a todos um bom almoço e um regresso, se possível, às catorze horas e trinta minutos, ainda temos uma hora e um quarto para almoço.....

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos.

----- **Presidente da Mesa** – Retomamos os trabalhos, para abordarmos o ponto 4.2.5.....

PONTO 4.2.5 – Regularização jurídica do complexo desportivo do Clube Académico de Bragança.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de janeiro do ano de dois mil e treze, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto

Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“REGULARIZAÇÃO JURÍDICA DO COMPLEXO DESPORTIVO DO CLUBE ACADÉMICO DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pelo Gabinete de Assessoria Jurídica e Contencioso Municipal:

Sobre o assunto inserto em epígrafe, foi solicitado a este Gabinete Jurídico, parecer jurídico sobre o procedimento de regularização jurídica do complexo desportivo do Clube Académico de Bragança.

Analisado o processo cumpre emitir parecer

I. Do enquadramento fáctico-jurídico

1. Por deliberações da Câmara Municipal de Bragança, de 12 de julho de 1983, de 22 de fevereiro de 1985 e de 19 de março de 1985 e da Assembleia Municipal de 14 de setembro de 1995, todas já consolidadas na ordem jurídica e ainda não executadas, foi aprovada a constituição de direitos de superfície, favor do Clube Académico de Bragança (CAB), sobre diversas parcelas de um terreno da titularidade do Município, descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º 36356: uma parcela de terreno para construção de um Ginásio/Pavilhão; uma parcela de terreno para construção de dois campos de ténis e uma parcela de terreno para construção de um Complexo de Piscinas.

2. Entretanto, por deliberação camarária de 14 de agosto de 2006, foi aprovado o loteamento do prédio identificado no ponto 1, titulado pelo Alvará n.º 8/2006, de 12 de dezembro de 2006, composto por quatro lotes: Lote A destinado ao equipamento do Estádio Municipal de Futebol; Lote B destinado a equipamento desportivo e recreativo do complexo coberto do pavilhão polidesportivo e piscinas municipais; lote C destinado a equipamento desportivo do pavilhão gímnico/sede da Coletividade e Lote D destinado a equipamento desportivo e de recreio e lazer de piscinas e estabelecimento de restauração e bebidas de apoio.

3. O Lote C, inscrito na Matriz Predial Urbana da Freguesia da Sé sob o artigo 7470, com a área de 1 123,71 m², corresponde à parcela de terreno sobre a qual foi aprovada a constituição a favor do CAB do direito de superfície destinado à construção do ginásio/pavilhão, enquanto o Lote D, inscrito na Matriz Predial Urbana da Freguesia da Sé sob o artigo 7471 e com a área de 31.335,71 m², abrange as parcelas de terreno sobre as quais foi aprovada a constituição dos direitos de superfície destinados à construção dos dois campos de ténis e do Complexo de Piscinas.

4. No quadro circunstancial vindo de descrever, não se vislumbra impedimento legal à escrituração da constituição dos direitos de superfície sobre os terrenos identificados como Lotes C e D do Loteamento n.º 8/2006, a favor do Clube Académico de Bragança.

5. Contudo, a celebração dos contratos respetivos deverá ser precedida da aprovação das necessárias alterações às deliberações da Câmara Municipal de 12 de julho de 1983 e 22 de fevereiro de 1985 e da Assembleia Municipal, de 14 de setembro de 1995, decorrentes da aprovação do Loteamento n.º 8/2006.

6. Aprovadas as alterações postostas, estará o Exmo. Presidente da Câmara Municipal em condições legais de outorgar as escrituras de constituição dos direitos de superfície a favor do Clube Académico de Bragança.

II. Proposta

Nos termos expostos, entendemos estar a Câmara Municipal em condições legais de deliberar:

A alteração das deliberações camarárias de 12 de julho de 1983 e 22 de fevereiro de 1985, ao abrigo do disposto na al. f) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conforme proposta anexa;

A aprovação de uma proposta de alteração à deliberação da Assembleia Municipal, de 14 de setembro de 1995, a submeter à aprovação deste órgão, nos termos das disposições conjugadas constantes da al. a) do n.º 6, do artigo 64.º e da al. i) do n.º 2, do artigo 53.º, do mesmo diploma legal, conforme proposta a seguir descrita:

Constituição de Direito de Superfície a favor do Clube Académico de Bragança Proposta de alteração à deliberação da Assembleia Municipal de 14 de setembro de 1995

Considerandos:

Considerando que, por deliberação da Câmara Municipal, de 19 de março de 1985, foi deliberada a constituição, a favor do Clube Académico de Bragança, do direito de superfície sobre uma parcela de terreno para construção de dois campos de ténis;

Considerando que, por deliberação da Assembleia Municipal, de 14 de setembro de 1995, foi aprovada a constituição a favor do Clube Académico de Bragança, do direito de superfície sobre uma parcela de terreno para construção de um Complexo de Piscinas, por proposta da Câmara Municipal de 28 de agosto de 1995;

Considerando que, por deliberação camarária de 14 de agosto de 2006, foi aprovado o loteamento titulado pelo Alvará n.º 8/2006, composto de quatro lotes, entre os quais, o Lote D, com a

área de 31 335,71 m², destinado a equipamento desportivo e de recreio e lazer de piscinas e estabelecimento de restauração e bebidas;

Considerando que o Lote D abrange e corresponde à área das parcelas de terreno sobre os quais foi deliberada a constituição daqueles direitos de superfície a favor do Clube Académico de Bragança;

A constituição do direito de superfície a favor do Clube Académico de Bragança fica subordinada às seguintes condições:

Cláusula Primeira

O Município de Bragança constitui a favor do Clube Académico de Bragança, um direito de superfície, destinado a Complexo de Piscinas, campos de ténis, demais equipamento desportivo e de recreio e lazer e estabelecimento de restauração e bebidas, sobre o terreno identificado como Lote D, do Loteamento titulado pelo Alvará n.º 8/2006, de 12 de dezembro de 2006, da sua titularidade, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia da Sé, sob o artigo 7471, com a área de 31 335,71 m².

Cláusula Segunda

A constituição do direito de superfície é a título gracioso e por um prazo de 50 anos, prorrogável por acordo entre as partes.

Cláusula Terceira

O direito de superfície e mesmo as construções não podem ser alienados a terceiros sem autorização do Município.

Cláusula Quarta

O Complexo de Piscinas pode ser utilizado pelo Município de Bragança, para programas ou ações que venham a ser consideradas indispensáveis no âmbito do fomento da cultura e desporto, até ao limite de sessenta dias por ano e em períodos a acordar entre a Câmara Municipal e o Clube Académico de Bragança.

Cláusula Quinta

Constituem deveres do Clube Académico de Bragança:

a) Conservar o Complexo de Piscinas, os campos de ténis e demais equipamento desportivo e de recreio e lazer, como faria um proprietário prudente;

b) Reconstruir o Complexo de Piscinas, os campos de ténis e demais equipamento desportivo e de recreio e lazer, em caso de destruição, dentro de prazo razoável que para o efeito lhe seja assinalado pelo Município de Bragança;

c) Aplicar o Complexo de Piscinas, os campos de ténis e demais equipamento desportivo e de recreio e lazer, à prática desportiva e de recreio e lazer da comunidade.

Cláusula Sexta

Em caso de dissolução da coletividade, bem como, no caso de incumprimento das condições mencionadas, o direito de superfície extingue-se e todas as obras e benfeitorias realizadas reverterão a favor do Município de Bragança, sem direito a qualquer indemnização ou direito a retenção por parte do Clube Académico de Bragança.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, a constituição do direito de superfície, a favor do Clube Académico de Bragança, em alteração à deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de 14 de setembro de 1995.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas constantes da alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º e da alínea i) do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.”

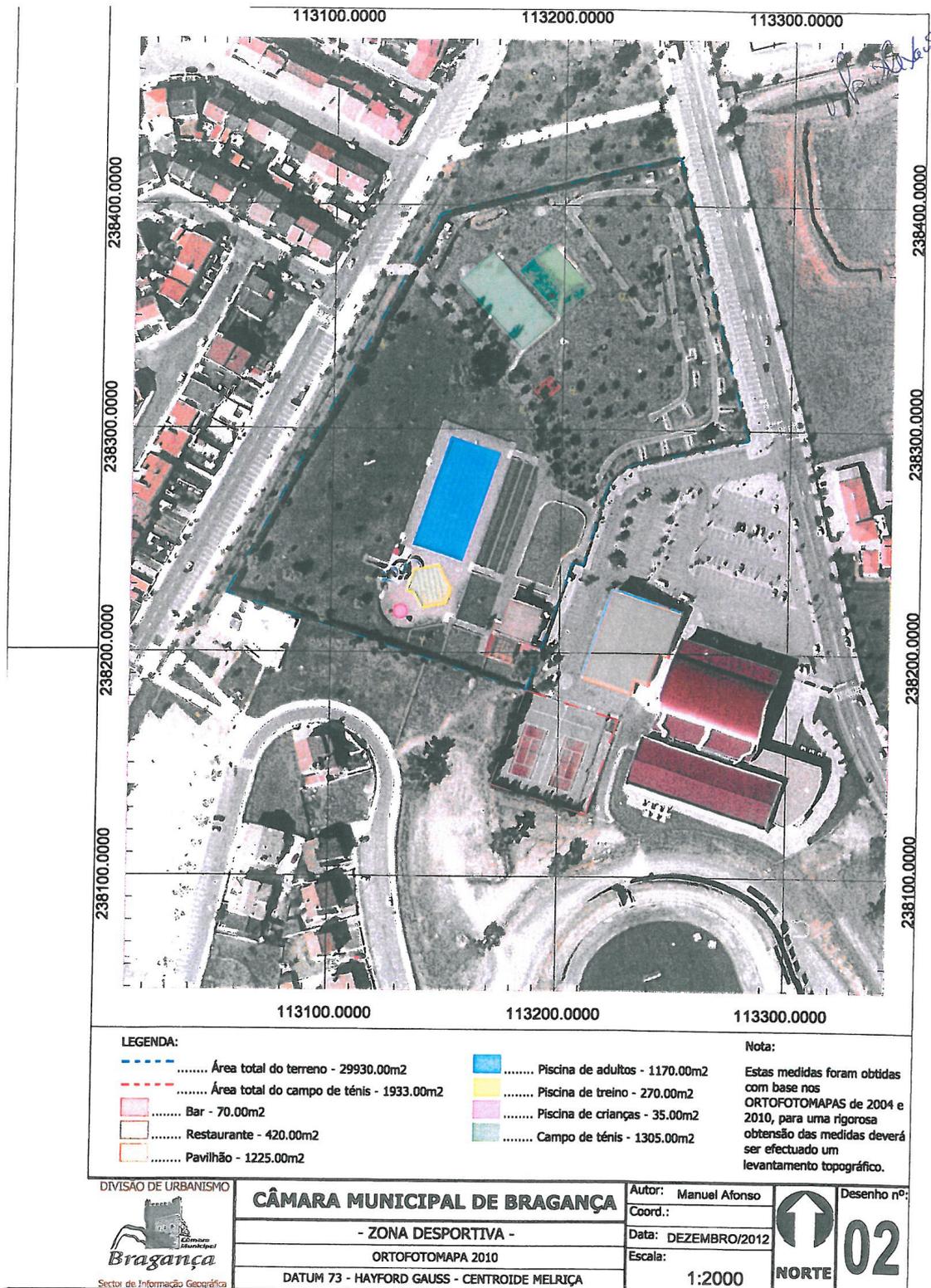
Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

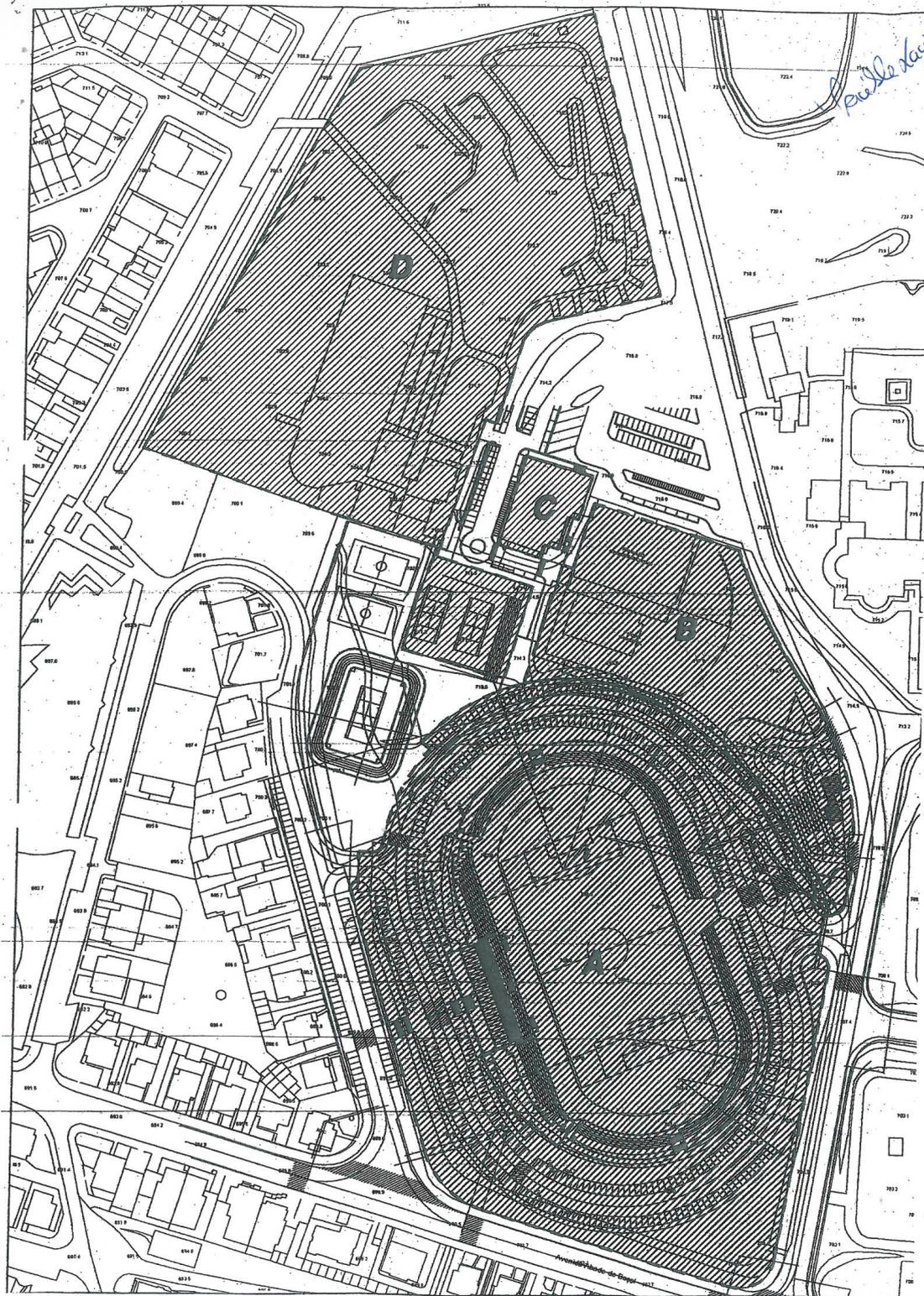
Bragança e Paços do Município, 31 de janeiro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II

Ortofotomapa e Planta de localização





----- **Presidente da Mesa** – Dirigindo a palavra ao Sr. Presidente, julgo que mantemos a mesma metodologia, responde o Sr. Presidente às questões que queiram formular.....

----- Pedidos de esclarecimento, Srs. Deputados, acerca deste tema?.....

----- Guedes de Almeida tem a palavra para formular o seu pedido de esclarecimento à Câmara.....

----- **António Almeida** – O pedido de esclarecimento à Câmara Municipal tem a ver com uma questão de ordem jurídica. Trás aqui uma análise sobre a regularização jurídica do complexo desportivo do Clube Académico de Bragança, e começa por dizer, no ponto

“ I. Do enquadramento fáctico-jurídico

1. Por deliberações da Câmara Municipal de Bragança, de 12 de julho de 1983, de 22 de fevereiro de 1985 e de 19 de março de 1985 e da Assembleia Municipal de 14 de setembro de 1995, todas já consolidadas na ordem jurídica e ainda não executadas”.....

----- A questão que se põe é - porque é que não foram executadas? É essa a pergunta que eu coloco ao Sr. Presidente.

----- Em 14 de agosto de 2006, portanto já no seu mandato, foi aprovado o loteamento do prédio identificado no ponto 1. O prédio identificado no ponto 1 será uma parcela de terreno para construção de um ginásio e um pavilhão.

----- Depois, no ponto três, refere – “O Lote C, inscrito na Matriz Predial Urbana da Freguesia da Sé sob o artigo 7470, com a área de 1 123,71 m²”, e depois vem a proposta que virá alterar as deliberações da Câmara de 83, de 85, e alteração à deliberação da Assembleia Municipal de 14 de setembro de 95, e vir agora submeter aquela área à constituição dos direitos de superfície a favor do Clube Académico de Bragança, proposta de deliberação de 95.

----- Em concreto, o que é que estes pressupostos pretendem materializar. Eram estes os esclarecimentos que eu solicitava ao Sr. Presidente

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. deputado.

----- Não existem mais pedidos de esclarecimento por parte dos Srs. Deputados.....

----- Sr. Presidente tem a palavra para responder às respostas.....

----- **Presidente da Câmara** – Boa tarde para todos. Não foram executadas as deliberações de Câmara Municipal de 12 de julho de 1983, 22 de fevereiro de 85 e de 19 de março de 85, no que diz respeito à constituição do direito de superfície porque as parcelas em causa não tinham artigo próprio, autónomo, foi necessário proceder a uma regularização dessa situação, tendo sido juntas num só artigo várias parcelas que a Câmara foi adquirindo ao longo dos anos, elaboraram um alvará de loteamento no ano de 2006, criadas as parcelas correspondentes, creio que quatro, uma para área envolvente do

Estádio Municipal, outra para as piscinas e pavilhão municipal e a C e D respetivamente com artigos também próprios, autónomos, para as parcelas cedidas ao Clube Académico de Bragança mas datas correspondentes às deliberações referidas.....

----- “Assim a proposta que se trás à Assembleia, aproveito já para ultimar esta matéria, vai no sentido de se obter a necessária autorização para a constituição de Direito de Superfície a favor do Clube Académico de Bragança, a título gratuito por um prazo de 50 anos, sobre as parcelas de terreno onde tem já desde há anos atividades desportivas e equipamentos construídos. A regularização jurídica é feita considerando o lote C, artº 7470 com a área de 1123,71 m2 e Lote D, no artº 7471, com área de 31.335,21 m2, lotes resultantes do alvará nº 8/2006, de 12 de dezembro e que integrou a realidade existente na principal zona desportiva da cidade, e as deliberações de Câmara Municipal de 12 de julho de 1983, de 22 de fevereiro de 1985 e de 19 de março de 1985”, e permitiu regularizar assim o património a favor do Município fazendo os necessários registos, e só depois de feito o registo do património em favor do Município é que é possível fazer a cedência e a escrituração do direito de superfície dos lotes que foram cedidos nesse regime.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Intervenções sobre o tema?.....

----- Dr. Guedes de Almeida, tem a palavra.....

----- **António Almeida** – O Sr. Presidente tentou explicar, e estamos aqui a falar do chamado registo, um direito, e que não é feito, pelos vistos também os efeitos nos cinquenta anos do direito de superfície começarão a contar a partir da aprovação desta Assembleia, não tem efeitos retroativos? Não têm? Não sei se também houve algum diálogo com a Direção do Clube Académico de Bragança, no sentido de haver um acordo. Na altura as deliberações são ilegais, a Câmara não tinha qualquer direito às parcelas de terrenos que não lhe pertenceriam, ou pelo menos não teria o registo dessas parcelas. Em contrapartida o Clube Académico de Bragança poderá vir agora a rejeitar este direito de superfície fazendo valer o chamado direito de “uso capião”, já mais de vinte anos que dispõe daquelas parcelas, as goza, as usufrui.....

----- **António Almeida** – Isto é um bem público, o Instituto Académico não é um bem público, é uma instituição privada, pode ser-lhe, e é, reconhecida utilidade pública, que é diferente, o problema é que estamos aqui a fazer um registo, para mim os efeitos dos cinquenta anos serão a partir desta altura, que é quando é regularizada a situação. Como digo, o Clube Académico de Bragança teria todo o direito em

vir a opor-se a esta deliberação e dizer – nós, por uso capião, temos direito, o terreno não pertence à Câmara.

----- Esta posição, o que eu quero aqui referir é que efetivamente, que não foi o Sr. Presidente que na altura tomou esta deliberação, também é para que fique salvaguardado, teria sido no mandato do Dr. Mina, é que há deliberações com bens públicas que são mal feitas, porque o Clube Académico de Bragança neste momento, se quiser, opõe-se a esta deliberação da Assembleia. Tem um direito de gozo, de uso, perante toda a gente, como se costuma dizer nas coisas notarias, que goza aquilo como sendo exclusivamente dele, não vêm agora impor-lhe um ónus que podem rejeitar, eu até estou de acordo que eles possam aceitar, agora os efeitos de cinquenta anos serão sempre a partir desta deliberação e não podem ter efeitos retroativos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado pela sua intervenção, Sr., deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara para esclarecimentos adicionais.

----- **Presidente da Câmara** – O que está em causa é um benefício para o Clube Académico, não é retirar-lhe direitos, pelo contrário, todo este processo foi regularizado e trabalhado com a Direção do Clube no sentido de que as deliberações tomadas em 1983, 1985, já no tempo do Sr. Eng.º Pinheiro, quando houve cedência dos direitos de superfície, não foi possível regularizar o direito de superfície não é por a Câmara não ser proprietária, é por a Câmara não ter o registo daquelas diversas parcelas de terreno que adquiriu, o que acontecia regularmente com muito património do Município.

----- Nos últimos anos atuámos no sentido de registar todo o património, de regularizar todas as situações passadas e identificar, cadastrar e referenciar inclusive o património da Câmara. Ao fazê-lo criámos artigo próprio, procedemos ao loteamento desse artigo, criando artigos autónomos, e por essa via, agora sim, com dois artigos respetivamente as cedências feitas ao Clube Académico e eles poderem fazer o registo de direito de superfície.

----- Ora, saliento que ninguém pode, nem uma associação nem um privado, fazer uma escritura de justificação ou de direito por “usocapião” de bens públicos, é impossível! O Sr. deputado é advogado sabe isso tão bem como nós, não é possível, ou seja, esta situação é para ter efeitos a partir desta Assembleia, ou seja, amplia os direitos do Académico, mas considerando a natureza associativa da Instituição, a nós, na Câmara, não nos pareceu que esta decisão lesasse o interesse público, sendo certo que beneficia a Associação beneficiando a comunidade que serve.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado pela explicação, o Sr. Presidente foi suficientemente explícito e elucidativo nessa matéria, penso que estamos em condições de proceder à votação.

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E OITO MEMBROS PRESENTES

----- Declarações de voto?

----- O membro António Guedes de Almeida.

----- **António Almeida** – Evidentemente que tendo a noção de como foi criado, não foi já desta situação, mas há aqui uma questão que efetivamente justifica a minha interpelação, o Sr. Presidente diz que dilataram os direitos do Clube Académico de Bragança, isto é, com os efeitos os cinquenta anos começam a contar a partir desta deliberação, acho que foi isso que o Sr. Presidente aqui esclareceu.....

----- **Presidente da Mesa** – Terminadas as declarações de voto, passamos ao ponto seguinte.....

PONTO 4.2.6 – Dissolução, liquidação e internalização das atividades da Empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA, TERRA FRIA CARNES, UNIPESSOAL, LDA.

Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

A empresa Terra Fria Carnes, Lda., foi criada em 20 de julho de 1998, tendo por objeto *“o abate, transformação e comercialização de carnes e a realização de investimentos em matadouros, desmancha de carnes e salsicharia, bem como distribuição e a administração dos bens imóveis de que seja titular”*.

Integraram a constituição da Sociedade – a Câmara Municipal de Bragança, a Cooperativa Agropecuária Mirandesa, a Associação de Criadores de Gado de Bragança e o Agrupamento de Produtores de Cordeiros Bragançanos, Lda., com um capital social de 5 000 000\$00 (25 000,00€) sendo a participação dos sócios de 49,98%, 16,66%, 16,67%, 16,6% respetivamente.

O Agrupamento de Produtores de Cordeiros Bragançanos não realizou o seu capital social tendo que sair da sociedade, sendo a sua quota repartida entre a Associação de Criadores de Gado de Bragança e a Cooperativa Agropecuária Mirandesa, passando estas a deter 24,02% e 26% respetivamente.

A atividade teve início com a construção do matadouro e sala de desmancha e embalagem de carne, em terreno cedido pela Câmara Municipal na Zona Industrial. O total de investimento rondou os 200 000 000\$00 (1 000 000€) e foi participado por fundos comunitários através dos Programas PAMAF (113 790 316\$00) e LEADER II (8 571 276\$00).

O matadouro iniciou o serviço regular de abate em janeiro de 2001.

Desde o início da constituição da sociedade que o Município de Bragança manifestou, publicamente, o desejo de serem os restantes sócios, representantes da produção, também detentores da maioria do capital social, os responsáveis pela gestão da empresa por entender, que desta forma haveria maior capacidade para estimular e fomentar a produção pecuária do concelho.

No entanto, na última década, a evolução verificada no setor pecuário do concelho, à semelhança do registado no país, foi no sentido de um acentuado decréscimo da atividade com consequências diretas na saúde financeira das estruturas associativas representativas dos produtores. A diminuição constante de efetivos pecuários, nomeadamente de bovinos, teve reflexos negativos na atividade da empresa, situação que tem conduzido a resultados negativos consecutivos na exploração do matadouro.

Na realidade, o mercado da carne em Bragança tem registado alterações significativas nos últimos anos, quer a nível da produção quer do abastecimento. A nível da produção o efetivo pecuário no concelho tem vindo a diminuir significativamente nos últimos anos. A nível do abastecimento público a maioria das grandes/médias superfícies comerciais dispõem de centrais de abastecimento próprias exteriores à região. Os talhos fixos e rolantes procuram cada vez menos os animais nos produtores preferindo fornecedores diretos de carcaças e sobretudo de determinadas peças da carcaça. O transporte de animais vivos requer um conjunto de exigências hígio-sanitárias que não estão ao alcance da maioria dos produtores e dos talhantes, o que desencoraja o transporte ao matadouro. A proximidade do concelho com a maior região produtora de carne de Espanha (Castela e Leão) associada a uma reduzida fiscalização, torna o mercado local muito vulnerável, registando-se uma permanente entrada no mercado de Bragança de carcaças provenientes de Espanha a preços mais competitivos mas de inferior qualidade.

A fragilidade financeira dos sócios representantes da produção não lhes permitiu acompanhar os aumentos de capital necessários para o regular funcionamento da empresa, vendo-se o Município de

Bragança obrigado a adquirir, em 2006, a totalidade das quotas detidas pelo sócio “Associação de Criadores de Gado de Bragança” que entretanto já havia adquirido em 2005, a quota da Cooperativa Agropecuária Mirandesa.

Apesar desta evolução societária, o Município de Bragança continuou com a opinião de que a viabilidade da empresa passaria por esta desempenhar outras áreas de negócio, para que está vocacionada, nomeadamente a compra, abate e venda de carne e não limitar-se ao serviço de abate e desmancha. Neste sentido foi realizado em 19 de setembro de 2011 um concurso público internacional para a concessão de exploração da empresa, tendo ficado deserto. O concurso foi repetido em 13 de abril de 2012, não tendo sido apresentada qualquer proposta, apesar de várias entidades terem visualizado o processo.

O capital social da empresa é de 635 000,00 € e o mapa de pessoal é formado por 10 trabalhadores.

Ao fim de 10 anos de atividade a empresa tinha, em 31 de dezembro de 2011, um Passivo no montante de 390 888,62€ e um Ativo no valor de 312 321,98€.

A partir do mês de março de 2011, registou-se um aumento significativo do serviço de abates, devido à adesão de novos clientes, nomeadamente oriundos do concelho de Macedo de Cavaleiros. Ainda no ano de 2011 a Cooperativa Agropecuária Mirandesa regressou como cliente passando a efetuar o abate dos bovinos de raça mirandesa do concelho.

Apesar das dificuldades do setor, a empresa Terra Fria Carnes, Unipessoal Lda., tem vindo a desempenhar um papel fundamental no apoio à atividade pecuária do concelho, aos agricultores, aos empresários do setor da restauração e salsicharia e também aos consumidores do concelho e da região.

A empresa cumpre a missão para que foi criada, presta serviços de qualidade, tem bons recursos humanos, tem boas condições de funcionamento, está em bom estado de conservação, e tem uma ótima localização.

Relativamente ao ano de 2012 os valores definitivos ainda não se encontram apurados, prevendo-se uma situação financeira positiva comparativamente ao ano anterior.

A alteração ao regime do setor empresarial local veio a ser aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que institui um novo regime jurídico de extinção das empresas municipais, aplicável às empresas criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior, que estabelece uma distinção clara entre os procedimentos de dissolução pura e simples e os procedimentos de dissolução que impliquem a integração nos serviços municipalizados ou internalização nos serviços das respetivas entidades públicas

participantes, de quaisquer das atividades das empresas a dissolver (cf. os artigos 61.º, n.º 2, 62.º n.ºs 1, 2 e 12, 64.º, 65.º e 70.º n.ºs 1 e 5).

Passando o legislador a admitir, em caso de integração ou de internalização, a possibilidade dos trabalhadores detentores de contrato de trabalho por tempo indeterminado, que tenham sido admitidos pelo menos um ano antes da data da deliberação de dissolução da empresa, se candidatarem, precedendo acordo de cedência de interesse público, aos procedimentos concursais exclusivamente destinados a quem seja titular de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, que sejam abertos pelas entidades participantes da empresa, na pendência dos respetivos procedimentos de dissolução e de liquidação, para a ocupação de postos de trabalho correspondentes às funções ou atividades que os trabalhadores cedidos se encontram a executar, objeto de integração ou internalização (cf. o artigo 62.º, n.ºs 6 a 11 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

Para efeitos de dissolução da empresa que implique a integração ou a internalização de quaisquer atividades, a deliberação respetiva deve ser acompanhada do respetivo plano, o qual deve incluir os seguintes elementos:

a) Definição das atividades a integrar ou a internalizar;

b) Listagem dos postos de trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a integrar ou a internalizar, identificando a carreira e as áreas funcional, habilitacional e geográfica, quando necessárias;

c) Previsão das disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (artigo 62.º, n.º 12 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

Assim proponho a dissolução, liquidação do seu património e internalização das atividades da empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda. nos serviços do Município, acompanhada do Plano de Internalização exigido no n.º 12 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tudo ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 61.º, n.º 2, 62.º, n.º 12, 65.º e 70.º, n.º 5, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Considerando, que o Município, não dispõe dos meios humanos indispensáveis para a prossecução das atividades da Empresa a internalizar, julga-se conveniente o recurso ao mecanismo de cedência de interesse público dos seus trabalhadores, ao abrigo do n.º 6 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, subsequentemente à deliberação da dissolução da Empresa, procedimento que será materializado com a apresentação da 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal e ao Mapa de Pessoal para o ano de 2013.

Nos termos expostos, propõe-se:

A aprovação de uma proposta de dissolução da empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda., liquidação do passivo da empresa a fornecedores, transferência do passivo à banca e do ativo da empresa para o Município e internalização de todas as suas atividades nos serviços do Município, acompanhada do respetivo Plano de Internalização, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas constantes das alíneas a) do n.º 6 do artigo 64.º e i) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e dos artigos 62.º, n.º 2, 22.º, n.º 1 e 70.º, n.º 5, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

A aprovação da deliberação de celebração de acordos de cedência de interesse público dos trabalhadores da Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda., no prazo máximo de 6 meses após a deliberação da sua dissolução, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 62.º e no n.º 5 do artigo 70.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com 6 votos a favor, dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias e 1 voto contra, do Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha, aprovar, a referida proposta de dissolução da empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda., liquidação do passivo da empresa a fornecedores, transferência do passivo à banca e do ativo da empresa para o Município e internalização de todas as suas atividades nos serviços do Município, acompanhada do respetivo Plano de Internalização, documento anexo ao respetivo processo.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas constantes das alíneas a) do n.º 6 do artigo 64.º e i) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e dos artigos 62.º, n.º 2, 22.º, n.º 1 e 70.º, n.º 5, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores, Leonel Afonso e Geraldo de Assunção

“A alienação da empresa por se tratar de negócio específico no âmbito da complexa fileira da carne, como sustentado nos argumentos inseridos na Informação do município, ao que acresce a forte concorrência de outros operadores, alguns de nacionalidade espanhola, é a decisão mais consistente para resolução do problema gerado com a Terra Fria Carnes.

A diminuição dos efetivos pecuários no concelho e o progressivo afastamento das Associações de criadores, teve efeitos negativos na exploração do matadouro. As cadeias de distribuição alimentar trabalham com outros pressupostos e o pequeno comércio local de carnes direciona-se para

fornecedores de carcaças em detrimento da compra direta à produção, dadas as exigências legais e a burocracia inerente ao transporte de animais.

Desde que se colocaram os consecutivos aumentos de capital da empresa, fui dos primeiros a defender, no seio do Executivo Municipal, a alienação da empresa, visto que o município não tem vocação para um negócio com esta especificidade – aquisição, abate, transformação e comercialização – posição que mantenho. Porém como esta internalização de serviços não impede a externalização e ou futura alienação dos serviços, votamos favoravelmente a proposta.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 31 de janeiro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II

- Plano de Internalização das atividades desenvolvidas na empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal, Ld.^a, no Município de Bragança, conforme previsto no n.º 12 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

- Pessoal a integrar o Mapa de Pessoal do Município de Bragança”



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signature

Plano de Internalização das atividades desenvolvidas na empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda., no Município de Bragança, conforme previsto no n.º12 do artigo 62.º da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

a) Definição das atividades a integrar ou a internalizar

O processo de dissolução da empresa que gere a empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda., implica a internalização das seguintes atividades da empresa municipal, nos serviços do Município de Bragança:

1. Receção dos animais;
2. Abate;
3. Esfola;
4. Preparação da carcaça;
5. Desmancha;
6. Distribuição;
7. Limpeza de tripas e patas;
8. Limpeza e manutenção de instalações;
9. Lavagem e desinfecção de viaturas; e
10. Tratamento de sub-produtos.

A atividade desenvolvida enquadra-se nas atribuições e competências da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social, unidade orgânica criada nos termos da Reorganização dos Serviços, por força da aprovação da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivas alterações, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, por ser esta unidade orgânica que está vocacionada para apoiar o desenvolvimento da actividade económico e social.

b) Listagem dos postos de trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a integrar ou a internalizar, identificando a carreira e as áreas funcionais, habilitacional e geográfica, quando necessárias.

Para a prossecução das atividades objeto de internalização são indispensáveis os atuais recursos humanos afetos à empresa municipal, contratados pela empresa municipal ao abrigo do regime do contrato de trabalho, conforme se evidencia no mapa seguinte:

Pessoal afeto à empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda.

Sector	
Direção administrativa/ Comercial	1
Abegoaria	1
Abate/ sangria/ corte/de cifres e patas	1
Triparia	1
Esfola	2
Evisceração/ corte em meias carcaças	1
Limpeza de carcaças e rotulagem	1
Distribuição	2
Total de trabalhadores	10



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Pessoal a integrar o Mapa de Pessoal do Município de Bragança

Categoria na empresa municipal	Vencimento (recibo de dezembro 2012)
Diretor geral (Gestor) (1)	938,01€
Chefe de serviços (Encarregado geral) (1)	814,92€
Magarefe (6)	666,38€
Magarefe (2)	600,00€

Nos termos previstos na Reorganização dos Serviços a implementar conforme previsto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, os trabalhadores irão integrar a Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social, por ser nesta unidade orgânica que se desenvolve a atividade inerente ao Matadouro Municipal.

Estima-se que a despesa, mensal, municipal com remunerações seja na ordem dos 6. 951,21€, a despesa com a segurança social atinja 1.650,91€ e a despesa com o subsídio de refeição de 939,40€.

c) *Previsão das disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que «Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas».*

Descrição	Dotação Inicial OM 2013	Despesas da empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda.
Despesas com pessoal	6.502.500,00 €	116.504,29 €
Aquisição de bens e serviços	13.663.800,00 €	76.356,63 €
Juros e outros encargos	227.300,00 €	9.717,29 €
Passivos Financeiros	909.200,00 €	234.409,17 €

Bragança e Paços do Município, 21 de janeiro de 2013

A Diretora de departamento de administração geral e financeira


Maria Mavilde Gonçalves Xavier

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente há alguma intervenção inicial sobre este tema?.....

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado Sr. Presidente, vou fazer uma breve síntese da certidão da qual consta a deliberação da proposta apresentada à AM.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “A empresa Terra Fria Carnes, Lda foi criada a 20 de julho de 1998, sendo detida por quatro sócios, o Município e Associações representativas da produção com posição maioritária *destas*. A empresa iniciou atividade em janeiro de 2001.....

----- A evolução no setor da pecuária na última década, foi no sentido de um acentuado decréscimo da atividade e uma muito significativa alteração no abastecimento ao mercado da distribuição e comercialização que recorreu a centrais de abastecimento, com consequências negativas nas estruturas associativas representativas de produtores que não conseguiram assumir a gestão e acompanhar as necessidades de financiamento da empresa.

----- Face ao novo regime do setor empresarial local, Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e considerando que a atividade da empresa é importante no apoio à atividade pecuária do concelho, aos agricultores, aos empresários do setor da restauração e salsicharia, e também aos consumidores, a Câmara Municipal deliberou pela dissolução, liquidação do património e internalização da atividade da empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal Lda, nos serviços do Município e recorrer ao mecanismo de cedência de interesse público dos seus trabalhadores, ao abrigo do nº 6, do artº 62º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto.

----- No ano de 2006, o município procedeu à aquisição da totalidade do capital da empresa. A 19 de setembro de 2011, o município procedeu à abertura de concurso internacional para a concessão de exploração da empresa, tendo ficado deserto. O concurso foi repetido a 13 de abril de 2012, sem concorrentes.

----- Passados 10 anos de atividade, de bom serviço à Lavoura do *nosso* Concelho, garantindo a missão para que foi criada, *tem bons resultados*, tem bons recursos humanos, boas condições de funcionamento, e a instalação industrial está bem conservada. *Digo “bons resultados”face àquilo que descrevi anteriormente*. A 31 de dezembro de 2011 o passivo da empresa era de 390.888,62 Euros e o Ativo de 312.321,98 Euros”.....

----- A internalização da atividade da empresa faz-se também no âmbito da Reorganização dos Serviços aprovada pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 17 de dezembro/2012, em que na estrutura organizativa foi criada uma Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social,

exatamente com o objetivo de vir a absorver quer a atividade do Mercado, quer a do Matadouro, quer as feiras, quer a promoção turística, quer a parte da atividade industrial do município naquilo que são as suas responsabilidades e criar de forma organizada dentro da estrutura do Município a resposta capaz para absorver este conjunto diversificável de responsabilidades do Município, ou seja, a integração fazer-se-á no âmbito daquela que é a organização do Município e que foi devidamente estruturada na última reorganização para o efeito.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Pedidos de esclarecimento?.....

----- Não há pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções sobre a matéria?.....

----- Luís Pires, do Partido Socialista, tem a palavra.

----- **Luís Pires** – Boa tarde a todos. Eu começava por dizer que este tema é um tema, e digo também com tristeza, não com um sentimento de soberba que os menos avisados podiam adotar, nota-se nesta certidão que nos foi entregue a humildade pregada às circunstâncias de um projeto que poderia ter sido uma referência e quer redundou, mais uma vez, também num fracasso.....

----- Este foi um projeto que ajudou a ajudou a ganhar eleições, foi um projeto estruturante, alavancador, um projeto que foi apresentado com um acompanhamento de marxias, digamos assim, orientado à primeira liga e que agora ouvimos pela voz do Sr. Presidente dizer que tem bons resultados pelos campos da terceira divisão.

----- Há muito tempo que alertámos que havia duas palavras, dois conceitos que nós utilizámos na altura e que creio que são muito adequados, muito importantes e pertinentes para esta matéria. Um deles tinha a ver, em inglês é “core competence”, que pode ser mais ou menos competência principal ou competência nuclear em determinada Entidade, e o outro é rede colaborativa.....

----- E nós sempre afirmámos numa altura, este assunto já veio à Assembleia várias vezes, por vários motivos, e nós afirmámos na altura que é difícil acreditar e é difícil singrar nos negócios a quem não conhece, a quem não está dentro do negócio, é importante conhecer-se os meandros do negócio para se ter sucesso, e sempre achámos que aquela primeira associação em torno do mercado, havia claramente alguns integrantes que percebiam mais da matéria, que outros, no entanto as posições não mostravam essa tendência, digamos assim, digamos que quem percebia menos tinha menos peso. E achámos que sempre incentivámos nesse caminho, que devia ser um projeto que sim, devia servir os interesses de uma população essencialmente rural, mas que deveria ser um projeto, e aqui é quando eu falo na tal gestão estratégica e ser um projeto proativo. E a proatividade, neste caso, era ter tido a

perceção à altura de que este projeto devia ser um projeto não de Bragança, não do Nordeste mas sim um projeto que se adaptaria à parte de Espanha, também, este mercado maior. Como é referido na certidão, para aqueles que leram, Castela e Leão é uma das regiões que mais carne produz em Espanha, e acho que devia ter sido um processo orientado nesse sentido, digamos que um pouco paralelamente àquilo que são as INTERREGs, acho que devia ser assim, e dessa forma esse projeto seria um projeto sustentado, e não foi, falhou, não o digo com regozijo, não! Digo-o, mais uma vez, com tristeza, acho que era importante para a nossa região, acho que é um dos negócios que a nossa região deveria acarinhar e que poderia ter sucesso no futuro.....

Também é dito na certidão que há uma tentativa de que o negócio se sente não apenas numa parte do processo mas que abarque, comece mais cedo e termine mais tarde, e isso também é importante, a grande questão é que vindo um bocadinho mais cedo não há matéria para se entrar nessa linha, nessa fileira, os efetivos são poucos.

----- E, portanto, chegados a este ponto, meus caros amigos, eu sinto-me quase como uma comissão liquidatária, em que olhando para esta Entidade, cabe cumprir de uma forma não ativa porque não é possível fazê-lo, mas há que cumprir a sua função, aquela preocupação que nós mais temos neste sentido será com o pessoal que lá trabalha e garantir que nada lhes suceda de mal.....

----- E, portanto, lida a declaração, feita uma relação entre esta declaração e um estudo que foi apresentado aqui por uma empresa de Consultores, e agora não tenho presente qual o nome da Empresa, mas foi apresentada pelo Executivo, que dava um conjunto de soluções como sendo as possíveis para ter o futuro deste equipamento, levou-se duas vezes a essa tentativa, não houve interessados nas duas vezes, portanto meus caros amigos, aquilo que me apetece dizer, ou aquilo que eu posso dizer é quer chegados a este ponto teremos que votar a favor e apetece-me dizer “ que remédio!”

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado da CDU, Leonel Fernandes, tem a palavra.

----- **Leonel Fernandes** – Boa tarde, a todos..

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa

----- Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores

----- Srs. Membros desta Assembleia Municipal, boa tarde.....

----- Todos nós sabemos porque é que o Matadouro vai ser “*internalizado*”, *vai ser dissolvido, vai passar para a Câmara Municipal*

----- Pese embora hoje em dia serem tão ou mais válidas, todas as premissas que levaram à sua criação, obra e processo dos quais a maioria dos presentes certamente *ainda* se lembra, o Município de Bragança vem agora “atirar a toalha ao chão” e assumir o seu fracasso relativamente às responsabilidades que tem nesta matéria, afinal das mais importantes para a vida do *nosso* Concelho, em todos os seus aspetos.

----- Também sabemos que Bragança, e concretamente o IPB, tem hoje das maiores competências nacionais, mesmo internacionais, ao nível do tratamento e transformação de carcaças animais; Conta ainda com formações de licenciatura e mestrado – alunos e técnicos – nas áreas da Eng.ª Zootécnica, da Eng.ª Alimentar, da Gestão e do Marketing entre outras que poderiam e deveriam ter contribuído para o sucesso matadouro. Assim se soubesse envolve-los no processo.....

----- Bragança tem na sua natureza e nos seus habitantes, a origem e o desenvolvimento das mais importantes raças de bovinos e ovinos do nosso País.

----- No entanto, o Município vem agora a admitir que não tem condições para viabilizar esta estrutura. Como é que isso pode ser verdade? Alguém acredita nisto? Possivelmente não.....

----- O Município de Bragança fracassou porque não conseguiu pôr um objetivo tão importante como estratégico para o Concelho, que é o seu desenvolvimento rural, hostilizando de certa forma aqueles que deveriam ser os principais parceiros nesta realização, nomeadamente os representantes da mais importante raça local, a raça mirandesa.....

----- Esta é a realidade. É triste, mas é a realidade.....

----- Daí o nosso voto será de abstenção”.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado Leonel Fernandes.....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Guedes de Almeida, do CDS.

----- **António Almeida** – O amigo Leonel fez-me lembrar a triste realidade, quase um choradinho do fado, ao estilo antigo, mas é esta a realidade portuguesa, é chorar, e isto confirma.

----- Já o CDS trouxe aqui este tema, e foi aqui discutido, quando dizia que não era viável, que era melhor liquidar o Matadouro - não Senhor! Isto vai ser uma mina de ouro para o Conselho – quase que se dizia aqui, isto é uma loucura, na altura, de quem propunha isto, quando se adivinhava, toda a gente via, aliás a proposta do CDS foi elaborada, digamos assim, num ponto “pessoal” ou partidário na ordem de trabalhos, fundamentava-se em estudos antigos, quer dizer, os antigos não eram loucos. Quando mesmo o próprio governo do Cavaco, através de Eurico de Melo, diz que acabavam os matadouros, para o Cachão, é porque o Cachão tinha dimensão para abater, não havia gado suficiente para abater, mas tinha.--

----- O mal é que esta democracia, como lhe digo - vamos embora, ninguém perde – porque se tivéssemos que o pôr do nosso bolso, familiarmente, já todos estávamos no charco, agora assim não, corre mal, como agora se diz aqui, correu mal, alguém há-de pagar, sigamos em frente, mas os nossos envolvidos continuam igual, os outros é que vão ter de pagar. É isso que nunca foi meditado e agora a conclusão teria que ser esta.

----- Lembro-me da inauguração daquilo, quase estive o País inteiro, foi uma festa em grande, não havia era gado para abater, foi nessa altura que a Raça Mirandesa foi abatida para a festa da inauguração, e agora chegamos a esta realidade.....

----- Quanto se gastou naquilo? Para quê? Onde estão os lavradores? Onde está a Raça Mirandesa? Desapareceu! Sigamos em frente.

----- E agora virem-nos a pedir para nem sequer pagar IMT, será numa reunião a seguir, quer dizer, faz-se tudo, alguém há-de pagar.

----- Pronto, gastaram-se milhões naquilo e agora reconheceu-se, reconheceu-se foi tarde e mal, isto são políticas, correm mal, mas não há responsabilidade nenhuma, correm mal, foi assim agora, já vem desde há cinquenta anos, isto vai ao charco, foi tudo ao charco, mas não interessa, foi uma opção política que correu mal, se for na vida particular as pessoas vão dormir para a rua, como diz o Sr.??? , e dorme-se e ficamos sem abrigo.

----- Portanto isto é um erro, e é um erro porque? Isto é um erro político porque na altura isto serviu também de bandeiras políticas, isto leva-nos também a uma história, Bragança tinha um Matadouro, também ainda ninguém entendeu, até agora, a história, como é que, por exemplo, o LIDL está no local do Matadouro, que até era um património quase único no País, pelo seu estilo arquitectónico, desapareceu de repente, está lá o LIDL! Que contas foram feitas? Ninguém esclareceu nada! Estou convencido que nem vai ser esclarecido, não é? Quer dizer, está lá o LIDL, chegou a fechar os parques - isto é nosso - por quanto foi vendido não se sabe, ninguém sabe que tipo de negócio foi, e então há uma opção por este, até houve uma manifestação pública com o Governador Civil de Macedo de Cavaleiros, lembra-me uma expressão de José Luís Pinheiro que disse - quem vai ser abatido é o Governador - e passados dois dias sai. Estive ao lado dos lavradores contra a decisão do Sr. Eng. Eurico de Melo, e no entanto teima-se em continuar o Matadouro porque daria votos, não se estuda é o que está subjacente em relação ao Sr. Presidente - vamos fazer o matadouro, é útil, vai enriquecer, vai ajudar. Não! Nem sequer depois há uma política. Mais, é uma Câmara Municipal que não tem um pelouro para a agricultura, todas têm, que orientasse, digamos assim, os agricultores na sua comercialização da carne, no fomento da criação, onde neste momento até está estudado que a Raça

Mirandesa, o principal solar, nem está no Nordeste Transmontano, está no Alentejo, quer dizer, isto anda tudo ao contrário, no entanto fez-se o Matadouro, para agora encerrar.....

----- Evidentemente isto é um erro, é um erro político, os erros políticos também se devem pagar, deviam ser pagos era de uma forma material, não pode ser pago com sanções políticas, e pronto, são mais uns milhões que os munícipes de Bragança vão ter que pagar para uma estrutura que vai fechar e vamos saber, saberemos daqui a uns tempos, qual vai ser o seu futuro perante todo este processo que aqui foi levantado, que aqui foi questionado, que aqui quis ser discutido com abertura e com realismo , pelo CDS/PP, foi rejeitado dizendo que ia ser adjudicado, iria ser contratualizada uma sessão de exploração daquilo, ninguém está interessado, e com um caso importante que eu, pessoalmente, na altura, no primeiro mandato do Sr. Presidente, disse, havia uma empresa daqui perto, de Espanha, de São Vitero, que quis comprar o Matadouro, que estava vocacionada, as “Carnes Alfonso” e na altura diz que não se podia vender, teria sido a sorte para aquilo, entregar aquilo a quem efetivamente tinha capacidade para explorar a carne e o abate de carnes e toda essa matéria. Não foi feito, houve algum entusiasmo, havia que aguentar o eleitorado à custa de um património e de uma campanha que saiu caríssima, e agora vai fechar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Deixe-me esclarecer os Srs. Deputados, não se trata de fechar a atividade de abate no Matadouro de Bragança, a questão é diferente, é preciso que também fique claro, é dissolver a atividade da empresa Terra Fria Carnes e a inclusão do Matadouro no património da Câmara, mantendo a atividade, é que o Sr. Deputado disse agora aqui que o Matadouro vai fechar, vai acabar, vai terminar. Não é verdade, tem que ficar isso claro.

----- Não havendo mais intervenções pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer fazer algum esclarecimento adicional.....

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Pouco mais tenho a acrescentar, aliás foi oportuna a intervenção do Sr. Presidente da Mesa, no sentido de que o que está em causa não é acabar com a atividade, mas sim internalizar a atividade, mantendo-a sob responsabilidade direta da Divisão de Promoção Económica e Social, como salientei.

----- Queria deixar bem claro, face à intervenção do Deputado da CDU, duas questões. A Primeira é que o Município não deitou a toalha ao chão, o Município tenta reagir e encontrar aquela que é a melhor solução institucional face à lei do setor público e empresarial local, sendo certo que esta solução deixa sempre em aberto a possibilidade de quando o Município entender e a AM o considerar como oportuno, proceder a nova tentativa de concessão da atividade da empresa, concessionando o serviço e

o equipamento industrial no sentido de que quem fizer a exploração dessa atividade poder atuar em toda a fileira, poder atuar junto da produção, no serviço e na comercialização que é isso que é necessário.....

----- É inquestionável que ninguém se atreveria, hoje, penso eu, em consciência, a propor a extinção da atividade da empresa, por desnecessária, estou convencido que ninguém o faria, com o ninguém ainda apresentou qualquer alternativa á existente, incluindo na própria Assembleia Municipal.

----- A empresa em 2012, abateu quinhentas e setenta e uma toneladas, têm algum significado, presta um serviço necessário à agricultura do nosso Concelho e não podemos por um lado dizer que é necessário fortalecer a atividade económica na agricultura, criar mais emprego e mais emprego estável neste setor, ganhar maior autonomia alimentar para a região e para o País, mas não ter capacidade de sustentar as infra-estruturas necessárias para apoiar a produção. O custo da diferença entre os custos e as receitas de exploração da empresa corresponde a uma parte dos custos dos espetáculos do dia da cidade, e ninguém se escandaliza porque o custo não é excessivo, nem é nenhuma anormalidade. Portanto pergunto eu:

----- A Lavoura do nosso Concelho não merece esse esforço do orçamento da parte da Autarquia?

----- Evidentemente que merece, e portanto nós temos consciência como é importante garantir condições para que a atividade pecuária, atividade florestal, a atividade agrícola do Concelho se desenvolvam e sejam apoiadas politicamente pelo Município, é isso que estamos a fazer.

----- A segunda nota, que queria deixar, tem a ver com a questão do acarinhar ou não o movimento associativo por parte do Município. É inquestionável, porque eu tive também a frontalidade suficiente para falar nesta Assembleia sobre isso, que houve um momento que não é idêntico ao momento presente, sob o ponto de vista cooperativa da Raça Bovina Mirandesa, em que a cooperativa se afastou mais, por razões que se prendem com a atitude do Secretário Técnico, que provocou danos na perspectiva de parceria do projeto, e por essa via à Cooperativa, os dirigentes aperceberam-se desse erro. Hoje a Cooperativa está próxima, regressou com o abate ao Matadouro e era aqui que deveria ter construído a sua unidade de transformação contígua a esta unidade industrial. Essa é que tinha sido a atitude inteligente, se a perspectiva e a atuação técnica não se tivesse sobreposto à legítima e necessária atuação das estruturas de Direção.

----- Também salientar que não era fácil construir um Matadouro de dimensão transfronteiriça, não estou a ver que fosse viável, só o desconhecimento da realidade económica e política poderia concluir pela viabilidade. A atividade na zona fronteiriça é forte e está naturalmente entregue à iniciativa privada. Ao contrário, na nossa região, a atividade agrícola está muito enfraquecida particularmente na

área da pecuária e por isso não interessa ao setor privado, por isso compete à Autarquia, garantir as condições mínimas para que essa atividade se desenvolva.

----- Houve um período baixo a nível do abate, provocado pelo afastamento da Mirandesa situação Já superada. Propomos hoje para a AM, uma boa decisão de continuação da atividade da empresa, de vir a continuar a servir os agricultores do nosso Concelho, os produtores de gado, e que num futuro próximo estejam reunidas as condições para que a Câmara Municipal retome a perspetiva recente que tinha, que era a de concessionar a gestão de exploração desta unidade. É certo que nesta data o mercado está fragilizado e não reage a uma perspetiva de concessão, razão pela qual o Município manterá a atividade e aguardará o momento mais oportuno para retomar novamente essa iniciativa.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Finalizadas as intervenções sobre este ponto da agenda, vamos passar à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, SETE ABSTENÇÕES E SESSENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES. ...**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Luís Pires do PS e Guedes de Almeida do CDS/PP.....

----- Luís Pires, tem a palavra.

----- **Luís Pires** – Mais uma vez, boa tarde. Sr. Presidente, já agora, acho que é importante esclarecer um pequeno detalhe em relação às declarações de voto, e eu, o motivo porque hoje estou a fazer praticamente tudo o que é declarações de voto, é porque me fizeram, há dias, uma pergunta, para eu ir buscar informação a uma ata, em que não era possível eu ter noção de qual tinha sido o voto do PS, porque ele aparece lá na declaração, na ata, 100 votos a favor, 97 abstenções, 300 contra, e não diz como é que se distribuíram, e às vezes é importante em determinados sentidos fazer este ... por isso é que eu faço questão, depois de ter verificado a situação, fazer a declaração de voto para se saber o sentido de voto do PS.

----- Bom, então em relação a esta questão, tal como eu referi na minha abordagem, a preocupação, depois de chegados a este dado, foi manter serviços mínimos, preocupação com os funcionários e não hipotecar saídas futuras, portanto seria a única possibilidade que tínhamos neste momento, seria votar a favor. -

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado António Guedes de Almeida, tem a palavra para proceder à sua declaração de voto. --

----- **António Almeida** – A declaração de voto do CDS/PP, na minha pessoa, votou a favor da Dissolução, Liquidação e Internalização das Atividades da Empresa, isto em coerência com aquilo que debateu desde há anos a esta parte, e apenas aqui, além de terem sido acentuadas pelo Sr. Presidente da Câmara que efetivamente todo este período foi um período perdido, vai ser perdido, digamos assim, à espera da expectativa de alguém voltar a retomar a atividade da instituição, do empreendimento, isto é, vai entrar num período de letargia até que reúnam condições para serem o impulso para a agricultura, impulso esse que deriva também de uma nova estrutura autárquica sobretudo a nível de Vereação, isto é, que haja uma equipa mais próxima dos lavradores, que não tem existido em todos estes anos.....

----- E, já agora, a declaração de voto também ia neste sentido, não era preciso, isto também eu vou copiar o que já dizia o Eng. José Luís Pinheiro, hoje falei muito nele porque também aprendi com ele, é que não é necessário estar uma estrutura tão pesada ali, tão cara para o Município, parada e à espera seja do que for. O Eng. José Luís Pinheiro dizia, na altura, quando é fechado ali junto à Estação, onde está agora o LIDEL, e até estive a ler e mostrou que havia na Dinamarca uns camiões tipo “matadouros de abate para seis peças” que podia ser rotativo, circular por cada freguesia, com dois ou três técnicos e abateria no próprio meio, seria mais barato, muito mais prático, muito mais cómodo e com todas as condições também de apoio à agricultura.

----- Portanto acho que é outra forma de pensar, mais versátil, mais eficaz e mais próxima do agricultor. Portanto..... nesse sentido é que foi a declaração de voto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Muito bem, já que terminadas estão as declarações de voto, vamos proceder ao avanço nos trabalhos, passando ao ponto seguinte.....

PONTO 4.2.7 – Designação dos júris para recrutamento dos cargos de direção intermédia, de 1.º grau, 2.º grau e 3.º grau, do Município de Bragança.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição,

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto

Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS PARA RECRUTAMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA, DE 1.º GRAU, 2.º GRAU E 3.º GRAU, DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

Aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 17 de dezembro de 2012, a nova estrutura orgânica deste Município confinando-o às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procedeu à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto; 64-A/2008, de 31 de dezembro; 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, torna-se assim necessário proceder aos ajustamentos ao nível da nova estrutura orgânica.

Considerando que o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (EPDAL) estabelece que o júri do recrutamento dos cargos dirigentes é designado por deliberação de Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e é composto por um presidente e dois vogais;

Considerando que os n.ºs 2 e 3 do citado artigo, determina que o presidente é designado de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal e que os vogais são designados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica;

Considerando o atrás descrito, entendeu-se solicitar à Fundação CEFA, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, entidade conhecedora do contexto específico da Administração Pública e que presta às autarquias locais um serviço de assessoria técnica nos procedimentos concursais e cuja “Missão” foi definida como, *“Contribuir, através da formação, da investigação científica e de assessoria técnica para a sustentabilidade e modernização da Administração Pública local e para a qualificação e atualização dos autarcas, dirigentes e demais trabalhadores”*, a indicação dos membros do Júri dos dez procedimentos, para recrutamento dos dirigentes com a concretização de todos os procedimentos necessários, através de uma prestação de serviços.

A Fundação CEFA apresentou a composição de dois júris (conforme documento que se anexa), um para desenvolver o recrutamento dos diretores de departamento e outro para desenvolver os recrutamentos de chefes de divisão e chefes de unidade de 3.º grau.

Deste processo constam (em anexo) os currículos dos elementos designados para o júri.

Os júris serão responsáveis pela realização das avaliações curriculares, entrevistas públicas e desenvolverão, ainda, os procedimentos administrativos com a assessoria técnica da Fundação CEFA

Nestes termos, propõe-se a aprovação dos júris para o concurso de recrutamento de dirigentes, conforme indicação da Fundação CEFA.

Mais se propõe que nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, com 6 votos a favor, dos Srs., Presidente, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias e 1 abstenção, do Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha, aprovar, a referida proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter a referida proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 31 de janeiro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – ANEXOS:

Anexo I - RECRUTAMENTO PARA CARGOS DIRIGENTES - COMPOSIÇÃO DO JÚRI - DIRETORES DE DEPARTAMENTO/CHEFES DE DIVISÃO

Anexo II - Curriculum Vitae de Maria Emília Preto Galego

Anexo III – Curriculum Vitae de Sónia Maria Pimenta Cerqueira

Anexo IV – Curriculum Vitae de Miguel João Barata Marques de Queirós

Anexo V - Curriculum Vitae de Marcelo Caetano Martins Delgado

Anexo VI - Curriculum Vitae de Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim

Anexo VII – Curriculum Vitae de Paula Cristina Carvalho Cabugueira

Anexo VIII – Curriculum Vitae de Hirondina da Conceição Passarinho Machado”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, imagino que queira primeiro ouvir questões. Muito bem.

----- Srs. Deputados, tomem atenção, vamos abrir aqui um período de inscrição para pedidos de esclarecimento.

----- Bruno Veloso já manifestou intenção, Leonel Fernandes, da CDU, também.

----- Bruno Veloso, tem a palavra para proceder aos pedidos de esclarecimento. A seguir, Leonel Fernandes.

----- **Bruno Veloso** – Boa tarde a todos. Diz-nos na designação do Júri, no documento que nos enviou, que foi solicitada à Fundação CEFA a apresentação dos Membros do Júri. Eu pergunto se a Fundação CEFA se limitou a apresentar os nomes e os respectivos currículos, que nos fez também chegar, ou se fez também a composição na íntegra do próprio Júri, do Sr. Presidente, dos vogais e dos vogais suplentes. ...

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado Leonel Fernandes, pode dirigir-se ao microfone para formular as questões que entender.

----- **Leonel Fernandes** – Boa tarde, mais uma vez. Eu era só para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se no nosso Distrito não existiriam personalidades com reconhecido mérito profissional, credibilidade, e integridade pessoal, capazes de assumir estas tarefas. Bom, pelos currículos que nos foram enviados não me parece que sejam personalidades fora do comum, quer dizer, penso eu que por cá também as haveria, ainda assim não sendo possível arranjar essas personalidades no Distrito, se não seria possível recorrer a uma entidade pública, mesmo pública, e não ao CEFA, deixando dessa forma de ser necessário recorrer a um contrato de prestação de serviços.

----- E, já agora, também, se possível, quanto é que vai custar esse contrato de prestação de serviços?

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado Leonel Fernandes.

----- Sr. Presidente, pode responder às questões formuladas. Tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Resposta à primeira questão que foi colocada - Saber se o CEFA que é uma pessoal coletiva de direito privado e utilidade pública, indicou nomes para constituírem o Júri - Respondo sim, indicou a totalidade dos membros, incluindo o Presidente do Júri, para os dois júris, para o concurso de direção de primeiro e segundo grau e um júri para o terceiro grau.

----- Pensamos que os currículos dos membros dos júris são suficientes para a tarefa em causa, e reúnem credibilidade, preparação e de qualificação adequadas.

----- A outra questão, saber se no Distrito não existem personalidades para poder constituir júris – a resposta é simples, existem competências, mas a nossa opção foi a de recorrer a entidade externa suficientemente credível, neste caso o CEFA, que desenvolverá todos os procedimentos necessários nos termos previstos na lei n.º 49/2012 de 29 de Agosto e portanto pareceu-nos a melhor solução.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Srs. Deputados, passamos então ao período de inscrição para intervenções.....

----- Bruno Veloso, do PS, tem a palavra. Não registamos, de momento, mais intenções para intervenções, pelo que pode passar ao uso da palavra.

----- **Bruno Veloso** – Agradeço, desde já, o esclarecimento do Sr. Presidente de Câmara, mas permita-me, e apesar de confiar naturalmente naquilo que aqui nos transpôs, mas de facto nestas coisas não há inocências e nem há coincidências, eu acho que nestas coisas de júris de concurso, sejam da região ou sejam de fora, é preciso, pelo menos, ter alguns cuidados para evitar que haja a mínima suspeição, suspeição em termos da composição do próprio júri, porque aqui aquilo que aqui vejo nos dois quadros que nos são remetidos pela Câmara Municipal, não a resposta do CEFA, eventualmente nos deveria ter sido remetida, o que nos dizem basicamente é que na composição do júri a Câmara Municipal do Porto vai avaliar os Diretores de Serviço da Câmara Municipal de Bragança, porque o Presidente do Júri e os dois Vogais efetivos são oriundos das Câmaras do Porto.

----- Ora, a Câmara Municipal do Porto, como é sabido, é uma Câmara que neste momento a sua Presidência é uma Câmara da mesma cor política do PSD que governa também a Câmara de Bragança, e aquilo que nos propõem para presidência dos Júris é o Dra. Maria Emília Pedro Galego que desde 2004/2010 foi adjunta do Presidente da Câmara, logo um cargo de absoluta confiança política do Sr. Presidente da Câmara.

----- Depois no vogal efectivo apresenta-nos o Sr. Dr. Miguel Queirós que em 2004/2005 foi adjunto do Secretário de Estado da Administração Educativa, Secretário de Estado esse do PSD, e é Adjunto atualmente, desde essa data, da Vereação da Câmara do Porto, também do PSD.

----- Bem, eu acho que poderíamos continuar pela Dra. Sónia Cerqueira e podíamos dizer, entre outras coisas, mais variadíssimas coisas.

----- Depois, tem aqui, de facto, pela análise dos currículos, quer a Câmara de Chaves, quer a Câmara de Viana do Castelo me parecem currículos muito mais isentos, digamos, currículos de carreira, enquanto que os outros são meras requisições, esses, parece-me, pelos seus currículos, são chefes de divisão, de facto, de carreira. E, portanto, permita-me que deixe aqui este apontamento e esta nota em

plano inclinado da composição deste Júri que naturalmente nos desagrada profundamente, não como conhecendo as pessoas em questão, mas pela avaliação curricular das mesmas e a forma como é feita. ..

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Muito bem, do lado dos Deputados estão terminados os pedidos de intervenção, não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer acrescentar algo mais? Penso que sim, o Sr. Presidente da Câmara tem a palavra para a intervenção final.

----- **Presidente da Câmara** – Pretendo, acima de tudo, não deixar que persista a ideia do deputado Bruno Veloso, no sentido da suspeição, parece uma coisa até um pouco para o ridículo, por várias razões:

----- “Consultada a DGAEP (Direção Geral da Administração e do Emprego Público) ” - Não há entidade pública designada para concretizar o procedimento. A opção foi, não sendo possível uma entidade pública desenvolver este processo, ponderar recorrer a uma entidade de ensino superior com competências próprias, tendo a opção recaído sobre o CEFA - Centro de Estudos e Formação Autárquica que serve desde há anos, de forma inquestionável, o desenvolvimento das competências dos quadros dos municípios. Tomámos a decisão que nos pareceu mais correta, transparente. O senhor membro da assembleia parece saber mais do currículo das pessoas que integram o Júri do que eu. De forma inequívoca fica contrariada a ideia de qualquer eventual suspeição sobre esta entidade.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Passamos então à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, ZERO VOTOS CONTRA, VINTE E DUAS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Bruno Veloso, do PS, manifesta intenção de proceder à declaração de voto, tem a palavra

----- **Bruno Veloso** – O PS, de acordo com a minha intervenção anterior, absteve-se nesta votação e depois da explicação do Sr. Presidente Câmara, dizer-lhe só que em política não basta sê-lo, é também preciso parece-lo, para levantar toda e qualquer eventual suspeição que possa surgir no futuro e portanto é preciso termos este recato e esses cuidados com toda a atenção e com toda a lisura.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado António Guedes de Almeida, tem a palavra para proceder à declaração de voto. ...

----- **António Almeida** – Votei a favor desta metodologia que aqui foi apresentada pela Câmara Municipal de Bragança, acho que é a mais isenta possível, acho que o CEFA é a única instituição no País capaz de ter competência para proceder a um recrutamento desta natureza, com a maior isenção, mas sim, deixar um reparo para o PS, parece que está afetado que haja Vereadores que são do Porto, por serem do PSD, isto quer dizer que se o júri fosse do PS estaria bem, também se podem tirar daqui ilações, mas efetivamente não é assim.....

----- Também podia-mos questionar de outra maneira, o PSD do “Rio” não é o mesmo PSD do “Menezes”. Ora, não se pode aqui especular isso, acho que a forma correta da CMB é esta, que é a única instituição, e para livrar a sua isenção, e aqui efetivamente eu felicito a Câmara pela iniciativa, à que confiar nos currículos; à que confiar nos processos e não podemos estar aqui a pensar que em concursos, quando são sobretudo fora da nossa área, que tudo vai ser de acordo com interesses político/partidários, que, no fundo, foram esses processos político/partidários que irão ter um fim, e acho que este é um princípio do fim, que levaram a que a Câmara optasse pela melhor solução.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem ainda a palavra, para declaração de voto, o Sr. Deputado do PSD, Pedro Fernandes.

----- **Pedro Fernandes** – Dizer que o PSD aprovou esta proposta da CMB porque tenta e pretende ser isenta e vai fazer também com que pareça ser isenta. Dizer também que, desta forma, concordo com o Deputado do PS, Bruno Veloso, temos que o ser, mas também temos que o parecer, não só os outros têm que o fazer, mas nós também.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, passamos então para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.

PONTO 4.2.8 – Protocolo de Cooperação entre a Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (ACBRM) e os seis municípios do Solar da Raça Mirandesa, para realização do Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa para os anos de 2013 a 2018 – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição,

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de fevereiro do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta e com a presença dos Srs., Presidente, António

Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE BOVINOS DE RAÇA MIRANDESA (ACBRM) E OS SEIS MUNICÍPIOS DO SOLAR DA RAÇA BOVINA MIRANDESA, PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO NACIONAL DE BOVINOS DE RAÇA MIRANDESA PARA OS ANOS DE 2013 A 2018 - Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal

Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando a importância da raça bovina mirandesa para a economia regional e considerando que a realização de um Concurso Nacional, a realizar rotativamente pelos seis Municípios do respetivo solar, é uma peça fulcral na estratégia de conservação e melhoramento da raça;

Considerando também que os Concursos realizados nos últimos doze anos, com a parceria da ACBRM e dos seis Municípios, agora envolvidos, foram um sucesso em termos de divulgação da raça e da região, bem como dos seus produtos, pelo País e pelo Estrangeiro;

Considerando ainda os consensos alcançados na reunião de 26 de janeiro de 2012, na sede da Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana, plasmados em documento enviado pela ACBRM a cada uma das Câmaras Municipais, em 17 de fevereiro de 2012.

É acordado e outorgado, e livremente aceite entre as partes o presente Protocolo de Cooperação Entre,

A Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa, doravante designada abreviadamente por ACBRM, com sede no Posto Zootécnico de Malhadas, 5210-150 MALHADAS, com o NIF: 502378760, representada por Arlindo José Mondragão Formariz, na qualidade de Presidente da Direção;

O Município de Bragança, com sede no Forte São João de Deus, 5300-263 BRAGANÇA, com o NIF: 506215547, representado por António Jorge Nunes, Eng.º, Presidente da respetiva Câmara Municipal;

O Município de Macedo de Cavaleiros, com sede no Jardim 1.º de Maio, 5340-218 MACEDO DE CAVALEIROS, com o NIF: 506697339, representado por Beraldo José Pinto, Eng.º, Presidente da respetiva Câmara Municipal;

O Município de Miranda do Douro, com sede no Largo D. João III, 5210-190 MIRANDA DO DOURO, com o NIF: 506806898, representado por Artur Manuel Rodrigues Nunes, Dr., Presidente da respetiva Câmara Municipal;

O Município de Mogadouro, com sede no Largo do Convento de São Francisco, 5200-244 MOGADOURO, NIF: 506851168, representado por António Moraes Machado, Dr., Presidente da respetiva Câmara Municipal;

O Município de Vimioso, com sede na Praça Eduardo Coelho, 5230-315 VIMIOSO, com o NIF: 506627888, representado por José Batista Rodrigues, Dr., Presidente da respetiva Câmara Municipal;

O Município de Vinhais, com sede na Rua das Freiras n.º 13, 5320-326 VINHAIS, com o NIF: 501156003, representado por Américo Afonso Pereira, Dr., Presidente da respetiva Câmara Municipal.

E que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª - Objetivos

1. Realizar um Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa, de ora em diante designado abreviadamente CN, que promova e valorize, não só a raça e os seus produtos, mas também a região, e em especial os Concelhos que cooperam no evento;

2. O CN tem também por missão permitir a partilha de experiências e práticas agrícolas e pecuárias entre criadores de Concelhos diferentes, e bem assim, a união e o convívio, necessário e salutar entre eles, e entre estes e os representantes das múltiplas Instituições que se farão representar;

3. Articular o CN com cada um dos Concursos Concelhios, no sentido de se valorizarem mutuamente, para conseguir tal desiderato, o CN realizar-se-á depois de todos os Concursos Concelhios, tendo lugar no último fim de semana de agosto ou no primeiro fim de semana de setembro;

4. É objetivo promover a participação mínima de 150 animais;

5. É objetivo promover a participação dos melhores exemplares da raça;

6. É objetivo também que seja mais competitivo que os CN anteriores, tendo, para tal, que valorizar os animais com melhor classificação, compensando os seus detentores;

7. É, por fim, aconselhável que o Concurso se realize num espaço temporal menor; ou seja, as atividades que nos CN dos doze anos anteriores se realizavam em dois dias e meio, deverão realizar-se em 2 dias apenas, facilitando assim a participação de criadores que desde há algum tempo vêm alegando que o CN é excessivamente longo e fatigante para eles.

Cláusula 2.ª - Meios

1. Cada um dos Municípios transferirá para a conta da ACBRM, até uma semana antes do início do CN, a verba acordada de 6 235,00€;

2. O Município que em cada ano acolhe o evento, fornece ou coloca à disposição da ACBRM, meios, materiais e humanos, de apoio logístico e de preparação e montagem de infraestruturas, para a normal realização do CN, em concreto, montagem das baias, do redondel, do palco, descarregadouros,

pontos de água e de luz, colocação de cobertura, que poderá ser de rede em caso de tempo não chuvoso, e ainda disponibilizar um espaço destinado às refeições e ao jantar de encerramento;

3. A ACBRM assume a responsabilidade da organização funcional do CN, da sua promoção e do remanescente de despesa não coberta pelos Municípios.

Cláusula 3.ª - Orgânica e Estrutura

1.O CN subdivide-se em três unidades diferenciadas, mas complementares: O "Concurso Principal, com 12 Secções para classificação", as "Lutas de Touros" e o "Concurso Melhor Exploração de Raça Mirandesa";

2. Os Regulamentos para cada uma das subunidades serão facultados aos Municípios até final de julho de cada ano, logo que aprovados (ou se necessário, em fase de aprovação) pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

Cláusula 4.ª – Orçamentação *

1. Concurso Principal, incluindo ajudas de custo e prémios aos criadores, refeições, publicidade, publicações, promoção, montagem das infraestruturas, ajudas de custo a Jurados e imprevistos - 34 500,00€;

2. Lutas de Touros - 3 000,00€;

3. Concurso Melhor Exploração - 6 500,00€

Total Orçamento Previsional – 44 000,00€.

**Em consonância com o documento de 17/02/2012, enviado às Câmaras Municipais*

Cláusula 5.ª - Admissão de animais e conexão do CN com os Concursos Concelhios

1. São admitidos ao CN animais de todo o território nacional;

2. Os animais oriundos do Solar da Raça, dos Concelhos onde seja realizado o Concurso Concelhio respetivo, terão de ter passado no crivo do mesmo, ou seja, não podem ter sido desclassificados por taras, defeitos ou valor morfológico sofrível;

3. Nos Concelhos do Solar onde se realize Concurso Concelhio, o regulamento do mesmo deve introduzir um artigo onde torne obrigatória a presença, no CN, dos primeiros classificados de cada uma das secções - os vencedores de cada secção;

4. Os animais que não tenham sido avaliados e aprovados, em Concurso Concelhio, por falta deste, serão objeto de uma avaliação morfológica, pré-seleção a ser realizada pelo secretário técnico do livro da raça.

Cláusula 6.ª - Apuramento dos Resultados dos Concursos

1. Para o Concurso Principal serão nomeados Jurados, Técnicos e Criadores, submetidos a homologação por parte da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, apreciarão o mérito morfológico dos bovinos presentes e aceites a concurso, com a supervisão do secretário técnico, que será o guardião do regulamento. Para as secções de vacas como secretário técnico, que será o guardião do regulamento. Para as secções de vacas com idade igual ou superior a 5 anos entrará no cálculo do valor final, e respetiva classificação, também o seu mérito funcional, valendo este 30% e o mérito morfológico 70%.

2. Para as Lutas de Touros será também nomeado um júri de 3 elementos, coadjuvados pelo secretário técnico do livro, que avaliarão, para além do tempo de duração, a espetacularidade da luta, sendo selecionadas para prémio as melhores cinco.

3. Para o Concurso Melhor Exploração, dado tratar-se de apreciação de dados Estatísticos, o apuramento dos resultados será feito pelo secretário técnico, e enviado a cada um dos concorrentes, que terá direito a recurso, mediante o regulamento previamente publicado e enviado a todos os criadores.

Cláusula final - da transparência

Nos trinta dias subsequentes à realização do CN, as Câmaras Municipais receberão, da parte da ACBRM, um relatório detalhado da despesa efetuada com a realização do mesmo.

Assim, propõe-se a aprovação do referido Protocolo de Cooperação.

Considerando que se trata de uma despesa plurianual, propõe-se que a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar o referido Protocolo de Colaboração.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter a proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de fevereiro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, mantemos a mesma metodologia?

----- Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento sobre este ponto da ordem de trabalhos?

----- Não há pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções sobre esta matéria?

----- A Mesa regista um pedido de intervenção do Sr. Deputado do PS, Luís Filipe Fernandes. Tem a palavra o Sr. Deputado.

----- **Luís Fernandes** – Ora, muito boa tarde a todos.

----- Este protocolo que aqui está, penso que é a celebração de uma situação que vem ocorrendo há anos aqui na região e que culmina num Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa.

----- Tenho assistido a estes concursos, há muitos anos, principalmente aos Concelhos, e dizer-vos que sendo o nosso Concelho eminentemente rural, onde cada vez mais na situação em que estamos a agricultura tem que ser apoiada e onde os agricultores têm que também ter alguns incentivos, não é que sejam incentivos por ali além em termos monetários, mas é um incentivo muito importante para os criadores desta raça, que podem mostrar e podem aprimorar os seus animais e trazê-los para mostrar aos restantes, quer criadores, quer ao público em geral. Portanto nós apoiamos esta iniciativa, quer os concursos concelhia, quer os concursos nacionais, porque são efetivamente uma mais valia para os nossos criadores e para a nossa região.

----- Penso que, neste momento, Bragança é o Concelho com mais efetivos de Raça Mirandesa que existem no Distrito, portanto Bragança não podia ficar, de maneira nenhuma, alheada deste concurso. De maneira que o PS apoia esta iniciativa como apoia todas as iniciativas que possam contribuir para mais valias para a nossa agricultura e para os nossos agricultores.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua intervenção.....

----- Não havendo mais intervenções, passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para uma intervenção final, sobre este tema, para procedermos, de seguida, à votação.

----- **Presidente da Câmara** – Tem sido prática da CMB garantir o apoio à realização do Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa, como faz relativamente a outras raças, Cão de Gado Transmontano, Raça Churra, enfim, entendemos que esse apoio e essa disponibilidade do Município tem que ser permanente e assim os Municípios da Terá Fria da área do Solar da Raça entenderam garantir, através de protocolo à Direcção da Associação, o apoio financeiro para durante seis anos, ou seja nas seis edições, sendo que numa das edições far-se-á em cada um dos seis concelhos, garantir-lhes assim as condições de base para realizarem com segurança o respetivo concurso, fazendo já numa versão revista com menos tempo de permanência dos agricultores e dos animais nesse evento, redimensionamento que não reduziu o orçamento, apesar de ser desejável. Os municípios mantiveram o valor com a perspectiva de que vale a pena criar condições para que este concurso continue a

concretizar-se com mais participação, com mais entusiasmo da parte dos agricultores e assim com melhores condições.

----- É também dentro desta perspetiva que equacionamos o concurso concelhio da Raça Bovina, concurso que tem tido sempre a colaboração da Associação de Criadores da Raça Bovina Mirandesa, como tem tido da Escola Superior Agrária.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Passamos à votação deste ponto da ordem de trabalhos.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA MEMBROS PRESENTES. ...**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Não há declarações de voto.

----- Passamos para o último ponto da ordem de trabalhos.....

PONTO 4.2.9 – Aquisição de Energia (Energia elétrica e gás natural) - Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição,

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de fevereiro do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AQUISIÇÃO DE ENERGIA (ENERGIA ELETRICA E GÁS NATURAL) - Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Ambiente, Águas e Energia:

Com a entrada em vigor dos Decretos-Lei n.º 66/2010, de 11 de junho e n.º 104/2010, de 29 de setembro, as tarifas reguladas de venda de energia elétrica e gás natural foram extintas, ficando a respetiva venda submetida ao regime de preços livres.

Significa que o Município de Bragança deverá adquirir a energia para todos equipamentos municipais e iluminação pública (energia elétrica e gás natural) no mercado liberalizado através de contratação pública e para um período de 2 anos, sendo que a distribuição da despesa prevista é a seguinte:

Designação	Uni. Org.	Encargo total (valor com IVA incluído)	Compromisso Plurianual		
			2013	2014	2015
Aquisição de energia (Energia elétrica e gás Natural)	DAAE	4.600.000,00 €	1.150.000,00	2.300.000,00 €	1.150.000,00 €

Considerando que se trata de uma despesa plurianual, propõe-se que a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de fevereiro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, a mesma metodologia?

----- Seguimos com questões e procederá, o Sr. Presidente, depois, a uma intervenção sobre a matéria e com as respostas às perguntas que forem formuladas.

----- Questões?

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Pires, do PS.

----- **Luís Pires** – Boa tarde, só mais um bocadinho, eu sei que vocês estão cheios de me verem e de me ouvirem, mas faz parte das nossas funções.

----- Sr. Presidente, não percebi, não entendi muito bem esta certidão e o que é que se pretende com ela. Esta certidão diz que é para aquisição de energia, diz que é para um período de dois anos, a tabela apresenta três parcelas, significa, provavelmente, que é a meio de um ano e o último também terminará a meio.

----- Aquisição significa o quê? Compra direta?

----- Por estes valores há necessidade de abrir um concurso?.....

----- Como é que se vai processar esta aquisição, e se for uma aquisição direta quais são os requisitos, digamos assim, que vão ter em conta quando contratualizarem a empresa que irá fornecer a energia e o gás, neste caso.

----- E, só para terminar, perguntar se é vantajoso, sensato, não sei qual será o adjetivo mais adequado, no momento em que sabemos que vai haver flutuações de valores a cobrar, fazê-lo por um período de dois anos, ou se não seria melhor fazê-lo por menos tempo e ver como é que se comportava o mercado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não há mais inscrições para pedidos de esclarecimento.....

----- Sr. Presidente, vamos então proceder às respostas, tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Este assunto vem à AM por se tratar de uma despesa plurianual tal como o anterior, o assunto anterior só veio à AM por se tratar de uma despesa plurianual, caso contrário caberia na competência do Município apesar do montante envolvido. A questão do montante é da competência da Câmara, a competência de compromisso plurianual passou a ser da AM, é essa a razão pela qual está cá. Temos que ir ao mercado, a regime de preço livre, contratar o fornecimento de energia, uma vez que a lei extinguiu a venda de energia regulada, portanto tem que se ir ao mercado, portanto nós temos que fazer aquilo que nos compete, fazemo-lo para dois anos e não para um, portanto aparecendo 2013/2015, considerando que iremos apanhar já o final do primeiro semestre deste ano, eventualmente já até meio do terceiro trimestre de 2013, provavelmente, dependendo da forma como o concurso decorrer.

----- Se fizéssemos para um ano traríamos eventualmente alguns condicionamentos ao próprio funcionamento da Autarquia, são processos com alguma morosidade, com alguma complexidade, e pensamos que não deveríamos criar uma situação de alguma dificuldade a um próximo Executivo. Um processo destes, no mínimo, entre três a cinco anos seria o normal, é um pouco por aí que estão a ir, os municípios estão já a fazer os processos, optamos por restringir a dois anos.

----- A questão dos termos de referência do concurso - Pois os termos de referência serão devidamente cuidados em termos técnicos, salvaguardando estritamente aquilo que a lei determina em termos de contratação pública e em termos de referência, salvaguardando a posição do Município com a necessária clarificação, o que é que gasta, onde se gasta, como se gasta, com o perfil energético da Instituição, dos vários equipamentos, etc., tudo será objeto ainda de aprovação por parte do Executivo da Câmara Municipal, não está sequer elaborado

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Feito este esclarecimento, passamos agora para o período de intervenções.

----- Srs. Deputados, há alguém que pretende inscrever-se para fazer uma intervenção sobre este ponto da ordem de trabalhos?

----- Não regista, a Mesa, nenhuma intenção para proceder a inscrição para intervenção neste ponto.

----- Não sei se o Sr. Presidente quer acrescentar algo mais, depois da resposta.

----- Bom, vamos passar à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Não há declarações de voto.

----- Chegámos ao final da ordem de trabalhos, folgo em o termos feito em tempo adequado, não foi sequer necessário usar a totalidade do tempo disponível para Assembleia Municipal.....

----- Queria terminar dando aqui uma nota que chegou à Assembleia Municipal uma comunicação proveniente da Assembleia Municipal de Mirandela que nos solicita que possamos dar conhecimento, hoje, nesta Assembleia Municipal de Fevereiro, da seguinte iniciativa, vem dirigida à Mesa, dizendo: Venho por este meio solicitar a V. Ex.^a que se digne dar a conhecer na sessão da AM de Fevereiro de 2013, da realização do Segundo Seminário das Assembleias Municipais, a realizar em Mirandela, no 6 de abril, que tem como intuito valorizar as Assembleias Municipais, como espaços privilegiados de cidadania e de democracia, em breve será entregue o programa definitivo.....

----- Nós teremos depois a oportunidade de o remeter aos Srs. Deputados.....

----- Termino ainda dizendo e solicitando aos Srs. Deputados que fizeram intervenções, o favor de as remeter, e que não as tenham colocado de forma escrita aqui na Mesa da Assembleia, que façam o favor de as remeter, em forma digital, para os Serviços da AM, de forma a facilitar a transcrição da audição da Sessão, para elaboração da ata, pelos Serviços de Apoio à AM.

----- Assim sendo, e tendo terminado a ordem de trabalhos, dou também por terminada esta AM, desejando um resto de um bom dia para todos vocês e bom fim de semana.

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Adriana da Conceição Vilares Angélico
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Aníbal de Jesus Raimundo Morais
António Manuel Teixeira Batista
António Nuno Neves Pires *
Armando José Pereira *
Cândido Vaz Alves
Domingos Moura dos Santos
Élia de Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
Isabel Maria Lopes
João Paulo da Veiga Matos
José Alberto Moutinho Moreno
José Luís Baltasar
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Maria Natália Rodrigues Alves *
Maria Teresa
Mário Francisco Gomes *
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues

2 – Membros:

Alcídio Augusto Castanheira
Alzira da Conceição Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
João Batista Ortega
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Maria Aurora Correia *
Maria Celina da Silva Paula *
Maria de Fátima Renovato Veloso
Marisa Rodrigues Gomes Alexandre
Vanda Marisa das Graças Espírito Santo
Vítor Prada Pereira

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Agostinho Gonçalves Esteves
Armando José Morais
José Fernando Cameirão
José João Martins Lourenço
Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima
Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro *

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Leonel dos Santos Fernandes *

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

António Guedes de Almeida *

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castro Avelas	José Vicente Fernandes

Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso
Fáilde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos Santos Costa
Gimonde	João Victor Alves
Gondesende	Aníbal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijó de Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Mós	Anselmo Aníbal Martins
Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parad. Nova	Domingos António Seca
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela Lampaças	Victor Manuel Costa
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
S. Pedro	António Carlos Sá
Salsas	Filipe Osório Caldas
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	Elias Santos Vara
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Armando Augusto Venâncio Dias
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

* - membros suplentes

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Carlos Abílio Moreno (justificada)
Carlos José Cadavez
Rui Fernando Rodrigues Correia (Justificada)

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Baçal	João Francisco Alves
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Castrelos	Pedro Miguel Castro Veiga
Parada	Norberto dos Santos Costa
Parâmio	José Augusto Afonso
Santa Comba Rossas	Elídio Alexandre Morais (justificada)

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores: Rui Afonso Cepeda Caseiro
Maria de Fátima Fernandes
Hernâni Dinis Venâncio Dias

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezassete horas e do que nela se passou se lavrou a presente ata que depois de achada conforme – vai ser aprovada na segunda sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em __/__/2013 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.....

O Presidente (Luís Manuel Madureira Afonso) _____

O Primeiro Secretário (Acúrcio Álvaro Pereira) _____

A Segunda Secretária (Maria Madalena Morais Morgado) _____

NOTA: 1 - Os anexos I a VIII, relativos ao ponto 4.2.7, foram enviados em 11/02/2013 através do ofício n.º 02, com a restante documentação de suporte.

2 - Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se, escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.

